

APRESENTAÇÃO

Como você sabe, o Enem e os vestibulares costumam trazer questões e contextos que envolvem os principais acontecimentos mundiais e nacionais. Para ajudá-lo(a) a lembrar dos mais importantes fatos que ocorreram neste 2º semestre de 2022 (até 30/09), o Aprova Total, em parceria com o professor Víctor Daltoé dos Anjos, lança esta 2ª edição do Almanaque de Atualidades 2022.

Confira, a seguir, as principais informações sobre a publicação.

Como é feito o Almanaque?

O Almanaque de Atualidades do Aprova Total é baseado nas principais notícias nacionais e internacionais, que envolvem aspectos relacionados à geografia, como geopolítica mundial, desastres naturais, economia, saúde, questões sociais e conflitos.

Como são os artigos?

Selecionamos semanalmente o que mais se destacou nos meios de comunicação e pensamos como essa notícia pode ser relevante para os alunos. Dessa forma, os artigos não são apenas informativos, mas trazem também uma contextualização histórica, para que o aluno compreenda suas causas e efeitos e o “onde, como e porquê” daquela notícia.

As imagens e gráficos são recursos para facilitar e ampliar o entendimento, assim como o item “Saiba mais”, que mostra a fonte da notícia ou leva para outro artigo ou reportagem. Com isso, você poderá se aprofundar naquele assunto.

Como esses conteúdos podem ser pedidos ou usados nas provas?

Diversos exames abordam atualidades. Além disso, essas informações podem ser utilizadas também como repertório para a redação. Acompanhando as principais notícias do ano, você ficará craque nesses temas. E, vale lembrar que, na plataforma do [Aprova Total](#), você tem acesso a todas essas videoaulas, além do minicurso “Faixa preta em Atualidades no Enem”.

CARTA AO LEITOR

Inspirado na revista Hérodote, criada em Paris, em 1976, o Almanaque de Atualidades propõe uma abordagem dos fatos atuais que considera a relação entre a Geografia e as estratégias do poder e da política. No Almanaque, os acontecimentos do mundo são observados a partir do olhar geográfico, permitindo melhorar o arcabouço intelectual dos leitores, tendo em vista o Enem e os vestibulares.

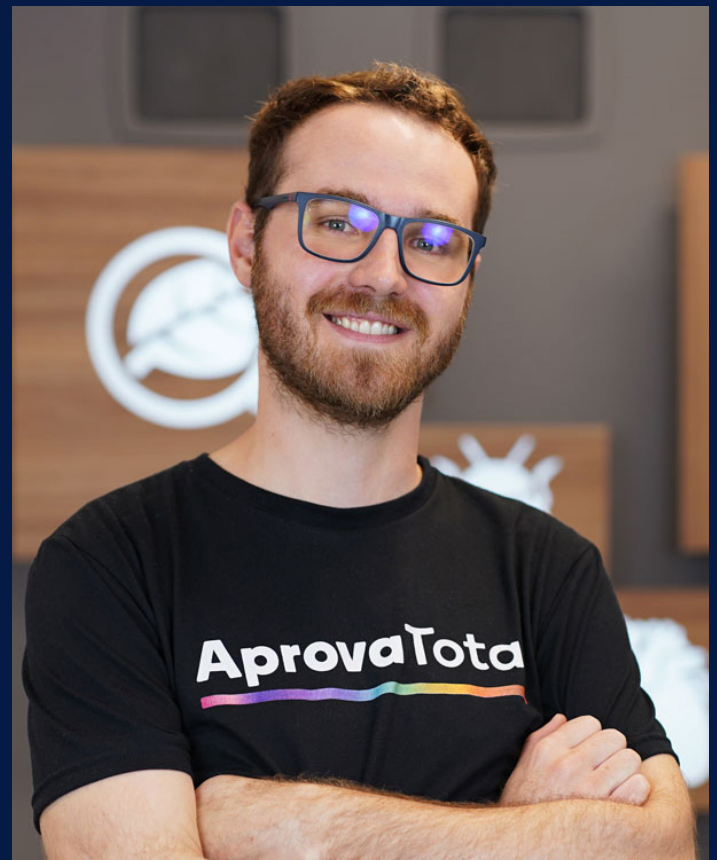
O ano de 2022 está marcado pelo panorama da guerra e dos seus destroços. No Leste Asiático, o espectro de uma invasão da China à ilha de Taiwan tem se ampliado, colocando a região à beira de uma corrida armamentista e até nuclear. Do outro lado do mundo, a agressão da Rússia à Ucrânia mantém o continente europeu em alerta, enquanto o país invadido busca a defesa com armas ocidentais. O enorme fluxo de refugiados ucranianos decorrente do conflito levou o planeta ao recorde de 100 milhões de pessoas em deslocamento forçado.

A política continua no centro dos acontecimentos. No Sri Lanka, nação insular da Ásia meridional, multidões tomaram os espaços públicos em grandes manifestações, empurrando o presidente ao exílio e à renúncia. Na França, o centrista Emmanuel Macron venceu Marine Le Pen, da direita nacionalista em um pleito acirrado. Outras eleições polarizadas e decisivas ocorreram em várias nações do mundo, como Filipinas, Colômbia, Coreia do Sul e Hungria, além do Brasil. A redoma do autoritarismo se fecha sobre vários países, seja na Turquia de Erdogan ou na Rússia de Vladimir Putin, líder que ameaça o restante do continente europeu com o corte no fornecimento do gás natural. O que está por vir pode ser um inverno muito duro, enquanto na China, Xi Jinping amplia suas chances de manter-se no comando do regime de partido único por mais meia década.

O geógrafo Jean Dresch exclamou certa vez: “Chega de geografia sem drama!”. Na mesma linha, um de seus discípulos, Yves Lacoste, escreveu uma obra intitulada “A geografia serve, antes de mais nada, para fazer a guerra”. O caráter frontal dessas afirmações mostra o quanto a curiosidade

deve estar em alerta sobre os movimentos que se desenrolam no mundo, sem cessar — e a geografia tem tudo a ver com isso. As “atualidades” encontradas nas páginas seguintes são vistas com os óculos da preocupação em utilizar a geografia como a “arte do movimento”, nas palavras de Michel Foucher, vinculando cada evento a um contexto geográfico e geopolítico claro.

O instrumento mais valioso oferecido no presente Almanaque para os estudantes é uma lente que se adapta às mais variadas escalas. Uma guerra deve ser analisada desde os rastros deixados no campo de batalha às negociações ocorridas por trás de grossas cortinas, sem deixar de lado as palavras inscritas no direito internacional. Àqueles sedentos pelo conhecimento do mundo, uma boa leitura!



Prof. Víctor Daltoé dos Anjos

Geógrafo e licenciado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), mestre em Ciência Política pela mesma instituição e professor do Aprova Total

SUMÁRIO

EUROPA

- 6. Expansão da Otan: Suécia e Finlândia consideram ingressar na aliança militar ocidental
- 12. Guerra da Ucrânia: exército russo perde terreno
- 18. Eleições na França mostram uma nação dividida
- 24. Gorbachev: a morte do último líder soviético
- 30. Guerra da Bósnia: 30 anos de um dos mais sangrentos conflitos europeus do pós-guerra

ÁSIA

- 38. Sri Lanka: revolta social impõe mudanças na condução política do país
- 44. Taiwan: a sombra da guerra
- 50. Guerra do Vietnã: 50 anos de uma fotografia icônica

ÁSIA - ORIENTE MÉDIO

- 56. Rojava: 10 anos da Revolução dos Curdos

ÁFRICA

- 62. África do Sul: os desafios do pós-apartheid

AMÉRICA

- 68.** Estados Unidos: caso Roe versus Wade reacende o debate sobre a questão do aborto
- 74.** Crise dos mísseis em Cuba completa 60 anos

AMÉRICA - BRASIL

- 82.** Assassinato de Dom e Bruno: o crime na Amazônia que chocou o planeta
- 88.** Censo 2022: a luta contra o apagão estatístico
- 94.** Bicentenário da Independência joga luz sobre as fragilidades e nuances da nossa história

EXTRAS

- 100.** Armas nucleares: Guerra da Ucrânia cria novo temor global
- 106.** Eleições dão novos contornos ao cenário político na Europa, Ásia e América
- 112.** Liberdade de imprensa sob ameaça
- 118.** Deslocamentos forçados crescem no mundo e atingem novo recorde
- 126.** IDH e o retrato social do planeta

EXPANSÃO DA OTAN

Suécia e Finlândia consideram ingressar
na aliança militar ocidental





**Monumento à Otan,
em Bruxelas (Bélgica)**
Fonte: Misu/stock.adobe.com

Organização foi criada em 1949, no contexto da Guerra Fria. Possível entrada das duas nações é motivada pelo conflito na Ucrânia

A Guerra da Ucrânia, que teve início em fevereiro de 2022, tem sido marcada pelo bombardeio de mísseis e também de discursos. O líder russo Vladimir Putin, que considera o processo uma “operação militar especial”, utiliza um alibi para suas ações: a ampliação do número de países-membros da Otan, a aliança militar ocidental. O argumento de Moscou é que a Rússia é a verdadeira vítima, uma vez que ela havia recebido a garantia de que a Otan não se expandiria. Mas é justamente a invasão promovida por Putin que leva países como Suécia e Finlândia a considerarem a entrada no bloco militar ocidental.

A entrada da Finlândia ampliaria os limites territoriais da Otan até a fronteira com a Rússia, hoje circunscritos à Noruega, à Polônia e aos países bálticos, ou seja, Lituânia, Letônia e Estônia. A Finlândia possui uma fronteira de 1.340 km com a Rússia, enquanto a Suécia detém a ilha de Gotland, frontal ao exclave russo de Kaliningrado. A tensão ameaça tornar o Mar Báltico, que se liga ao Mar do Norte pelo Estreito de Öresund, ainda mais perigoso.

O PAPEL DOS GOVERNOS SOCIAIS-DEMOCRATAS EUROPEUS

No momento das negociações para a entrada na Otan, estavam no poder, na Suécia e na Finlândia, governos social-democratas, a tradicional centro-esquerda europeia. Nos dois países, mulheres ocupavam o cargo de primeiras-ministras, com Sanna Marin na Finlândia e Magdalena Andersson na Suécia. O que garante aos suecos e finlandeses o direito de entrar na aliança pode ser encontrado no artigo 1º do capítulo inicial da Carta das Nações Unidas (1945), que discorre sobre a possibilidade de organizar-se coletivamente para se proteger de um agressor.

A social-democracia se colocou contra a invasão da Ucrânia pela Rússia em vários países do mundo, como na Alemanha, em Portugal e na Espanha. Essa tradição político-ideológica surgiu de uma cisão ocorrida por conta da 1ª Guerra Mundial e da Revolução Bolchevique de outubro de 1917. Os comunistas seguiram a linha de Moscou, da justificativa da ditadura do proletariado, enquanto os social-democratas se orientaram desde então por uma via reformista do capitalismo, buscando criar um Estado de bem-estar social.



Cartaz de protesto contra a Otan, na Catalunha (Espanha)
Fonte: Wikimedia Commons

O mais curioso é que até Lênin, o antigo líder soviético e comunista, se tornou alvo ideológico de Vladimir Putin. O atual comandante da Rússia criticou o velho bolchevique por ter criado as “repúblicas soviéticas” no interior da antiga União Soviética, permitindo que a Ucrânia tivesse, pela primeira vez, o direito de ser uma unidade política própria, mesmo que submissa. Vladimir Putin afirma que a Ucrânia não existe como nação e que é naturalmente parte do “corpo da pátria” russo.

CONTEXTO HISTÓRICO DA CRIAÇÃO DA OTAN

Ao fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e com a derrota do nazismo, a União Soviética havia implantado regimes obedientes, inclusive por meio de golpes de Estado, nas nações da Europa Oriental. Países como França e Reino Unido temiam uma ofensiva por parte de Moscou. Desse modo, decidiram criar um dispositivo que obrigasse os Estados Unidos a garantir sua proteção, a Otan (Organização do Tratado do Atlântico Norte), em 1949.

A Europa se tornou cindida entre duas alianças militares rivais quando a União Soviética criou o Pacto de Varsóvia, em 1955, com seus Estados-satélites do leste.

Todavia, nem todos entraram nos blocos inimigos. Do lado capitalista, Suécia, Finlândia, Irlanda, Suíça e Áustria se mantiveram ausentes, enquanto a Iugoslávia fazia o mesmo do lado socialista, seguida pela Albânia, que rompeu com Moscou em 1968.

A Otan manteve um caráter defensivo durante a Guerra Fria, enquanto as forças do Pacto de Varsóvia interviram militarmente em dois países. Em 1956, na Hungria, e em 1968, na Tchecoslováquia, as forças lideradas pela União Soviética derrubaram regimes reformistas que tentavam implantar um “socialismo de face humana”. O trauma na memória popular se revelaria com o fim da Guerra Fria, quando os países do Leste Europeu logo solicitaram a entrada na Otan, temendo novas ações por parte da Rússia.



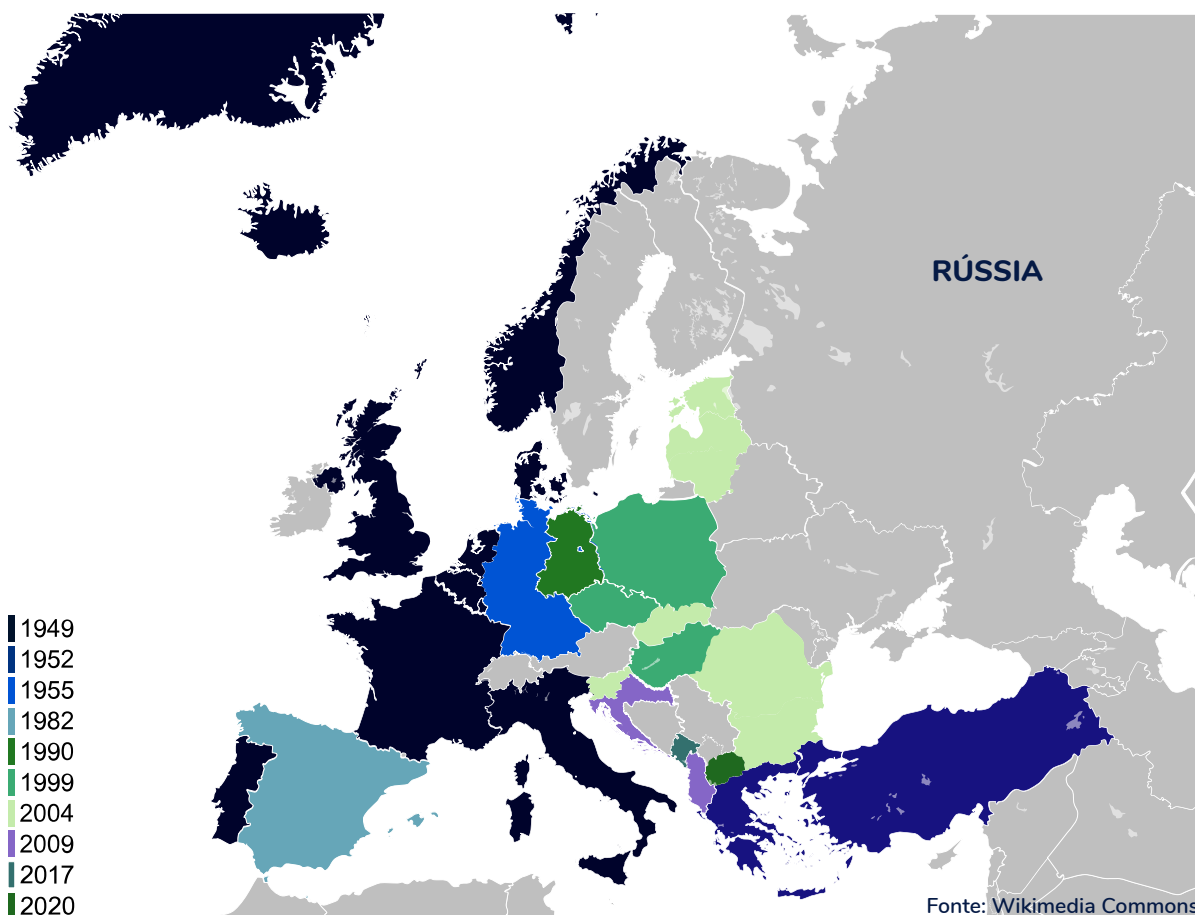
O presidente russo Vladimir Putin - Fonte: Wikimedia Commons

O fim da Guerra Fria (1947-1989) representou um pequeno intervalo de paz na Europa, que logo foi interrompido. As Guerras da Iugoslávia (1991-1999) trouxeram de volta ao continente processos de limpeza étnica orientados por líderes políticos autoritários, como o nacionalista sérvio Slobodan Milosevic. A conjuntura encheu de temor os países da Europa Oriental, acelerando a entrada na Otan em busca de proteção. A Rússia hoje guarda ressentimento em relação a esse processo, afirmando que havia recebido a garantia de que a Otan não se expandiria.

POSSÍVEL INGRESSO DA SUÉCIA E DA FINLÂNDIA E A OPOSIÇÃO TURCA

A entrada da Suécia e da Finlândia na Otan, motivada pela Guerra da Ucrânia, romperia com um histórico de neutralidade por parte dos dois países. No caso sueco, a derrocada do seu antigo império com as Guerras Napoleônicas impôs a neutralidade ao país escandinavo. Durante o século XX, sob comando da social-democracia, o país organizou um Estado de bem-estar social, com educação e saúde de qualidade, assim como fez a vizinha Finlândia.

A EXPANSÃO DA OTAN



Fonte: Wikimedia Commons

1949
 BÉLGICA • CANADÁ • DINAMARCA •
 ESTADOS UNIDOS • FRANÇA • HOLANDA
 • ISLÂNDIA • ITÁLIA • LUXEMBURGO •
 NORUEGA • PORTUGAL • REINO UNIDO

1952
 GRÉCIA • TURQUIA

1955
 ALEMANHA

1982
 ESPANHA

1999
 REPÚBLICA CHECA • HUNGRIA • POLÓNIA

2004
 BULGÁRIA • ESLOVÁQUIA • ESLOVÉNIA •
 ESTÓNIA • LETÓNIA • LITUÂNIA • ROMÉNIA

2009
 ALBÂNIA • CROÁCIA

2017
 MONTENEGRO

2020
 MACEDÓNIA DO NORTE

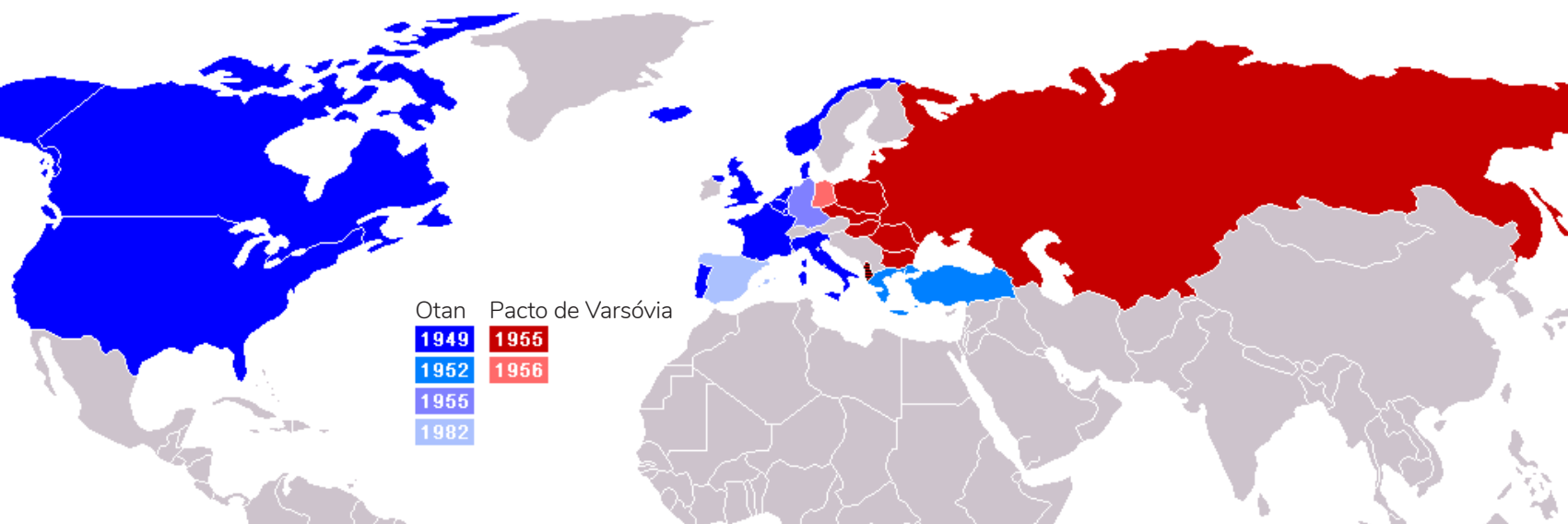
A Finlândia se tornou independente da Rússia com as revoluções de 1917, mas foi atacada pelos soviéticos em 1939, logo depois do Acordo de Ribbentrop-Molotov, entre Hitler e Stálin. Com o início da guerra entre a União Soviética e a Alemanha Nazista, em 1941, os finlandeses passaram a lutar com o apoio do Eixo, mas deslizaram para o lado dos Aliados antes que a guerra terminasse. Ao longo da Guerra Fria, a neutralidade foi imposta à Finlândia, de modo que o termo “finlandização” se tornou sinônimo desse tipo de neutralização forçada.

Contudo, a entrada da Suécia e da Finlândia na Otan precisa da aprovação de todos os seus trinta membros, e a Turquia ameaçou vetar o processo. O líder turco Recep Erdogan comanda o país desde 2003 e tem tido uma política de aproximação com o russo Putin. Em 2016, depois de uma tentativa de golpe militar, Erdogan liderou um expurgo nas forças armadas, na imprensa, no judiciário e nas universidades, reforçando o seu poder autoritário.

A entrada da Suécia e da Finlândia na Otan precisa da aprovação de todos os seus trinta membros, e a Turquia ameaçou vetar o processo.

Muitos oponentes a Erdogan se abrigam em países como Suécia e Finlândia, inclusive líderes curdos, população historicamente reprimida na Turquia, na Síria, no Iraque e no Irã. Erdogan utiliza esse fato para chantagear os governos sueco e finlandês, exigindo a extradição dos opositores políticos para que se aceite a entrada na Otan dos dois possíveis novos membros.

PAÍSES SOB INFLUÊNCIA DA OTAN E DO PACTO DE VARSÓVIA



Fonte: Wikimedia Commons

PARA SABER MAIS

[Página oficial da Otan \(em português\)](#)

GUERRA DA UCRÂNIA

Depois de sete meses da invasão do país, a contraofensiva ucraniana mostra sua força e o exército russo perde terreno



Centro comercial e atingido por bombardeios, em Kiev, capital ucraniana

Fonte: Misu/stock.adobe.com



Cidade ucraniana depois da ocupação russa - Fonte: Ivan vasyliiev/EyeEm/stock.adobe.com

A Guerra da Ucrânia modificou a geopolítica global em 2022. A invasão da Rússia ao território ucraniano recebeu ampla condenação da comunidade internacional: afinal, o direito à organização coletiva para se defender de agressões está inscrito na Carta das Nações Unidas, de 1945. Em Moscou, capital russa, Vladimir Putin se vê às voltas com os impasses da resistência da Ucrânia no campo de batalha. Contudo, os reveses têm tornado a retórica do líder ainda mais bárbara.

A primeira fase da guerra começou com a invasão russa, na madrugada de 24 de fevereiro. A Ucrânia foi atacada por três frentes. No norte, o exército invasor partiu da Rússia e da Bielorrússia, aliada de Moscou, buscando conquistar Kiev. Contudo, a capital ucraniana foi defendida pela resistência do país. No sul, a agressão surgiu da Crimeia, península anexada pela Rússia em 2014, e o resultado foi a conquista parcial das províncias ucranianas de Kherson e Zaporíjia. Por fim, no leste, tropas russas avançaram sobre a região do Donbas, onde uma rebelião separatista anti-Ucrânia era alimentada pela Rússia há oito anos.

Protesto pacífico em Viena,
na Áustria, contra a guerra
na Ucrânia

Fonte: Natalia Ogłoszka
/stock.adobe.com



O ultranacionalismo russo é o berço ideológico dos argumentos de Putin para justificar sua guerra. Internamente, ele impôs forte controle contra a imprensa, o judiciário e o legislativo. Nesse contexto, os russos são proibidos de falar em guerra, sob pena de prisão, já que o Estado a classifica como “operação militar especial”. Para Putin, a Ucrânia é um “órgão” do “corpo” russo e não deveria existir como nação. Os opositores internos são acusados de serem “inimigos da pátria” e representantes de “interesses estrangeiros”.

O ultranacionalismo russo é o berço ideológico dos argumentos de Putin, saudosos da Rússia czarista, para justificar a guerra.

O CONFLITO E A SUA IDEOLOGIA

Putin é saudosos da Rússia czarista, quando Moscou controlava um território muito mais amplo que atualmente. O velho império era chamado de “prisão dos povos” pelas populações dominadas e não-russas, como os ucranianos. Seu território foi herdado pela União Soviética, que desapareceu em 1991. A Ucrânia alcançou a independência, conservando internamente uma considerável minoria russófona, como herança de séculos de domínio imperial. Putin, por sua vez, recusa essa realidade, já que coloca a nação como um vínculo de língua, sangue e solo e afirma que todos os falantes de russo devem estar sob o seu controle. No restante da Europa, ele conta com a simpatia de vários líderes da direita nacionalista, como Viktor Orbán (Hungria), Marine Le Pen (França) e Matteo Salvini (Itália).

Família ucraniana
em abrigo anti-aéreo
Fonte: Maria
/stock.adobe.com



A ascensão de Putin na política russa ocorreu em 1999 e, desde então, comanda o Kremlin, sede do poder russo, em Moscou. A profunda crise econômica que varreu a Rússia na década de 1990 pavimentou o terreno de desolação e desilusão de onde Putin brotou politicamente. Ao reprimir os rebeldes muçulmanos com brutalidade durante a fase de batalhas da 2ª Guerra da Chechênia (1999-2000), içou a bandeira do ultranacionalismo e da defesa da pátria, vinculando-a à religião ortodoxa. O laço com o conservadorismo religioso serviu de base para a aplicação de leis que tratam a homossexualidade como uma “infiltração ocidental”, reforçando o isolamento do país na política e na cultura.

Em 2014, quando os ucranianos derrubaram o governo pró-russo de Viktor Yanukotich e deixaram claro o seu desejo de aproximar-se da União Europeia, Putin respondeu rapidamente. Para isso, ele invadiu a península da Crimeia e passou a fornecer armas e suprimentos para rebeldes pró-russos nas províncias ucranianas de Donetsk e Luhansk, no Donbas. Desde então, continuou escalando a retórica de que a Rússia sofria um “cerco” e de que cabia defendê-la a todo custo. As palavras se tornaram realidade em fevereiro de 2022, com o início da Guerra da Ucrânia.

PRINCIPAIS BATALHAS

Os contornos sangrentos da guerra ficaram mais evidentes em abril, quando as forças da Ucrânia reconquistaram a cidade de Butcha, encontrando valas comuns deixadas pelos russos em retirada. Os ataques da Rússia a estações de trem, maternidades, hospitais e teatros mostraram a estratégia deliberada de disseminar o terror entre os civis, diminuindo o ânimo de qualquer resistência. Nesse cenário, as acusações de crimes de guerra e contra a humanidade passaram a pairar sobre Moscou. Por outro lado, a Ucrânia passou a receber financiamentos e armamentos cada vez maiores do Ocidente, principalmente dos membros da aliança atlântica, a Otan, que havia recusado há anos a solicitação de entrada do país no bloco militar.

Dois principais batalhas ocorreram em abril e em maio. Em Kharkiv, a segunda maior cidade da Ucrânia, os invasores foram batidos pela resistência ucraniana. Em Mariupol, cidade localizada no Mar de Azov, a Rússia venceu, estabelecendo uma “ponte terrestre” entre os seus domínios na região do Donbas e na zona próxima da Crimeia. Desse modo, Mariupol foi submetida a uma estratégia

de bombardeios maciços da infraestrutura civil e urbana, forçando a fuga massiva dos moradores. A mesma ideia atroz já havia sido aplicada pela Rússia sobre a cidade de Grozny, na Chechênia, entre 1999 e 2000, e em Aleppo, na Síria, em 2015.

No palco das negociações internacionais, a Guerra da Ucrânia é o teatro da intransigência de Moscou. Em março, antes de a guerra completar um mês, o presidente ucraniano, Volodymyr Zelensky, afirmou que oferecia a neutralidade à Rússia em troca da retirada dos invasores. Dessa forma, a Ucrânia se comprometia a não entrar na Otan. Vladimir Putin recusou a proposta, em nome da soberania russa sobre a Crimeia e da independência da região do Donbas — ou seja, em nome da pura e simples expansão territorial.

A batalha mais intensa pelo Donbas se deu entre maio e junho. A Rússia conseguiu tomar a cidade de Severodonetsk, concluindo o domínio sobre quase toda a província de Luhansk, mas não sobre o total da de Donestk, onde se mantiveram fortes posições ucranianas. Os frentes de batalha se estacionaram nos dois meses seguintes, com a Rússia mantendo um controle por fatias amplas do sul e leste da Ucrânia. Enquanto isso, cerca de 6 milhões de ucranianos já haviam deixado o país como refugiados, em sua maioria para vizinhos como a Polônia, a Romênia e a Moldávia.

NOVOS RUMOS DE UM COMBATE ATROZ

A Ucrânia lançou uma contraofensiva vitoriosa no início de setembro. Cidades da província de Kharkiv foram reconquistadas, como Balakliya, Izyum e Kupiansk, empurrando as forças russas para a margem esquerda do rio Oskil. Algumas áreas menores no sul também foram retomadas, enquanto novas valas comuns deixadas pelos russos eram encontradas. A resposta de Moscou não tardou: a possibilidade sinistra do uso de armas nucleares foi anunciada e Putin decretou o recrutamento de mais 300 mil homens para o conflito. Visto isso, milhares de russos começaram a fugir para países vizinhos, como Finlândia, Geórgia e Cazaquistão, e mais de mil pessoas foram presas em Moscou e São Petersburgo — as duas maiores cidades da Rússia — por protestarem contra o alistamento.

Enquanto o descontentamento interno cresce, Putin busca uma forma desenfreada de evitar novas derrotas. Nas áreas dominadas pela Rússia das províncias ucranianas de Luhansk, Donestk, Zaporíjia e Kherson, o exército russo organizou referendos sob vigilância militar e sem observadores internacionais. Sem qualquer transparência, os resultados anunciaram a suposta decisão das populações em unir os territórios à Rússia, com percentuais bastantes suspeitos: entre 87% e 99% dos votos. O questionável pleito serve de justificativa para que Putin anexe esses territórios e considere os ataques da Ucrânia, para defender o próprio território invadido, como agressões diretas à Rússia. É a senha para que declare “guerra”, dando fim ao período da “operação militar especial”.

O presidente ucraniano
Volodymyr Zelensky
Fonte: Wikimedia
Commons



PARA SABER MAIS

Jornal da USP - Crime e castigo: uma breve análise sobre os seis meses de guerra na Ucrânia 

ELEIÇÕES NA FRANÇA MOSTRAM A NAÇÃO DIVIDIDA

O candidato centrista Emmanuel Macron vence o pleito presidencial de 2022, mas a extrema direita conquista 41,5% dos votos





O presidente francês Emmanuel Macron

Fonte: Wikimedia Commons

Marine Le Pen, que disputou a presidência da França
Fonte: Wikimedia Commons



O ano de 2022 é marcado por importantes eleições no mundo todo, além do Brasil. Todavia, o pleito presidencial ocorrido na França, em abril, parece ser o de maior repercussão internacional e o de consequências mais diretas para a geopolítica regional da Europa especificamente. Isso porque a geografia eleitoral da França mostra um país cada vez mais dividido.

Emmanuel Macron, o candidato centrista, enfrentou Marine Le Pen, da extrema-direita, no segundo turno das eleições francesas, em uma reedição de 2017. Le Pen tornou-se célebre por suas declarações anti-imigrantes contra a União Europeia e pelas posições pró-Putin, de seu partido. No primeiro turno, o terceiro lugar ficou com Jean-Luc Mélenchon, de extrema-esquerda. A vitória de Macron não esconde uma mobilização radical nos tons ideológicos da política francesa: Le Pen ampliou sua votação no 2º turno de 33,9%, em 2017, para 41,5%, em 2022.

Nesse contexto, o pleito presidencial na França tangencia o futuro da União Europeia. Esse bloco foi criado no pós-guerra tanto para impedir o

ressurgimento do fascismo nacionalista como para fazer frente aos soviéticos, utilizando a proteção militar da Otan, a aliança militar ocidental. Ao longo das décadas, a União Europeia tornou-se símbolo da globalização por incentivar a integração econômica. Marine Le Pen, por sua vez, coloca-se contra esse ideal e defende o protecionismo em detrimento do livre-comércio e de fortes barreiras contra a imigração.

A “Frente Nacional” tornou-se “Reunião Nacional”, mantendo-se como a principal representante da extrema-direita na política francesa, que mudou completamente de feição na última década.

Dessas questões, surge então um paradoxo: na Guerra Fria, a maior ameaça à Europa era o comunismo soviético, enquanto hoje é a direita nacionalista europeia que busca destruir as bases do bloco em nome da “soberania nacional”. Líderes como Marine Le Pen, o italiano Matteo Salvini e o húngaro Viktor Órban professam esse ideal, apoiados por Vladimir Putin, da Rússia. Todos esses parecem se esquecer que a fundação do bloco europeu foi dada sob a forma da “fusão de soberanias” e não sob a anulação das soberanias nacionais.

O CRESCIMENTO DA DIREITA NACIONALISTA

As eleições na França também têm repercussão no contexto da Guerra da Ucrânia. Macron, presidente desde 2017, posicionou-se de forma veementemente contrária à invasão promovida por Moscou em fevereiro. Marine Le Pen, da direita

nacionalista, e Jean-Luc Mélenchon, de extrema-esquerda, ofereceram posições mais ambíguas em relação a Putin. Le Pen direcionou ataques à Otan, enquanto o seu partido defendeu que a França não deveria receber refugiados ucranianos. Além disso, em 2014, esse partido reconheceu a anexação da Crimeia pela Rússia, diferentemente da comunidade internacional em geral.

Ao observar a cartografia das eleições presidenciais na França, é possível observar que o padrão ocorrido em 2017 foi reforçado. Mesmo derrotada, Marine Le Pen concentrou muitos votos no antigo cinturão industrial do norte e leste do país. A região, antigo bastião do Partido Comunista Francês (PCF), passou a direcionar seus votos para a “Frente Nacional”, renomeada e reformada sob a liderança de Le Pen nos últimos anos como “Reunião Nacional”. A aposta de que os imigrantes são culpados pela retirada industrial é o núcleo da argumentação do agrupamento político, que tem crescido também nas cidades pequenas de quase todo o país.



Imagem ilustrativa da eleição
Fonte: Godong Photo /stock.adobe.com

PANORAMA POLÍTICO FRANCÊS

O cenário político da França atualmente é uma ruptura em relação ao que se desenhou após a 2ª Guerra Mundial (1939-1945) e durou até o início do século XXI. Ao fim do conflito global, três atores político-ideológicos principais ocuparam o palco da França. Na centro-direita, os republicanos, vinculados à democracia-cristã, os quais eram em parte devotados a Charles de Gaulle durante décadas. Na centro-esquerda, os social-democratas do Partido Socialista, que defendiam o Estado de bem-estar social. Por fim, contrários à terceira força do país, havia os comunistas, que se comportavam como satélites de Moscou.

Desde a instauração da 5ª República na França a partir de 1958, os presidentes do país navegaram ao redor do centro do espectro político. Pela centro-

direita houve Charles de Gaulle (1959-1969), Georges Pompidou (1969-1974), Valéry Giscard d'Estaing (1974-1981), Jacques Chirac (1995-2007) e Nicolas Sarkozy (2007-2012). Já pela centro-esquerda, François Mitterrand (1981-1995) e François Hollande (2012-2017).

Entretanto, uma nova força política despontou em 1972, quando Jean-Marie Le Pen, pai de Marine Le Pen, fundou o “Front National” (Frente Nacional, em português). O partido colocava-se contra o projeto de integração europeia e contra a presença de imigrantes, além de ser temperado com o antissemitismo. Nos anos 1980, iniciou o seu crescimento, ganhou os votos das regiões em desindustrialização do norte-leste a partir da década seguinte e chegou ao 2º turno das eleições de 2002. Naquele ano, Jean-Marie Le Pen teve uma amarga derrota em relação a Jacques Chirac.

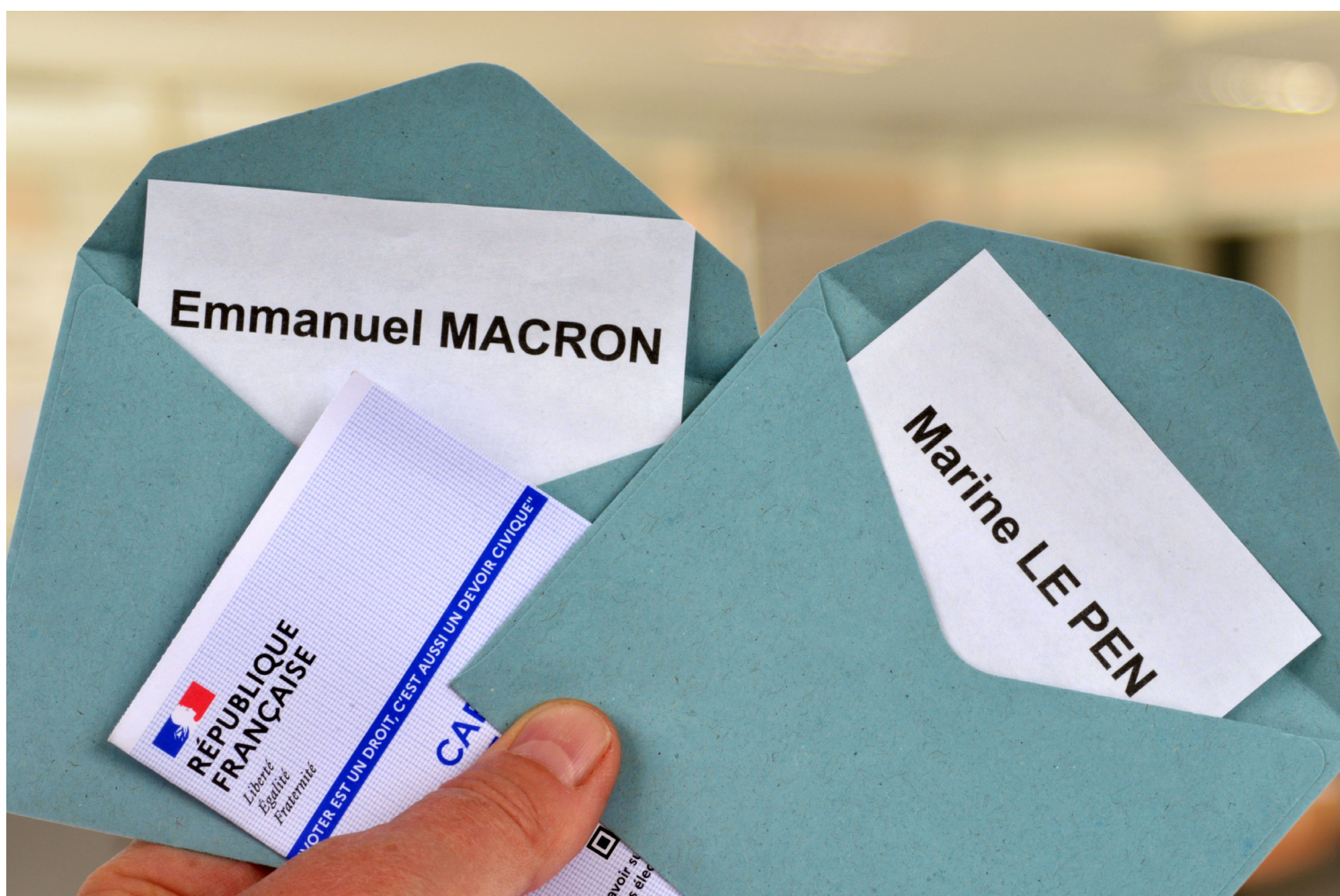


Imagem ilustrativa das cédulas de votação - Fonte: Richard Villalon/stock.adobe.com

Propagandas eleitorais, em Guiry-en-Vexin, na França
Fonte: PackShot /stock.adobe.com



A derrota de Jean-Marie Le Pen nas eleições de 2002 pode ser explicada pelas nostalgias assustadoras de seu partido, que reivindicava raízes na França de Vichy, o Estado-satélite da Alemanha nazista durante a 2ª Guerra Mundial. Todavia, depois de uma votação píflia nas eleições de 2007, o partido passou a ser reformado por Marine Le Pen, filha do fundador.

CRISE DOS PARTIDOS TRADICIONAIS

Marine Le Pen redirecionou a “Frente Nacional” em direção ao Estado assistencialista e ao combate aos direitos dos imigrantes e refugiados. Seu pai foi expulso do partido em 2015, enquanto rareava o negacionismo do Holocausto, antes presente nesse círculo político. A “Frente Nacional” tornou-se então a “Reunião Nacional”, mantendo-se como a principal representante da extrema-direita na política francesa, que mudou completamente de feição na última década.

Os eleitores franceses parecem estar cansados das lideranças dos partidos tradicionais. Durante décadas, republicanos e socialistas alternaram-se no poder. Todavia, nas eleições de 2017, o centrista Emmanuel Macron, de um novo partido chamado “A República em Marcha”, foi eleito capturando os votos

dos social-democratas – a centro-esquerda – e um pouco do eleitorado de centro-direita. Enquanto isso, a “Reunião Nacional”, de Marine Le Pen, cada vez mais absorve os votos da centro-direita, antes adepta pelos republicanos.

A crise dos partidos tradicionais ficou mais evidente ainda nas eleições de 2022. A candidata republicana Valérie Pécresse e a socialista Anne Hidalgo receberam 5,28% e 1,69% dos votos, respectivamente. Nos departamentos ultramarinos de Guadalupe, Martinica e Guiana Francesa, a população votou em massa em Mélenchon, de extrema-esquerda, no 1º turno, e em Marine Le Pen, de extrema-direita, no 2º turno.

O ressentimento dos franceses em relação à realidade do país estourou nas manifestações dos “coletes amarelos”, de 2018, congregando pessoas de todo o espectro político, mas sem a criação de lideranças que transmitissem as insatisfações para o sistema político. A alta votação em candidatos extremistas como Mélenchon e Le Pen em 2022 é uma evidência da falta de líderes que canalizem a insatisfação. É o desafio de Macron pelos próximos cinco anos.

PARA SABER MAIS

BBC News Brasil - Eleições na França

A MORTE DO ÚLTIMO LÍDER SOVIÉTICO

Gorbachev, que permaneceu no poder entre 1985 e 1991, foi o responsável por reformas políticas e econômicas que levaram ao fim a própria URSS





O líder russo Gorbachev, que morreu em 30 de agosto de 2022

Fonte: Wikimedia Commons

MAPA DA EX-URSS



A crise terminal da União Soviética culminou no seu fim em 1991. O processo poderia ter desencadeado uma guerra civil generalizada. Contudo, o tom foi outro, notadamente devido à liderança de Mikhail Gorbachev, que morreu recentemente, em 30 de agosto de 2022. No fundo, ele desejava reformas, e não o fim do “império vermelho”.

Mikhail Gorbachev subiu ao poder em 1985, sem grandes sinais do protagonismo que iria exercer na história global. No ano seguinte, anunciou duas grandes reformas internas: a glasnost e a perestroika. O objetivo era acionar a alavanca de liberdades políticas e econômicas para os cidadãos soviéticos, abrindo uma fresta inédita naquele corpo político.

Em 1989, quando as populações do Leste Europeu se levantaram contra os regimes apoiados pela União Soviética, Gorbachev aprovou as mudanças. Um a um, os satélites de Moscou caíram, e o símbolo principal dessa conjuntura foi a queda do Muro de Berlim, em novembro. A reunificação alemã, no ano seguinte, não teria ocorrido sem a anuência do líder soviético.

Ao fim e ao cabo, as engrenagens movidas pelas reformas de Gorbachev giraram no sentido do próprio fim da União Soviética. Em 1991, o país se fragmentou em 15 Estados independentes, inclusive os três que ocupavam o núcleo da antiga organização política: Rússia, Ucrânia e Belarus.

FORMAÇÃO DA URSS

A União Soviética surgiu em 1922, como fusão entre o conteúdo político-ideológico da revolução bolchevique de outubro de 1917 e a herança territorial do antigo império russo e czarista. O regime de partido único se uniu ao velho nacionalismo russo sob Josef Stálin (1928-1953). O cargo de Secretário-Geral do Partido Comunista da União Soviética, o PCUS, significava o comando de todo o país, em que o Estado estava fundido ao partido.

A morte de Stálin abriu espaço para Nikita Krushev, que denunciou alguns dos crimes do líder anterior no 20º Congresso do PCUS, em fevereiro

de 1956. Contudo, depois de ocupar o centro dos momentos mais tensos da Guerra Fria, como a Crise dos mísseis de Cuba, em 1962, Krushev foi derrubado por um golpe palaciano em 1964. Seu sucessor, Leonid Brejnev, se tornaria o sinônimo de uma economia soviética enrijecida e pouco produtiva.

Brejnev se manteve no poder até sua morte em 1982, dando lugar a dois sucessores idosos que logo sucumbiram da mesma forma: Yuri Andropov, em 1984, e Konstantin Tchernenko, em 1985. A crise na liderança anciã da União Soviética abriu espaço para a ascensão de Mikhail Gorbatchev, o primeiro comandante do país a nascer depois da revolução bolchevique de 1917.



O presidente americano Ronald Reagan e Gorbatchev, em Genebra, em 1985
Fonte: Wikimedia Commons



Selo com a figura de Gorbatchev
Fonte: Popova Olga
/stock.adobe.com

REFORMAS E A INDEPENDÊNCIA DAS REPÚBLICAS SOVIÉTICAS

Gorbatchev anunciou as reformas de “reconstrução” (perestroika) e “transparência” (glasnost) no 27º Congresso do PCUS, entre fevereiro e março de 1986. Contudo, a inovação do novo líder também se expressou no plano internacional, iniciando uma política de desarmamento nuclear em parceria com os Estados Unidos, que assinalou um passo decisivo no fim da Guerra Fria.

As negociações entre Moscou e Washington haviam se iniciado em 1986, com destaque para a Cúpula de Reykjavík, na capital da Islândia, em outubro. Em pleno Atlântico Norte, Mikhail Gorbatchev se encontrou com o presidente americano, Ronald Reagan, que havia agitado o início da década com um acirramento da corrida armamentista contra os soviéticos. As conversações entre ambos se estreitaram.

Em 8 de dezembro de 1987, Mikhail Gorbatchev assinou, em Washington — capital dos Estados Unidos —, o Tratado de Forças Nucleares de Alcance Intermediário. O acerto entre as duas superpotências significou uma redução da presença de tais armas no solo europeu e o comprometimento da destruição de partes expressivas dos arsenais. Era um anúncio do fim da Guerra Fria, que dividia o planeta em dois blocos distintos desde o fim da 2ª Guerra Mundial (1939-1945).

No plano econômico, Gorbatchev encontrou uma situação em frangalhos. Os gastos astronômicos em defesa — ampliados com a nova corrida armamentista promovida por Washington — e a queda brusca nos preços do petróleo, pelo reforço da produção saudita, agravaram a conjuntura na década de 1980. As reformas de Gorbatchev, no entanto, evidenciaram um sistema irreformável.

A era de Stálin no poder, entre 1928 e 1953, havia reforçado a impressão de que a União Soviética era uma simples continuidade do Império Czarista em relação à sua periferia. Desse modo, a luta pela independência emergiu já no final dos anos 1980, nos Estados Bálticos, que haviam sido anexados por Moscou no Pacto entre Hitler e Stálin, em agosto de 1939. Quando a própria Rússia declarou sua independência, a União Soviética deixou de existir.

A abertura política promovida por Gorbatchev suscitou um enorme descontentamento nas repúblicas soviéticas em relação à centralidade russa.

UM COMPLEXO LEGADO

A herança de Gorbachev é dúbia em alguns sentidos. Em 1986, o acidente na usina nuclear de Chernobyl, na Ucrânia soviética, trouxe à Europa o espectro do desastre atômico. A demora de Moscou em divulgar o que estava ocorrendo revelou o preço da rotina de segredos e desconfianças em que vivia o novo Estado. A abertura promovida por Gorbachev mudou essa realidade, assim como foi histórica sua decisão de retirar as tropas soviéticas do Afeganistão, onde lutavam uma guerra sem sentido desde 1979.

Gorbachev se afastou do poder em 1991, enquanto a Rússia independente entrava numa era de desafios. A difícil transição para o capitalismo gerou um cenário de grave crise econômica: a falta de ajuda ocidental abriu espaço para o saudosismo e o nacionalismo. Uma elite corrupta surgiu da captura das antigas empresas estatais. Em 1999, subiu ao poder Vladimir Putin, um ex-agente do serviço secreto, rodeado por um núcleo composto pelo serviço de segurança e pela plutocracia reinante.

Gorbachev rompeu publicamente com Vladimir Putin no início da década de 2010, afirmando que o líder russo representava o tipo de regime e de sociedade que ele tanto havia buscado combater. Putin abraçou o nacionalismo grão-russo, colonizou o sistema judiciário e o parlamento e também exerceu forte censura à imprensa e à liberdade de expressão.

O último dirigente soviético morreu justamente após seis meses do início de um conflito que condenava: a Guerra da Ucrânia, motivada pela invasão russa ao território ucraniano. O antigo líder nunca havia visto com bons olhos a expansão da Otan, a Aliança Atlântica, no Leste Europeu, mas não apontou justificativa nenhuma para as chamadas nacionalistas ataçadas por Putin ao iniciar o conflito atroz. Não é à toa que o atual líder russo não concedeu a Gorbachev, morto aos 91 anos, um enterro com honras de Estado.



Gorbachev visita a Lituânia, em 1990, antes da independência do país
Fonte: Wikimedia Commons

PARA SABER MAIS

Reportagem do jornal português Público sobre Gorbachev 

GUERRA DA BÓSNIA

30 anos de um dos mais sangrentos conflitos europeus do pós-guerra





Vista de um bairro de Sarajevo, meses após a assinatura do Acordo de Paz que encerrou oficialmente a guerra na Bósnia

Fonte: Wikimedia Commons

Confronto resultou da desintegração da Iugoslávia, introduziu o conceito de “limpeza étnica” e deixou 100 mil mortos e cerca de 2 milhões de refugiados



Construção bombardeada

Fonte: Merlot Levert/stock.adobe.com

A Europa foi palco de um sangrento conflito em pleno fim do século XX, lançando sombra sobre a era do pós-Guerra Fria. Em meio à desintegração da antiga Iugoslávia, a Guerra da Bósnia (1992-1995) deixou 100 mil mortos e cerca de 2 milhões de deslocados forçadamente. Nesse contexto, a execução em massa de civis de acordo com o critério “étnico” tornou-se uma das suas marcas, assim como a ocorrência do estupro como arma de guerra.

A capital bósnia, Sarajevo, esteve sob o cerco de sérvios nacionalistas durante todo o conflito. A ideia de que o território deveria ser “puro” etnicamente, disseminada por líderes políticos, motivou milícias bósnias, croatas e sérvias a realizarem “limpezas étnicas”, isto é, uma senha para a deportação e o assassinato. Os escombros da célebre ponte de Mostar serviram como símbolo da transformação de uma região multiétnica em um espaço dividido pela via das armas.

O Massacre de Srebrenica, em julho de 1995, foi o episódio mais emblemático da Guerra da Bósnia, no qual cerca de 8 mil bósnios foram assassinados por milícias sérvias e enterrados em valas comuns. Poucos meses depois, uma intervenção ocidental obrigou os lados inimigos a selarem uma paz frágil. Os Acordos de Dayton, de dezembro do mesmo ano, refletiram a Bósnia criada pela guerra: um país dividido em dois — uma região de maioria sérvia e outra bósnio-croata —, como resultado das inúmeras limpezas étnicas realizadas durante o conflito.

ORIGENS DO CONFLITO

A Guerra da Bósnia deve ser entendida como um dos inúmeros conflitos regionais que resultaram na desintegração da Iugoslávia, localizada na região dos Bálcãs, ao fim da Guerra Fria. O antigo Estado deu lugar a uma colcha de retalhos de países: Eslovênia, Croácia, Bósnia-Herzegovina, Sérvia, Montenegro, Macedônia do Norte e Kosovo. Esse processo apenas reforçou o significado da expressão “balcanização”: territórios estilhaçados cujas partes resultantes mantêm-se constantemente em rivalidade.



Cemitério na cidade de Srebrenica, onde ocorreu o emblemático massacre
Fonte: Adam/stock.adobe.com

MAPA DOS PAÍSES QUE FORMAVAM A EX-IUGOSLÁVIA



A Iugoslávia despontou sob os escombros de impérios. Ao final da 1ª Guerra Mundial (1914-1918), os impérios alemão, russo, austro-húngaro e turco-otomano haviam desaparecido. Sob o princípio da autodeterminação nacional e sob incentivo do presidente americano Woodrow Wilson, novos Estados foram criados na Europa centro-oriental ou então novas fronteiras foram definidas para os já existentes.

No contexto do pós-1ª Guerra, a Iugoslávia surgiu como um caldeirão cultural, incluindo, majoritariamente, os sérvios ortodoxos, os croatas católicos e os bósnios, majoritariamente

muçulmanos. Todavia, o novo Estado era uma expressão do projeto geopolítico da “Grande Sérvia”, o que alimentava constantes rivalidades internas contra a supremacia sérvia.

A 2ª Guerra Mundial (1939-1945), por sua vez, trouxe terror para a região. Nesse cenário, a elite política croata aliou-se aos nazistas, criando um Estado próprio, enquanto o restante da Iugoslávia era retalhada entre os integrantes do Eixo. Todavia, Josip Broz Tito, um croata, liderou a resistência antinazista, expulsando os invasores sem a ajuda do Exército Vermelho, mesmo seguindo a linha ideológica soviética.

GUERRA FRIA E ASCENSÃO DE MILOSEVIC

A Iugoslávia manteve-se socialista e federal durante toda a Guerra Fria. A unidade foi garantida por três pilares: a divisão federativa, que dava certa autonomia para as repúblicas internas; o regime de partido-único, liderado por Tito até 1980; e uma posição de não-alinhamento no contexto internacional. A Bósnia permaneceu como uma entidade bem singular, por ser pluriétnica, e funcionou como uma espécie de “tampão” entre a Croácia e a Sérvia, repúblicas inseridas dentro da união.

Sarajevo, a capital da Bósnia, sediou as Olimpíadas de Inverno de 1984, as únicas realizadas no lado oriental durante a Guerra Fria. Todavia, a mesma década seria o início do fim da Iugoslávia — em 1980, Tito morreu, poucos anos depois do desmoronamento do bloco comunista como um todo, em meio a demandas gerais da população por maior transparência política e abertura econômica.

Logo surgiram movimentos políticos guiados pelo nacionalismo em cada república da Iugoslávia, desviando a atenção da população, que desejava democracia e integração econômica com o bloco europeu. O exemplo mais sinistro da reviravolta nacional foi a ascensão de Slobodan Milosevic ao comando da Sérvia, recusando a desintegração iugoslava e defendendo a supremacia sérvia.

O Exército iugoslavo era dominado por sérvios, mais numerosos na Iugoslávia como um todo, e se tornou maleável à influência do discurso inflamado de Milosevic. Não demorou para que a Eslovênia declarasse a independência, em 1991, seguida pela Croácia. Como consequência, processos de limpeza étnica de sérvios e croatas começaram a ocorrer nos dois lados da fronteira, mas a situação tornou-se mais sombria quando o parlamento bósnio decidiu pela independência, em 1992. Milosevic não aceitou essa condição, e a guerra teve início — nesse cenário, a Iugoslávia começava a desaparecer, em estilhaços.



Moeda com a efígie do Marechal Tito
Fonte: Ilapinto/stock.adobe.com

A execução em massa de civis de acordo com o critério “étnico” tornou-se uma das suas marcas, assim como a ocorrência do estupro como arma de guerra.



Construção com buracos de bala do período da Guerra da Bósnia em Mostar, Bósnia-Herzegovina - Fonte: Fotokon/stock.adobe.com

LIMPEZA ÉTNICA E DESFECHO DO CONFLITO

Milícias sérvias lançaram-se em episódios de limpeza étnica para garantir um domínio territorial. A ideia de etnia é oriunda do pensamento racial e se vincula à conclusão obscura de que a cultura está ligada ao sangue. A busca pela homogeneidade étnica levou a expulsões e massacres na Guerra da Bósnia, justamente em um território tradicionalmente marcado pela heterogeneidade e convivência. Grupos armados bósnios e croatas fizeram o mesmo, mas sem a intensidade do que ocorreu sob domínio sérvio, como evidenciado pelo Massacre de Srebrenica, em julho de 1995. Estupros tornaram-se arma de guerra contra as mulheres.

O genocídio em Ruanda, na África, entre abril e julho de 1994, que resultou em cerca de 800 mil mortos, fez com que a comunidade internacional temesse algo da mesma intensidade na Bósnia. Todavia, a Rússia, aliada de Milosevic, fazia de tudo para impedir alguma atuação estrangeira. De todo modo, as Nações Unidas contornaram esse veto e enviaram uma força de paz para interromper as agressões.

Os Acordos de Dayton (1995) trouxeram fim ao conflito, desenhando uma Bósnia independente. Contudo, a ameaça de Milosevic em reprimir os kosovares da Sérvia levou a um bombardeio da capital pela Otan, aliança militar ocidental, em 1999, que visava impedir novos massacres étnicos pelo governo do ditador sobredito. O Kosovo alcançou a independência nos anos seguintes, e Milosevic foi derrubado por uma revolta popular em 2001.

TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL SURGE NA ESTEIRA DA GUERRA DA BÓSNIA

Uma importante herança da Guerra da Bósnia foi a criação de um Tribunal Penal Internacional para a ex-Iugoslávia pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, feito com o objetivo de julgar os responsáveis por crimes de guerra, de genocídio e contra a humanidade. Cerca de 90 indivíduos foram condenados, como Ratko Mladic e Radovan Karadzic. Milosevic morreu na prisão, em 2006, antes de receber a sentença: foi o primeiro chefe de Estado da história a ser punido por crimes de guerra. Em 1998, foi institucionalizado um Tribunal Penal Internacional (TPI), que entrou em vigor no início do século XXI, para que responsáveis por crimes como esse não ficassem impunes.



Sede do Tribunal Penal Internacional, em Haia, nos Países Baixos - Fonte: Oliver de la haye/stock.adobe.com

PARA SABER MAIS

Artigo “Bósnia ainda procura seu futuro, 30 anos após a guerra”, do Deutsche Welle Brasil



SRI LANKA

Revolta social impõe mudanças na condução política do país





Protesto em frente ao palácio presidencial no Sri Lanka

Fonte: Wikimedia Commons

Na nação de maioria budista, a crise econômica e política leva a manifestações ao longo de 2022, que tiram a família Rajapaksa do poder

Multidões invadem o palácio presidencial e a residência do primeiro-ministro. As autoridades máximas do poder executivo renunciam e fogem do país. O sistema político nacional reage, e tem início a repressão das manifestações. O Sri Lanka, país insular

do oceano Índico, se tornou cenário de uma aguda revolta social ao longo de 2022. A convergência entre uma crise econômica e política gerou uma tempestade perfeita de descontentamento, e o alvo preferido se tornou a família Rajapaksa, encastelada ao poder na ilha.

O Sri Lanka tem um histórico de famílias com influência profunda sobre o país. Da independência, em 1948, à década de 1990, o clã dos Bandaranaike esteve sempre nos mais altos círculos. No século XXI, impulsionados pelo fim da guerra civil que assolava o país, os Rajapaksa ascenderam ao poder, principalmente nas figuras dos irmãos Gotabaya, Mahinda e Basil. Contudo, sua hegemonia agora é contestada.



Mahinda, Gotabaya e Basil Rajapaksa - Fonte: Eranga Jayawardena/Associated Press



Plantação de chá no Sri Lanka - Fonte: Rawpixel.com/stock.adobe.com

A economia do Sri Lanka depende profundamente do turismo e da agricultura, seja na exportação de chá ou na produção de arroz para o consumo interno. Os dois pilares foram seriamente abalados nos últimos anos. Os atentados terroristas da Páscoa de 2019, contra igrejas e hotéis—e seu rastro de 258 mortos—, além da pandemia na sequência, diminuíram drasticamente o número de visitantes. No plano agrícola, o programa do governo de Mahinda Rajapaksa em acelerar a transição para a agricultura orgânica deixou os campos do país com carestia de fertilizantes. A produção caiu enquanto a nação passava a importar arroz, justamente em um cenário global de aumento no preço dos alimentos.

O Sri Lanka ainda guarda as cicatrizes bem evidentes da longa guerra civil que assolou o país entre 1983 e 2009. O país foi palco da disputa entre o nacionalismo cingalês, que vinculava a ilha à sua maioria budista, e tâmil, organizado em torno da minoria hindu e marginalizada desde a independência. Contudo, o que é novo nas manifestações de 2022 contra o governo dos irmãos Rajapaksa é a própria oposição da maioria budista e cingalesa a um governo que buscava mobilizar justamente essa identidade para se manter no poder.

NACIONALISMOS RIVAIS E DIFERENTES RELIGIÕES

A ilha do Ceilão, denominação prévia do Sri Lanka, localiza-se logo ao sul da Índia, e conta com 22 milhões de habitantes. Durante as Grandes Navegações, foi palco de disputa entre portugueses, holandeses e ingleses. Contudo, os britânicos levaram a melhor: fixaram-se na ilha durante as guerras napoleônicas, numa prévia da hegemonia estabelecida sobre todo o subcontinente indiano no século XIX.

Ao longo do domínio britânico, o Ceilão se tornou palco de emergência de nacionalismos rivais, mesclados com a religião. O budismo se manteve predominante entre a maioria cingalesa da ilha, enquanto recuou precocemente na Índia. Contudo, no norte do Ceilão, predominava uma minoria tâmil — hindu ou muçulmana — com inúmeros laços aos milhões de tâmeis do sul da Índia. Como os britânicos desejavam a integração de seu mundo colonial, a elite comercial tâmil se revelou uma parceira ideal. Ela foi beneficiada com a colonização, com presença intensa no comércio, na administração colonial e nas universidades.

No final do século XIX, políticos e intelectuais oriundos da maioria cingalesa e budista passaram a pregar a independência frente aos britânicos. O ressentimento em relação ao status privilegiado da minoria tâmil serviu de combustível para o nacionalismo cingalês, que mesclava nação e religião. Para os seus ideólogos, a ilha do Ceilão era um santuário budista a ser preservado frente ao colonialismo britânico e o hinduísmo dos tâmeis, estivessem eles no norte da ilha ou na vizinha Índia.

A independência, em 1948, levou ao poder uma maioria de políticos cingaleses. A imposição do cingalês como língua oficial, e não mais o tâmil, serviu como duro golpe para a minoria do norte, que perdeu espaço nos negócios e profissões liberais da capital e do restante do país. Em 1972, o Ceilão deixou de ter o nome de origem colonial, passando a ser Sri Lanka: o segundo governo de Sirimavo Bandaranaike (1970-1977) aumentou a insatisfação tâmil ao estabelecer ações afirmativas para garantir uma maioria cingalesa e budista nas universidades.

MAPA DO SRI LANKA



Fonte: Peter Hermes Furian/stock.adobe.com

GUERRA CIVIL

A insatisfação tâmil se tornou ressentimento, que deslizou para a violência de grupos radicais. Em 1983, teve início a guerra civil no país: o governo passou a enfrentar os Tigres pela Libertação do Tâmil Eelam, a denominação tâmil para a ilha. A primeira fase do conflito acabou em 1987, com uma intervenção militar da Índia, que buscava reafirmar sua hegemonia regional e impedir que o conflito transbordasse para dentro de suas fronteiras.

A segunda etapa da guerra, entre 1990 e 1994, trouxe novas violações aos direitos humanos de civis por todos os lados, o que se manteve até o início do século XXI, mesmo com negociações de paz. A retomada dos combates em 2006 terminou com a vitória do governo sobre os separatistas, em 2009, sob o governo de Gotabaya Rajapaksa, que tinha no comando da segurança do país o seu irmão, Mahinda. O fim da guerra civil garantiu a reeleição do primeiro, em 2010, enquanto a família corria o sistema político e a administração do país com os tons do nepotismo e da intimidação. Ao invés de um regime de partido-único, o Sri Lanka se tornava um país de “família-única”.

O país ainda guarda as cicatrizes da longa guerra civil (1983-2009), que opôs a maioria cingalesa, que segue o budismo, à minoria tâmil, predominantemente hinduísta.

MANIFESTAÇÕES POPULARES

O opositor Maithripala Sirisena subiu ao poder em 2015, mas os atentados terroristas da Páscoa de 2019 abriram espaço para a retórica de linha-dura dos Rajapaksa novamente. De volta ao comando, a família reforçou os laços com a China e ampliou os gastos públicos de forma irresponsável, enquanto o mundo entrava em pandemia, seguido pelo caminho tortuoso da Guerra da Ucrânia. A profunda crise econômica e financeira em 2022 levou às ruas dezenas de milhares de manifestantes. O primeiro-ministro Gotabaya Rajapaksa renunciou em maio, e o presidente Mahinda Rajapaksa, em julho.

O parque urbano e histórico de Galle Face Green, em Colombo, a histórica capital do Sri Lanka, se tornou um dos símbolos das manifestações. Contudo, é possível que a onda de descontentamento social não resulte em grandes modificações do sistema político do país para além da fuga dos Rajapaksa. Como nos protestos do hirak da Argélia em 2019, a pura revolta pode não resultar na emergência de lideranças políticas novas que levem a frente as pautas do movimento. A ressonância da antipolítica resulta na dificuldade do movimento dos descontentes em fazer qualquer forma de política. Na era das redes sociais, a pura revolta pode muito bem resultar na pura impotência.



Maithripala Sirisena - Fonte: Wikimedia Commons

PARA SABER MAIS

Reportagem “Sri Lanka: entenda crise que levou à fuga de presidente, invasão de palácio e protestos em massa”, da BBC News Brasil

TAIWAN: A SOMBRA DA GUERRA

Visita da presidente da Câmara dos EUA, Nancy Pelosi, à “província rebelde” amplia a tensão política entre China e Estados Unidos





Nancy Pelosi e delegação americana encontram a presidente de Taiwan, Tsai Ing-wen

Fonte: Wikimedia Commons



Taipei, capital de Taiwan - Fonte: Sean Hsu/stock.adobe.com

Uma visita pode trazer inconvenientes, principalmente quando a vizinhança oferece riscos. Em 2 de agosto de 2022, Nancy Pelosi, a principal representante do poder legislativo dos Estados Unidos, visitou Taiwan. O evento precipitou uma nova crise na região, com a resposta agressiva de uma China que considera a ilha uma “província rebelde” e promete uma reunificação até a metade do século.

Em 4 de agosto, logo após a partida de Nancy Pelosi, a China iniciou o disparo de mísseis na região. Dos dezesseis lançados naquele dia, cinco caíram

na Zona Econômica Exclusiva do Japão, seu domínio territorial. Outros quatro atravessaram os céus de Taiwan para aterrissar em águas circunvizinhas. Um deles passou por cima de Taipei, a capital da ilha, aterrorizando os habitantes.

Os exercícios militares chineses envolveram não só o disparo de mísseis, como também as manobras navais e aéreas. Seis zonas de ação foram definidas pela China ao redor de Taiwan, em um verdadeiro cerco. O espectro de um bloqueio chinês passou a preocupar os moradores da ilha, que importa 98% da sua energia e 60% dos seus alimentos.

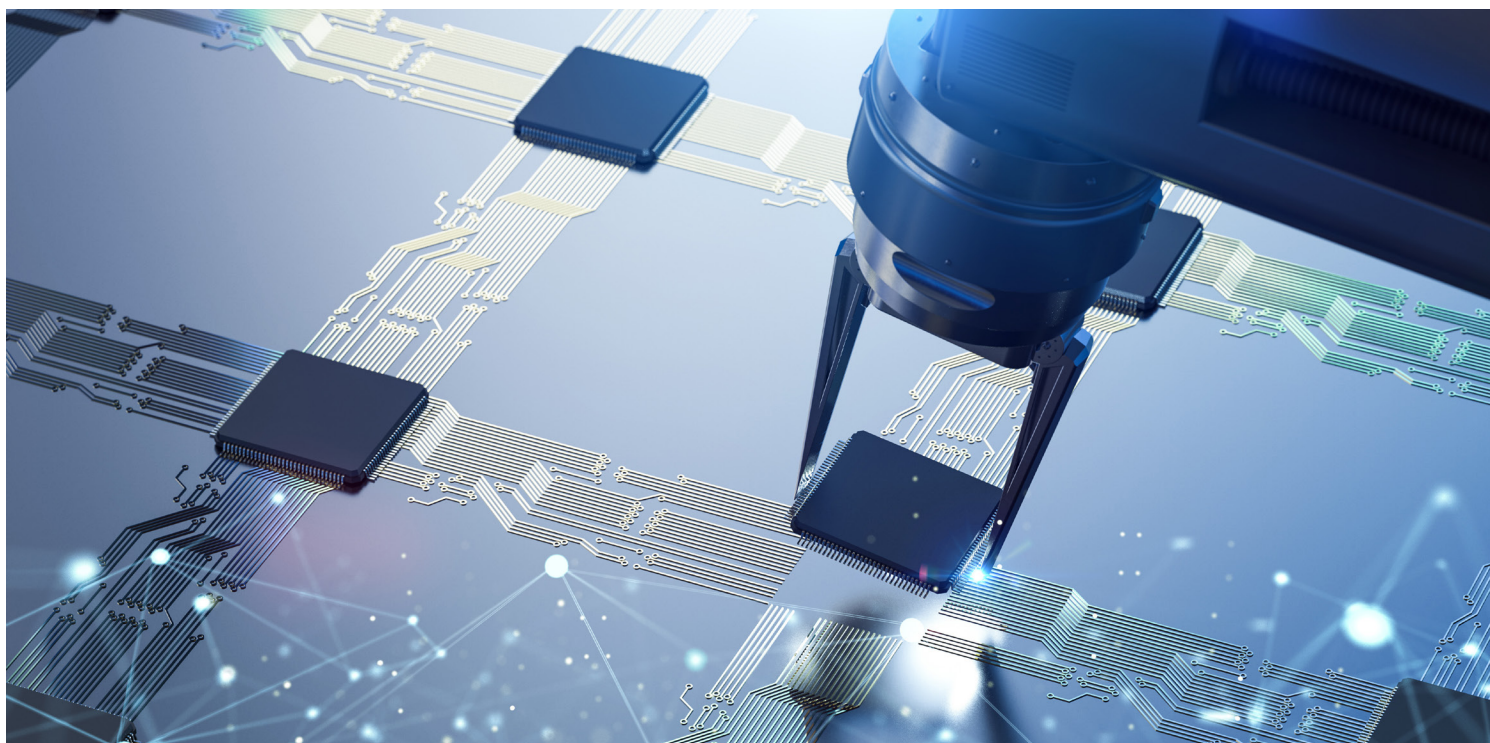
POSICIONAMENTO CRÍTICO DE PELOSI

Presidente da Câmara dos EUA, Nancy Pelosi é de um setor mais à esquerda do Partido Democrata e é historicamente uma crítica da China, sobretudo em relação à violação dos direitos humanos. Mesmo criticada pela sua viagem, Pelosi calculou parte do nível de seu desafio à China. Em sua rota entre Cingapura e Taiwan, desviou do Mar da China Meridional, grande extensão aquática distribuída entre a China e inúmeras outras nações, como o Vietnã, a Malásia e as Filipinas. Pelosi tem total noção de que a China — assim como o governo de Taiwan — reivindicam sua soberania sobre todo esse corpo aquático, incluindo as diversas ilhas e recursos minerais da região.

Uma eventual invasão de Taiwan pela China ocasionaria uma guerra com profundas consequências na geoeconomia mundial. Isso, porque a economia taiwanesa tem como um de seus setores de ponta a indústria de semicondutores.

Taiwan é responsável por 64% da produção global no setor e por 90% no que diz respeito aos semicondutores mais avançados. A empresa TSMC (Taiwan Semiconductor Manufacturing Company) é a principal representante do país e tem como principal concorrente mundial a sul-coreana Samsung. O parque tecnológico Hsinchu é uma das referências no país em desenvolvimento econômico, reverberando por todo o restante da economia.

A nova tensão envolvendo China e Taiwan, que são separados por um estreito de aproximadamente 150 quilômetros de largura, é a reedição de crises anteriores. As primeiras “crises do Estreito de Taiwan” ocorreram em 1955 e 1958, com um novo evento em 1996, quando a China disparou inúmeros mísseis na região. Os acontecimentos de agosto de 2022 interromperam mais de um quarto de século de uma situação de aparente estabilidade. A questão principal é: como os destinos de Taiwan e da China continental se bifurcaram?



Produção de semicondutores, setor de ponta da economia taiwanesa - Fonte: Phonlamaipphoto/stock.adobe.com

Mao Tsé-tung e o presidente americano Richard Nixon, em 1972
 Fonte: Wikimedia Commons



DO NACIONALISMO À REDEMOCRATIZAÇÃO

A ilha de Taiwan possui pouco mais de 36 mil km² — menor do que a Suíça — e uma população de cerca de 24 milhões de habitantes. O território é bastante montanhoso, notadamente na sua vertente leste, e conta com mais de 200 picos acima dos 3 mil metros de altitude. O ponto mais alto da ilha é Yu Shan, a chamada Montanha de Jade, com 3.952 metros acima do nível do mar. O território sob controle da ilha também inclui os pequenos arquipélagos de Kinmen, Matsu e Penghu, mais próximos da China continental.

Taiwan esteve sob soberania chinesa por séculos. A derrota de Pequim na Guerra Sino-Japonesa (1894-1895) colocou Taiwan sob controle do Japão, que iniciou uma verdadeira ocupação colonial. A ilha voltou ao controle chinês apenas em 1945, com a derrota do Japão. Contudo, a República da China se encontrava então atravessada pela guerra civil entre os comunistas e a ditadura do Kuomintang, o Partido Nacionalista.

A vitória de Mao Tsé-tung, o líder comunista, fez com que o governo da República da China, comandado por Chiang Kai-shek, se refugiasse em

Taiwan, em 1947. Em dois anos, cerca de 2 milhões de pessoas fugiram para a ilha. Em outubro de 1949, Mao proclamou a República Popular da China, em Pequim, a antiga capital imperial. Nos seus 27 anos no poder, a brutalidade da ditadura maoísta se revelou em episódios como o Grande Salto Adiante (1958-1961) e a Revolução Cultural (1966-1976).

Desse modo, dois governos se diziam os verdadeiros representantes da China: o comunista, em Pequim, e o nacionalista, em Taipei, capital de Taiwan. Até 1971, foi o governo instalado na ilha que ocupou a vaga da China nas Nações Unidas. No ano seguinte, o presidente americano Richard Nixon visitou Mao Tsé-tung, buscando aproximar-se de seu governo comunista em uma articulação contra a União Soviética, inimiga de ambos.

Os Estados Unidos continuaram apoiando militarmente Taiwan, mas deixaram de reconhecê-la como a verdadeira representante da China desde 1979. Enquanto isso, a ilha manteve-se sob a ditadura do Kuomintang — o Partido Nacionalista — por décadas, até que a lei marcial foi revogada em 1987, iniciando a redemocratização. No começo dos anos 1990, o governo nacionalista aproximou-se da China de Deng Xiaoping, que ofereceu um modelo para a reunificação da ilha com o governo continental.

POSTURA PRÓ-INDEPENDÊNCIA

Deng Xiaoping propôs o ideal de “Uma China, dois sistemas”. Ou seja, Taiwan poderia se reunificar com a China continental, mas manter sua autonomia. A proposta ocorria justamente quando a ilha passava por uma redemocratização que não estava acontecendo na China continental. Desse modo, passou a crescer em Taiwan uma oposição ao Kuomintang, partido de direita, defendendo que a ilha buscasse a independência e abandonasse qualquer intenção de reunificação com a China.

A materialização dos novos ventos políticos em Taiwan veio com o Movimento Girassol, de 2014. O parlamento foi ocupado depois que o governo do Partido Nacionalista (Kuomintang) realizou acordos com a China, firmando uma aproximação. O resultado dos protestos foi a vitória de Tsai Ing-wen nas eleições presidenciais de 2016, uma integrante do Partido Democrático Progressista, que é de centro-esquerda e defende um afastamento em relação à China.

A resistência de Taiwan face à possibilidade de reunificação com a China aumentou ao observar o exemplo de Hong Kong. A cidade voltou à soberania

chinesa em 1997, sob a promessa do sistema de “Uma China, dois sistemas”, e transformou-se em uma “Região Administrativa Especial”, com direito a autonomia em vários setores, como a liberdade de imprensa e o funcionamento do judiciário. Contudo, desde que Xi Jinping subiu ao poder na China em 2012, Hong Kong vem sendo submetida a um cerco que a transformou em apenas mais uma grande cidade sob controle estrito de Pequim.

Desde 2021, a China vem realizando incursões aéreas recordes nos entornos de Taiwan, aumentando a tensão que envolve a ilha. A visita de Nancy Pelosi acirrou os ânimos e levou a China a responder aproximando-se da Rússia de Putin, às voltas com a invasão realizada ao território ucraniano em fevereiro de 2022.

A Guerra Fria se impôs no conflito: o Vietnã do Norte aproximou-se de Moscou e de Pequim, enquanto o Sul voltava-se para Washington.



Imagem de Mao Tsé-tung em nota chinesa - Fonte: Vklilkov/stock.adobe.com

PARA SABER MAIS

Artigo do Jornal da Unesp sobre o assunto



GUERRA DO VIETNÃ: 50 ANOS DE UMA FOTOGRAFIA ICÔNICA

A imagem da menina Kim Phuc, de 9 anos, correndo com corpo queimado, chocou a opinião pública americana, que voltou-se contra o conflito



A menina vietnamita Kim Phuc tem seu corpo queimado por napalm

Fonte: Wikimedia Commons



Cenas da Guerra do Vietnã - Fonte: Wikimedia Commons

Muitas vezes, as imagens valem mais do que as palavras. O mais importante retrato da Guerra do Vietnã (1963-1975) foi capturado pelas lentes do fotojornalista vietnamita-americano Nick Ut. Em 8 de junho de 1972, um bombardeio de napalm atingiu o vilarejo de Trang Bang, a 40 quilômetros de Saigon. Kim Phuc, de 9 anos, corria com o corpo queimado, sem saber que o seu desespero seria estampado nos principais jornais dos Estados Unidos, desviando a opinião pública americana do apoio ao conflito atroz. A imagem ficou conhecida como “O horror da guerra”.

Nick Ut era o pseudônimo de Huynh Cong Ut, que atuava como fotojornalista para a agência de

notícias Associated Press (AP). Tinha então 21 anos e já havia perdido o irmão – que seguia a mesma profissão – durante o conflito no Vietnã. A guerra delineava-se em dois lados principais: o Vietnã do Norte, com capital em Hanói, apoiado diretamente por chineses e soviéticos; e o Vietnã do Sul, com sede em Saigon, que recebia ajuda militar direta dos americanos, cujas tropas estavam estacionadas no país.

A Associated Press e os seus funcionários trabalhavam para captar fatos e difundi-los, mesmo em meio a um cenário de batalhas e mortes. Contudo, o fotojornalista Nick Ut, funcionário da AP, foi além de sua função naquele dia 8 de junho de 1972.

A FORÇA DE UMA IMAGEM

A menina Phan Thi Kim Phuc aparece na foto “O horror da guerra”, com gestos de agonia. Nick Ut, o fotógrafo, socorreu a criança, levando-a ao hospital Barksy, em Saigon, capital do Vietnã do Sul. O diagnóstico: queimaduras de 3º grau em 30% do corpo. O tratamento: 14 meses de internação com 17 cirurgias. Quando a jovem teve alta, os Acordos de Paris, de janeiro de 1973, já haviam sido assinados, oficializando a retirada americana e abrindo espaço para o fim da guerra.

Como afirma o portal “1948 — Declaração Universal dos Direitos Humanos”, a máquina fotográfica com a qual Nick Ut capturou a emblemática foto era uma Leica M2, que está exposta em um museu em Washington, nos Estados Unidos. Todavia, por pouco a sua foto

mais célebre deixaria de ser publicada: a posição da menina Kim Phuc com o corpo queimado violava as regras da AP sobre nudez frontal em suas publicações. Contudo, a intervenção do fotojornalista alemão Hirst Faas, que reforçou com a diretoria a necessidade de exposição da imagem, fez com que ela tivesse repercussão internacional garantida.

A censura, contudo, veio anos depois. Em 2016, um jornal norueguês compartilhou a famosa foto, que foi replicada pela 1ª ministra do país na época, Erna Solberg. O Facebook, empresa controlada por Mark Zuckerberg, vetou a publicação, em uma atitude vastamente contestada nos dias seguintes. Como resposta à evidente censura à liberdade de expressão, a plataforma restituiu a postagem que envolvia a foto “O horror da guerra”, uma imagem que mudou o rumo dos conflitos no Vietnã.



Estudantes americanos protestam contra a Guerra do Vietnã, em Wisconsin (EUA), em 1965 - Fonte: Wikimedia Commons



Soldados sul-vietnamitas no campo de batalha em 1961 - Fonte: Wikimedia Commons

O DESENVOLVER DA GUERRA

A Indochina Francesa colonial envolvia um amplo território, englobando os atuais Camboja, Laos e o Vietnã, subdividido na época em Tonquim, Anã e Cochinchina. O imperialismo japonês durante a 2ª Guerra Mundial (1939-1945) colocou o território sob nova e atroz direção. Entre a derrota japonesa e o retorno dos Aliados, Ho Chi Minh, líder político do Vietminh — que mesclava comunismo e nacionalismo —, declarou a independência do Vietnã. A intransigência francesa abriu espaço para a Guerra da Indochina (1946-1954), entre a antiga potência colonial e as guerrilhas de libertação nacional. Nesse cenário, a bipolaridade da Guerra Fria tornava o cenário ainda mais tóxico.

A derrota da França na Batalha de Dien Bien Phu, em maio de 1954, levou a antiga metrópole à mesa de negociações. Os Acordos de Genebra, em julho, confirmaram a independência dos integrantes da Indochina, emergindo o Laos, o Camboja e os dois

Vietnãs, com o panorama de futura unificação entre esses últimos. Todavia, a Guerra Fria se impôs: o Vietnã do Norte, sob o comando do antigo Vietminh, aproximou-se de Moscou e de Pequim, enquanto o Sul voltava-se para Washington — estavam lançadas as sementes de uma futura confrontação. Em 1963, começou efetivamente a Guerra do Vietnã, com a intensificação do envolvimento dos Estados Unidos.

A primeira grande campanha de bombardeios americanos no Vietnã ocorreu entre 1965 e 1968, na chamada Operação Rolling Thunder. Richard Nixon, empossado como presidente em 1969, comprometeu-se com a “vietnamização” do conflito, ou seja, a retirada das tropas americanas enquanto mantinha o apoio militar e logístico ao Vietnã do Sul. Contudo, em 1972, a Operação Linebacker trouxe uma nova onda de bombardeios intensos: foi o contexto no qual se deu a foto da menina Kim Phuc com o corpo marcado de queimaduras, em junho.

O FIM DO CONFLITO

Em agosto, o jornal francês Le Monde publicou uma reportagem do geógrafo Yves Lacoste, denunciando o bombardeio proposital dos diques do rio Vermelho realizado pela força aérea americana no Vietnã do Norte, fato que chocou ainda mais a opinião pública internacional. O rompimento dessas estruturas hidráulicas poderia causar inúmeras mortes com a inundação das planícies. No entanto, a verdadeira ruptura se deu na opinião pública americana: foi ela que forçou o fim da guerra, já que os americanos venceram a maioria das batalhas no conflito.

Em janeiro de 1973, Washington assinou os Acordos de Paris, comprometendo-se com a retirada total das tropas, que se completou em abril de 1975. As forças do Vietnã do Norte conquistaram Saigon, iniciando a reunificação do país. Contudo, o novo regime comunista de Pol Pot, no vizinho Camboja — o qual foi apoiado pela China —, iniciou um processo amplamente reconhecido como genocídio entre 1975 e 1978, que foi interrompido apenas

por uma intervenção militar vietnamita. Desse modo, uma curta guerra entre Vietnã e China, em fevereiro de 1979, trouxe ao mundo a realidade de três Estados comunistas em conflito.

Os escombros acumulados por confrontos sucessivos não devem soterrar a importância da foto da menina Kim Phuc, captada por Nick Ut. A sua sobrevivência permitiu que se tornasse uma voz importante para apontar o sofrimento particular das crianças em situações de guerra.

A Guerra Fria se impôs no conflito: o Vietnã do Norte aproximou-se de Moscou e de Pequim, enquanto o Sul voltava-se para Washington.



Selo com a imagem do líder vietnamita Ho Chi Min - Fonte: Vic/stock.adobe.com

PARA SABER MAIS

Artigo do Politize! sobre o assunto 

ROJAVA: 10 ANOS DA REVOLUÇÃO DOS CURDOS

Em 2012, a população curda conquistou sua autonomia na Síria e, posteriormente, teve papel decisivo no enfrentamento ao Estado Islâmico



Curdos em Rojava

Fonte: Wikimedia Commons



Cenas do conflito em Rojava - Fonte: Wikimedia Commons

A região síria de Rojava viveu uma revolução em 2012: os curdos proclamaram sua autonomia frente à ditadura da família Assad. O episódio ocorreu depois de décadas de opressão sob as políticas de “arabização” do regime. Nos vizinhos Iraque, Turquia e Irã, os curdos também foram historicamente marginalizados, ignorados ou atacados pelo poder. Na Síria, entretanto, a revolução de Rojava foi apenas o início de uma década que seria marcada por outro evento crucial: a luta contra o Estado Islâmico.

Os curdos se distinguem no Oriente Médio por não serem nem árabes nem turcos, e tampouco iranianos (persas). Majoritariamente islâmicos, os curdos foram essenciais no recuo do Estado Islâmico, depois que ele atingiu seu auge em 2014, dominando extensos territórios na Síria e no Iraque. A batalha pela cidade de Kobane, a partir de setembro daquele ano, significou o início da virada contra o grupo fundamentalista. Atualmente, o território sírio continua repartido entre os curdos na região de Rojava, o regime sírio dos Assad e as áreas dominadas por rebeldes.



O presidente sírio
Bashar al-Assad
Fonte: Wikimedia Commons

CONTEXTO HISTÓRICO

No início do século XX, os curdos ainda estavam repartidos entre impérios. Parte deles se encontrava sob domínio da Pérsia, que foi renomeada como Irã na década de 1930, e o restante, sob controle da Turquia otomana, cujo edifício geopolítico desabou com a 1ª Guerra Mundial (1914-1918). Os antigos domínios árabes do império foram transformados em protetorados britânicos (Iraque, Transjordânia e Palestina) e franceses (Líbano e Síria), enquanto uma república turca emergia. Um genocídio dos armênios pelas autoridades turcas a partir de 1915 tornou o ambiente ainda mais tóxico.

As independências do pós-2ª Guerra consolidaram uma realidade geopolítica em que os curdos não tinham direito a um Estado próprio: mantiveram-se repartidos entre Turquia, Síria, Iraque e Irã. A luta pela autonomia curda e a independência inflamou-se na década de 1970, com a criação do Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK), na Turquia, país de maior população curda.

Os curdos foram pegos no fogo cruzado da Guerra Irã-Iraque (1980-1988). O episódio mais dramático foi quando aviões militares iraquianos, sob ordens do ditador Saddam Hussein, despejaram gás mostarda e gás sarin sobre a aldeia curda de Halabja, em 16 de março de 1988.

A força silenciosa e tóxica matou 5 mil pessoas e deixou mais de 10 mil feridos. Por fim, os curdos iraquianos passaram a receber maior proteção internacional após a Guerra do Golfo (1990-1991) e, principalmente, com a derrubada de Saddam Hussein pela controversa invasão e agressão americana de 2003.

SITUAÇÃO DOS CURDOS NA SÍRIA

A Síria é um país de maioria árabe, com diversas manifestações religiosas dentro desse grupo, como cristãos, muçulmanos sunitas, alauitas, além de drusos e outras correntes. Nos anos 1960, o partido Baath subiu ao poder, mesclando elementos do nacionalismo árabe — a ideia de uma solidariedade a todas as nações árabes, do Marrocos à Síria — com tons de socialismo. Uma facção militar do Baath chegou ao poder em 1966 e, meia década depois, consolidou-se a liderança de Hafez al-Assad, inaugurando uma dinastia familiar que durou meio século.

A ditadura de Hafez al-Assad (1971-2000) insistiu em um processo de “arabização” da região curda de Rojava. Os curdos eram considerados refugiados da Turquia, e era-lhes negada a cidadania. Suas manifestações culturais eram reprimidas, como a comemoração do ano novo, o

MAPA DA REGIÃO DO CURDISTÃO



Noruz, em geral realizada em 21 de março. O uso da língua curda era vedado e passível de punição, assim como a utilização mais expressiva das cores da bandeira, que representa a luta pela autonomia curda, com um sol amarelo sobre o fundo verde, branco e vermelho. Depois da morte de Hafez al-Assad, em 2000, o seu filho, Bashar al-Assad, tomou o poder e passou a aplicar o mesmo tipo de política.

Um sopro de esperança veio no início de 2011, quando uma série de ditaduras caíram no mundo árabe, num efeito-dominó. Grandes manifestações populares impulsionaram a queda de Zine Ben Ali, na Tunísia, em janeiro, e de Hosni Mubarak, no Egito, no mês seguinte. Na Síria, jovens grafitaram um muro com palavras de oposição ao regime de Assad, na cidade de Daara, levando à severa repressão seguida de fortes manifestações.

GUERRA CIVIL E ESTADO ISLÂMICO

A ditadura nacionalista e laica de Bashar al-Assad respondeu com brutalidade e soltou das cadeias jihadistas islâmicos, que passaram a se infiltrar na oposição ao regime e diluir seu caráter de luta democrática. Uma facção do exército rompeu com o governo, dando início à guerra civil. Logo, uma dissidência da Al-Qaeda, grupo radical islâmico, no Iraque, aproveitou-se do cenário de caos nos dois países para se disseminar: o seu nome era Estado Islâmico, que passou a lutar contra o regime de Assad em nome da instituição das mais severas leis baseadas em uma interpretação distorcida do Alcorão.

Em julho de 2012, os curdos sírios conseguiram proclamar sua autonomia frente ao cambaleante

regime sírio. Todavia, logo sofreram com a expansão do Estado Islâmico entre os territórios do Iraque e da Síria. Enquanto o regime de Assad passou a ser armado e apoiado pela Rússia e pelo Irã, os curdos de Rojava começaram a receber apoio dos Estados Unidos para lutar contra o Estado Islâmico e proteger-se das forças de Assad.

As Unidades de Proteção Popular (YPG), grupo armado curdo masculino, e as Unidades de Proteção das Mulheres (YPJ) ocuparam papel essencial no recuo progressivo do Estado Islâmico, entre 2015 e 2018. Nas zonas reconquistadas, passaram a aplicar um modelo de sociedade baseado no confederalismo democrático, com alto grau de descentralização das decisões, e na busca pela diminuição da opressão sobre as mulheres. Todavia, a vitória curda só foi possível, em parte, pelo fornecimento de armas pelos Estados Unidos de Barack Obama (2009-2017). Contudo, o governo de Donald Trump (2017-2021) decidiu mudar as peças do jogo.

Trump aproximou-se de Recep Erdogan, o autocrata turco que vê com maus olhos a força dos

curdos na Síria, temendo que os curdos na Turquia façam o mesmo. Desse modo, em 2019, Washington anunciou a retirada das forças americanas que apoiavam os curdos sírios, deixando-os expostos à ação da vizinha Turquia e às forças do regime sírio de Assad. Poucos dias depois, forças turcas avançaram sobre a região curda síria de Rojava, em busca de criar uma “zona de segurança”.

Logo, mesmo depois da derrota do Estado Islâmico, os curdos de Rojava ainda enfrentam os desafios da reconstrução e da manutenção de sua autonomia. Sua história é magistralmente contada no livro “Lua de mel em Kobane”, da jornalista brasileira Patrícia Campos Mello.

Atualmente, o território sírio continua repartido entre os curdos na região de Rojava, o regime sírio dos Assad e as áreas dominadas por rebeldes.



Protestos na Europa a favor de Rojava - Fonte: Wikimedia Commons

PARA SABER MAIS

Artigo “O mundo suspenso de Rojava”, do Le Monde Diplomatique Brasil



ÁFRICA DO SUL: OS DESAFIOS DO PÓS-APARTHEID

País aboliu o regime de segregação racial em 1994, mas convive com episódios frequentes de violência e xenofobia





OPERATION DUDULA



MILITARY VE...
AND

Manifestações organizadas pelo movimento "Operação Dudula"

Fonte: Michel Bega



Nelson Mandela e sua esposa, Winnie, após sua libertação em 1990 - Fonte: AP Images

Uma nova onda de protestos xenófobos na África do Sul levanta a discussão sobre as diversas dificuldades desse importante país africano, que abandonou as leis de segregação racial em 1994. Desde o fim do apartheid, naquele mesmo ano, 623 pessoas foram assassinadas em episódios de violência contra estrangeiros, e cerca de 123 mil tiveram que se deslocar de suas casas.

A África do Sul possui uma das economias mais desenvolvidas da África, mesmo que sua sociedade seja atravessada pela desigualdade social. O país tem o maior Produto Interno Bruto (PIB) do continente, e é o seu maior consumidor de energia. No que diz respeito aos direitos humanos, inclui

alguns avanços, como proteção constitucional à homossexualidade, que é considerada crime — com possibilidade de pena de morte — na maioria dos países africanos, como a Maurítânia, o Sudão, a Somália e o norte da Nigéria.

A nação é uma das mais urbanizadas do continente africano. Cidades como Johannesburgo, Cidade do Cabo e Durban se destacam na economia nacional, mesmo que cercadas por enormes periferias em alguns casos. De todo modo, elas se diferenciam de centros urbanos gigantescos, mas com setor econômico frágil, infelizmente comuns no continente, como Kinshasa, no Congo-RDC.

PÓLO DE ATRAÇÃO DE IMIGRANTES E ONDA XENÓFOBA

A força econômica da África do Sul serve como importante atrativo para imigrantes de outros países do continente, que muitas vezes deixam nações que estão passando por grave crise econômica, política e até por guerra civil. Em 1994, quando Nelson Mandela subiu ao poder e o apartheid era desmantelado, o novo líder abriu as portas do país para a regularização dos imigrantes vindos de outras regiões da África.

Desse modo, a África do Sul reforçou a posição como destino preferencial de asilo, refúgio e imigração no continente, em um grau que disputava apenas com a Costa do Marfim. O território sul-africano é um dos principais destinos daqueles que deixam países como Moçambique e Zimbábue, nações vizinhas, também localizadas na África Austral.

Contudo, episódios de violência começaram a despontar. A manipulação política do ódio contra os estrangeiros, em busca de angariar votos e apoio popular, passou a ter sérias consequências. Em maio de 2008, 62 pessoas foram assassinadas e cerca de 100 mil tiveram que se deslocar em meio a uma onda de violação aos direitos dos imigrantes, a pior registrada no país em décadas. O discurso que embalava as multidões enfurecidas era o de que os imigrantes estavam roubando os empregos dos trabalhadores sul-africanos.

Em 2022, manifestações organizadas pelo movimento “Operação Dudula” (tradução de “Push Back!”) começaram a se difundir por algumas grandes cidades do país. O discurso é de expulsar da nação os imigrantes ilegais e de dificultar a sua entrada na África do Sul. Os estrangeiros, desse modo, se tornam bodes expiatórios dos problemas econômicos do país, cuja história é marcada pela segregação.



Johanesburgo, a maior cidade da África do Sul - Fonte: Wikimedia Commons

FORMAÇÃO DO PAÍS

A história da África do Sul é bem *sui generis*. Colonos holandeses, fugidos da perseguição religiosa na Europa, se instalaram próximos ao Cabo durante o século XVII e passaram a ser conhecidos como “bôeres” — expressão que designa “agricultores”. Devido à ausência de potências coloniais na região, eles mantiveram alto grau de autonomia e expandiram-se em detrimento das populações nativas. No século XIX, na mesma época em que enfrentaram a grande onda de expansão zulu, esses grupos fundaram duas repúblicas independentes: a do Transvaal e o Estado Livre de Orange.

Contudo, a expansão bôer chocou-se contra o imperialismo britânico no final do século XIX, quando as potências europeias consolidavam

a divisão do continente africano em áreas de influência. O conflito não tardou, e a Guerra dos Bôeres (1899-1902) cessou a soberania bôer, marcando a vitória britânica. O desenvolvimento da mineração nas décadas seguintes, enquanto o projeto colonial se implantava, fez com que um movimento de trabalhadores brancos bôeres crescesse, manifestando-se contra a concorrência do trabalho mais barato da população negra.

Após a independência e a descolonização, o Partido Nacional, representando a minoria numerosa dos brancos bôeres, chegou ao poder. Em 1948, eles instituíram o apartheid, um regime de segregação racial. A ideia equivocada de que a humanidade se divide em raças foi inscrita na lei, quando os próprios organismos internacionais abandonavam tal procedimento por conta da sombra decorrente do nazismo e do holocausto.



Placa que marcava “área branca”, na época do apartheid - Fonte: Getty Images

O apartheid racial assumiu diversas formas, indo além da segregação urbana. Na década de 1970, quando o Levante de Soweto (1976) sacudiu o país, o regime passou a instituir a política dos Bantustões, territórios onde a população negra seria concentrada e receberia a “independência” como nação. Na prática, o regime estava cooptando algumas lideranças negras ao concedê-las a autoridade sobre os chamados “bantustões”. Ao formar esses territórios independentes, o governo estava negando às suas populações a própria cidadania sul-africana.

FIM DO APARTHEID

No entanto, o regime do apartheid viu sua derrocada na década de 1980. O fim da Guerra Fria retirou o apoio do Ocidente ao regime, que antes ocorria em nome da luta contra o bloco oriental. O mundo passou a pressionar a África do Sul com sanções econômicas, empurrando o governo para a mesa de negociações. Nelson Mandela, o primeiro presidente negro do país e símbolo da luta contra a segregação racial, emergiu como principal liderança política da nação, depois de décadas encarcerado. Ele teve a responsabilidade de realizar a transição para um novo regime, buscando o consenso e o pacifismo, sem tons de vingança e ressentimento. Em 1994, as leis do apartheid foram oficialmente abolidas, enquanto o Congresso Nacional Africano, partido de Mandela, consolidava-se como a mais importante agremiação política do país.

Contudo, muitos problemas persistiram. Na mesma década, a África do Sul tratou com negligência a expansão do HIV/AIDS, que se alastrava por toda a

África Austral. Apenas na década de 2010, o país passou a incentivar programas mais amplos de prevenção. A violência contra a mulher é grave na nação, a ponto de o presidente Cyril Ramaphosa, em maio de 2020, afirmar que “o flagelo da violência de gênero” assola o país.

No campo da política parlamentar, a hegemonia do partido do Congresso Nacional Africano (CNA) dura desde 1994, mas não sem sobressaltos. A disputa por facções dentro do partido resultou em episódios de violência em julho de 2021: confrontos entre apoiadores do ex-presidente Jacob Zuma e as forças de segurança resultaram em mais de 350 mortos, a maior violência desde o fim do apartheid.

Atualmente, o domínio do CNA sobre o sistema político do país vem sendo contestado, e muitos dos partidos concorrentes têm se apoiado na crítica à presença de imigrantes como estratégia para atrair os votos das populações mais pobres. O maior risco é o de que o CNA, maior partido do país, adote a retórica xenófoba, mesmo que nas suas franjas parlamentares periféricas, apoiando-se na manipulação do ressentimento contra os estrangeiros.

A força econômica da África do Sul serve como atrativo para imigrantes de outros países do continente, que estão passando por crises econômicas, políticas e até por guerras civis.

PARA SABER MAIS

Artigo “Trinta anos após fim do apartheid, nova geração se distancia da história da África do Sul” publicado no UOL/RFI 

EUA: CASO ROE VERSUS WADE REACENDE O DEBATE SOBRE O ABORTO

Suprema corte americana suspende o direito à interrupção voluntária da gravidez. Em outras nações, a legalização veio da pressão popular e de ações dos parlamentos





WHO HATH NOT
UTERUS SHOULD
NOT THE
FUCKETH UP
FALLOPIANS 19:73

IF I WANTED
THE GOVERNMENT
IN MY WOMB I'D
F♥CK A SENATOR

W
F
BACK!
Party For Socialism and Liberation
PSLWER.org

Manifestação pela descriminalização do aborto nos EUA, em maio de 2022

Fonte: Wikimedia Commons



Cartaz a favor da legalização do aborto, em manifestação em Nova York, nos Estados Unidos - Fonte: vivalapenler/stock.adobe.com

A Suprema Corte dos Estados Unidos decidiu, em junho de 2022, reverter o julgamento do caso *Roe versus Wade*, de 1973, que havia permitido a legalização do aborto nas diferentes unidades políticas do país. A implicância do veredito: a possível proibição total da interrupção voluntária da gravidez em muitos estados americanos, mesmo que vários deles já dificultassem ao máximo a prática anteriormente.

A decisão original da Suprema Corte foi tomada por uma maioria de juízes nomeados por presidentes republicanos. A base para a discussão foi uma interpretação sobre a “liberdade”, inscrita na 14ª emenda da Constituição. Contudo, diferentemente do caso americano, em diversos outros países, a legalização do aborto surgiu pela pressão de densos movimentos populares e pela ação do parlamento.

QUESTÃO POLÍTICA E NÃO RELIGIOSA

Na Europa Ocidental do pós-2ª Guerra e logo depois do baby boom subsequente, os temas do planejamento familiar e do divórcio entraram na ordem do dia. Enquanto os contraceptivos estavam mais acessíveis à classe média, as mulheres trabalhadoras muitas vezes recorriam ao expediente do aborto, cuja ilegalidade oferecia riscos.

Na virada da década de 1960 para 1970, o movimento pela legalização da interrupção voluntária da gravidez cresceu na Europa Ocidental. Mesmo em países consideravelmente religiosos, a forte pressão levou os parlamentos a aprovarem a medida, fossem dominados por partidos de centro-direita ou de centro-esquerda.

Na França e na Itália, a legalização do aborto foi dada mesmo com populações majoritariamente católicas. O papado de João XXIII, entre 1958 e 1963, de todo modo, havia consolidado o processo de retirada da igreja das disputas políticas na Europa Ocidental, notadamente com o Concílio Vaticano II, a partir de 1962. Logo, percebe-se que a interrupção voluntária da gravidez não tem relação direta com o caráter “religioso” ou não de determinada população. Por outro lado, é uma questão profundamente política.

Na África do Norte, a religião predominante é a mesma em toda a região: o islamismo sunita. Contudo, as posições do Estado face ao aborto diferem consideravelmente. Ele é legalizado até 90 dias na Tunísia, é permitido na Argélia e no Marrocos e, na Líbia, é liberado apenas para preservar a vida da mulher. Já no Egito, é proibido totalmente.

Na Ásia, nos países de maioria budista, a distância entre as posições sobre a interrupção voluntária da gravidez também é muito grande. Na Tailândia e na Mongólia, é permitido em até 12 semanas, prazo que vai a 14 semanas no Camboja, onde é necessária a permissão de outros responsáveis. No Butão, em Mianmar e no Sri Lanka, é permitido, em geral, apenas para salvar a vida da mulher, enquanto é completamente proibido no Laos.

LEGALIZAÇÃO

A legalização do aborto na França ocorreu na década de 1970. Um manifesto de 343 mulheres, incluindo nomes célebres, como a atriz Catherine Deneuve, surgiu em abril de 1971, posicionando-se de forma veemente. Georges Pompidou, presidente entre 1969 e 1974, reconheceu que a temática deveria receber atenção.

Valery Giscard D’Estaing, o presidente seguinte, conferiu à sua ministra da saúde, Simone Veil, a responsabilidade de redigir um projeto de legalização da interrupção voluntária da gravidez e de enviá-lo ao parlamento. Desse modo, em 17 de janeiro de 1975, o parlamento francês aprovou a legalização do aborto em até 10 semanas de gravidez, numa lei que se tornou exemplo para outros países da Europa continental. Posteriormente, a legislação francesa ampliou o prazo para 12 semanas.

Na Itália, em abril de 1976, um manifesto com 800 mil assinaturas do Movimento della Liberazione delle Donne Italiane (MLD) colocou em pauta a temática da interrupção voluntária da gravidez, incluindo uma marcha sobre Roma no mesmo mês. A legalização do aborto em até 90 dias de gestação, pelo parlamento do país, ocorreu em 29 de maio de 1978.



Placa com a frase “Meu corpo, minha escolha”
Fonte: vivalapenler/stock.adobe.com

SITUAÇÃO NO BRASIL, NOS EUA E EM OUTROS PAÍSES

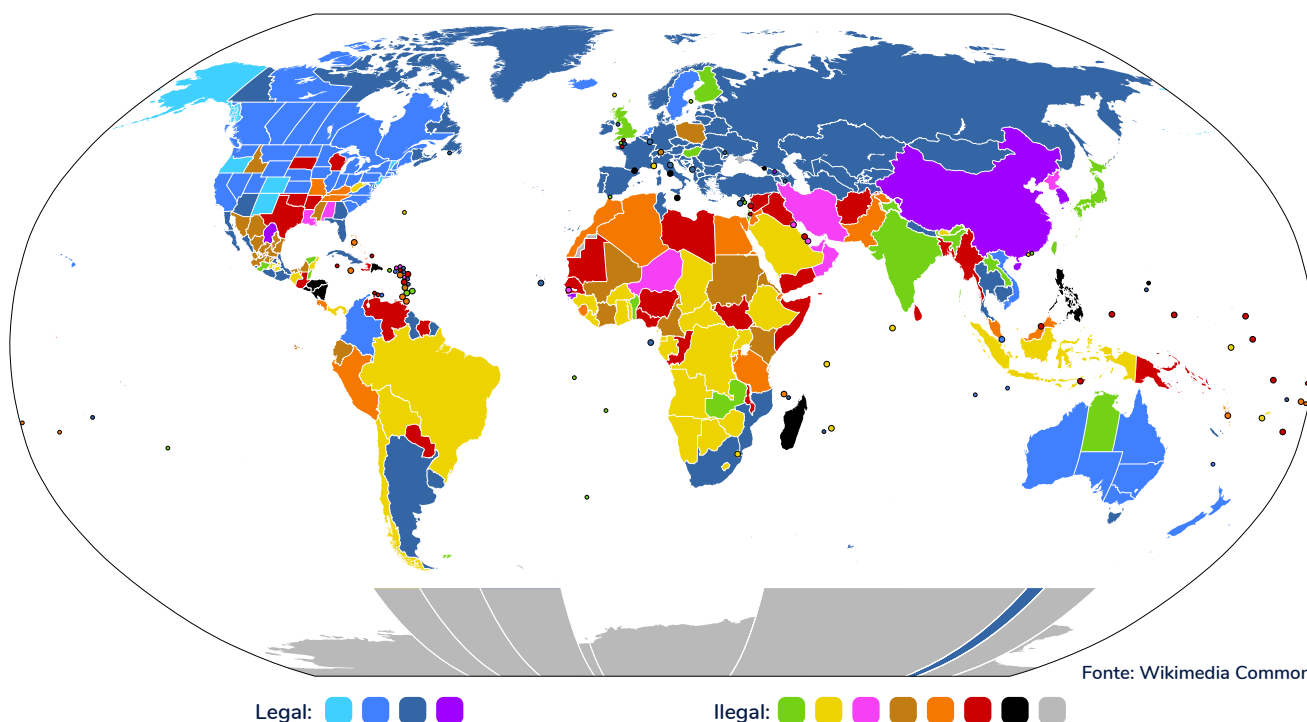
No Brasil, a ilegalidade do aborto provém do Código Penal de 1940, instituído durante a ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas. Atualmente, só é permitido em três casos específicos: em gravidez decorrente de estupro, quando há risco à vida da mulher e em casos de anencefalia do feto. Enquanto isso, na Argentina, depois de forte pressão popular, um projeto de legalização do aborto foi aprovado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado, em dezembro de 2020.

O caso dos Estados Unidos foi diferente. A decisão da Suprema Corte, em 1973, abriu espaço para uma legalização do aborto sem muitos critérios específicos de prazo, jogando água no moinho de um nascente “movimento pela vida” no país. Nada disso ocorreu nos casos da França ou da Itália, onde decisões claras dos parlamentos sobre o prazo-limite da realização dos abortos legais foram tomadas.

Em 2013, Ruth Bader Ginsburg, ex-juíza da Suprema Corte americana e defensora histórica dos direitos das mulheres nos Estados Unidos, afirmou que a decisão do caso *Roe versus Wade*, de 1973, foi um equívoco. O veredito minou a possibilidade do desenvolvimento de um movimento de amplas proporções populares em nome da legalização do aborto, além de ter atizado forças contrárias, o que não aconteceu com tamanha intensidade na Europa Ocidental.

Por um lado, a revogação do caso *Roe versus Wade* pode ser vista como uma ameaça contra o direito legal ao aborto em vários estados que tendem a proibi-lo. Afinal, nos Estados Unidos, como na Austrália e no México, o tema passa pelas especificidades de cada unidade da federação, o que não ocorre em outros países. Por outro, talvez seja uma possível via histórica para que um movimento em nome da legalização do aborto pressione o parlamento por mudanças frente ao tema.

SITUAÇÃO JURÍDICA DO ABORTO AO REDOR DO MUNDO



Não faltam no planeta exemplos de governos interferindo de forma a violar os direitos reprodutivos das mulheres e das famílias. Na China da política do filho-único, que vigorou por décadas, o Estado se colocava na posição de tutor do ventre feminino, na busca por impedir nascimentos. Na direção contrária, mas não tão diferente, os governos atuais da Hungria, de Viktor Órban, e da Rússia, de Vladimir Putin, criaram programas para incentivar as mulheres a terem mais filhos, em nome da defesa do “povo húngaro” e do “povo russo” face às ondas de imigração.

No Brasil, a ilegalidade do aborto provém do Código Penal de 1940, instituído durante a ditadura do Estado Novo. Atualmente, ele só é permitido em três casos específicos.



Protestos pró aborto nos Estados Unidos. No cartaz está escrito “Vocês só conseguem banir abortos seguros”
Fonte: Wikimedia Commons

PARA SABER MAIS

Artigo da revista Exame “Aborto nos EUA: o que é Roe vs. Wade, decisão na mira da Suprema Corte” sobre o tema 

60 ANOS DA CRISE DOS MÍSSEIS

A instalação de mísseis balísticos nucleares em solo cubano foi um dos momentos de maior tensão entre as duas potências mundiais, EUA e URSS, durante a Guerra Fria





Reunião do Comitê Executivo do Conselho de Segurança Nacional dos EUA

Fonte: Wikimedia Commons



Fotografia da CIA do míssil nuclear "SS-4" - Fonte: Wikimedia Commons

A Crise dos Mísseis, em outubro de 1962, é um dos mais importantes símbolos da Guerra Fria (1947-1989), quando a bipolaridade dividia o planeta em dois principais blocos — um alinhado ao capitalismo e aos Estados Unidos e o outro, ao socialismo e à União Soviética (URSS). A descoberta de mísseis soviéticos em Cuba por aviões americanos desencadeou uma tensão entre as duas superpotências, o que fez com que a sombra de um possível conflito nuclear surgisse no horizonte.

Contudo, por que em 1962? Por que não em 1952, em meio à Guerra da Coreia, ou em 1972, durante a visita do presidente americano Richard Nixon à China de Mao Tsé-tung? Além disso, por que a Crise dos Mísseis em Cuba não ocorreu em 1982, quando o governo Reagan apostava numa nova corrida armamentista contra uma União Soviética afundada em crises? A resposta para essas questões está relacionada às diferentes fases da longa Guerra Fria: a Crise dos mísseis (1962) deve ser entendida especificamente no contexto da chamada Crise de Berlim (1958-1963). Afinal, era a Europa o centro da disputa global.

DA OTAN AO GOVERNO DE KRUSCHEV

A Guerra Fria foi delineada logo depois que as armas se calaram com o fim da 2ª Guerra Mundial (1939-1945). A Doutrina Truman, visando o cerco estratégico aos soviéticos e o golpe patrocinado pela União Soviética na Tchecoslováquia, em 1948, dissipou qualquer dúvida sobre a nova tensão. Em 1949, a Europa Ocidental associou-se aos Estados Unidos por meio de uma aliança militar, a Otan (Organização do Tratado do Atlântico Norte), visando garantir proteção face a qualquer investida do Leste. No mesmo ano, duas Alemanhas foram oficialmente criadas, numa divisão símbolo da nova ordem que se desenhava. Dessa maneira, uma “Cortina de Ferro” desceu sobre a Europa, nas palavras de Winston Churchill, que foi o primeiro-ministro do Reino Unido durante a 2ª Guerra.

Em outubro de 1949, Mao Tsé-tung tomou o poder na China, instituindo o regime de partido-único, enquanto o antigo regime nacionalista refugiava-se na ilha de Taiwan. No ano seguinte, com o salvo-conduto do apoio logístico soviético e das tropas chinesas, a Coreia do Norte invadiu a Coreia do Sul, dando início ao primeiro conflito quente da nova era. Enquanto ocorria a Guerra da Coreia (1950-1953), os Estados Unidos e a União Soviética realizaram seus primeiros testes com bombas de hidrogênio, aparelhos de destruição em escala inédita.



Winston Churchill - Fonte: Wikimedia Commons



Mao Tsé-tung - Fonte: Wikimedia Commons



Nikita Krushev - Fonte: Wikimedia Commons

Krushev ordenou a instalação de mísseis balísticos em território cubano, podendo facilmente atingir, desse modo, o território dos Estados Unidos.

A morte do ditador soviético Josef Stálin, em março de 1953, desenhou a trilha para a ascensão de Nikita Krushev em Moscou. A chamada “desestalinização” afrouxou levemente os grilhões da opressão no país, enquanto o novo líder posicionava-se em nome de uma possível “coexistência pacífica” com os americanos. Contudo, o “degelo” promovido por Krushev logo demonstrou os seus limites, principalmente com a repressão da revolução húngara de 1956, quando novos líderes propuseram uma forma de socialismo dissociado da hegemonia soviética. Em 1958, o início da “Crise de Berlim” elevou novamente a tensão ao nível máximo.



Cargueiro soviético Alajevsk durante a crise dos mísseis cubanos - Fonte: Wikimedia Commons



Destroços do Muro de Berlim
Fonte: Petros /stock.adobe.com

A CRISE DE BERLIM

A Crise dos Mísseis em Cuba, de 1962, deve ser compreendida como um capítulo da Crise de Berlim, que se estendeu de 1958 a 1963. Berlim era uma cidade dividida em um lado capitalista, protegido por tropas ocidentais, e um lado comunista, porém ficava encravada completamente na Alemanha Oriental, o satélite soviético. Berlim Ocidental só tinha conexão com o restante do mundo capitalista através de conexões pelo território alemão oriental, em um tipo de fluxo que era garantido pela permissão da ocupação soviética.

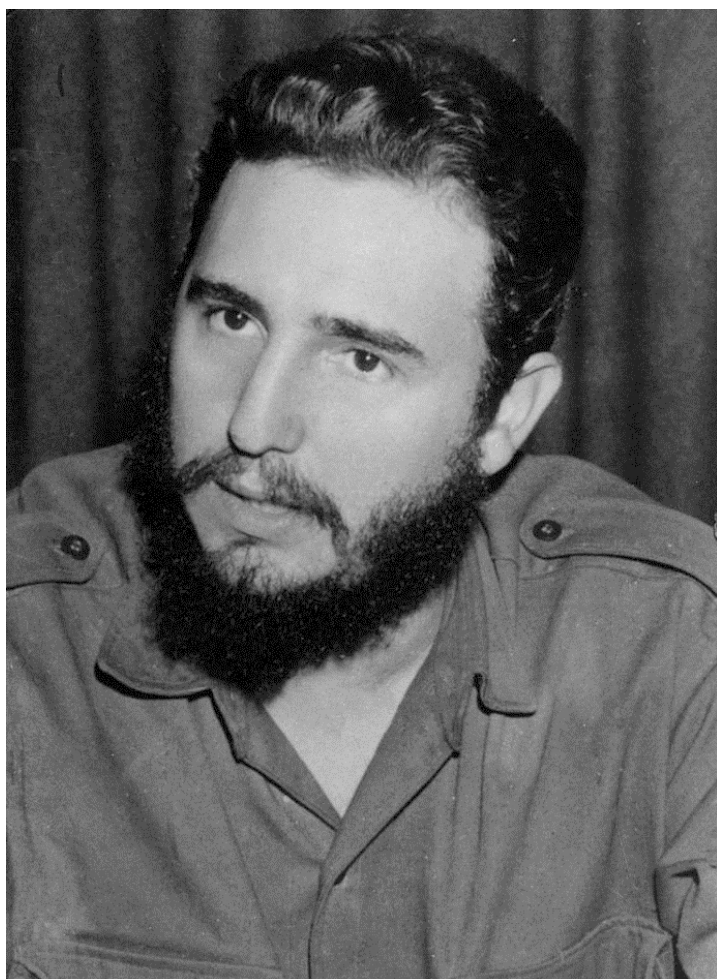
Todavia, Krushev lançou um ultimato em 1958: as forças ocidentais deveriam deixar Berlim Ocidental em seis meses, e o trânsito entre ela e o mundo capitalista seria entregue à Alemanha Oriental. Iniciava-se, assim, uma

profunda crise internacional: o Ocidente não abria mão da proteção de Berlim Ocidental, para onde foram centenas de milhares de alemães que fugiam do lado ocupado pelas forças soviéticas. Esse cenário marcava um verdadeiro furo na Cortina de Ferro.

A tensão foi mantida pelos anos seguintes com constantes ameaças de Krushev, o qual ao mesmo tempo sempre recuava e se mantinha na defensiva. Em agosto de 1961, Moscou iniciou a construção de uma barreira para separar os dois lados de Berlim, o famoso “Muro”, na busca por impedir a emigração do lado oriental. Um ano depois, o líder soviético resolveu mover mais uma peça no xadrez global, através da utilização da ilha de Cuba.

CUBA E O CONTEXTO DA GUERRA FRIA

Cuba passou décadas sob a hegemonia política de Fulgêncio Batista. A revolução de 1933 o alçou para o topo da política e, aliado a socialistas e comunistas, auxiliou na instituição de direitos trabalhistas pouco comuns na América Latina. Com a redemocratização oficial de 1940, governou como um democrata, mas se revelou um tirano com o golpe de 1952. Desse modo, afastou-se dos Estados Unidos, que impuseram um embargo de armas à ilha em 1958. Pouco tempo depois, um ex-membro do partido ortodoxo de direita, chamado Fidel Castro, derrubou Batista no início de 1959, no comando de uma força guerrilheira e sob olhar complacente do governo americano.



Fidel Castro - Fonte: Wikimedia Commons

A nacionalização de empresas e a reforma agrária promovidas pelo novo governo cubano trouxe desconfiança a Washington. O cenário da Guerra Fria acirrou os ânimos, e Castro rumou do nacionalismo como ideologia para o comunismo como doutrina oficial em 1961: a parceria com a União Soviética era o objetivo. No ano seguinte, Krushev ordenou a instalação de mísseis balísticos em território cubano, podendo facilmente atingir, dessa maneira, o território dos Estados Unidos. Era uma estratégia de dissuadir Washington sobre a questão de Berlim.

Em outubro de 1962, aviões americanos avistaram os mísseis soviéticos em Cuba, colocando o governo do democrata John F. Kennedy em alarme — nesse momento, o mundo entrou em suspensão sob o receio de um confronto nuclear. Apenas ao final do mês, Krushev concordou com a retirada dos mísseis soviéticos, enquanto dispositivos americanos na Turquia também foram desinstalados. Nesse contexto, a crise esfriou e, no ano seguinte, o líder soviético deixou de realizar bravatas sobre Berlim, dando fim definitivo à crise. Em 1964, Krushev foi derrubado do poder soviético por um golpe palaciano.



A revolução socialista liderada por Fidel Castro afastou Cuba e os Estados Unidos - Fonte: GETTY IMAGES/via BBC

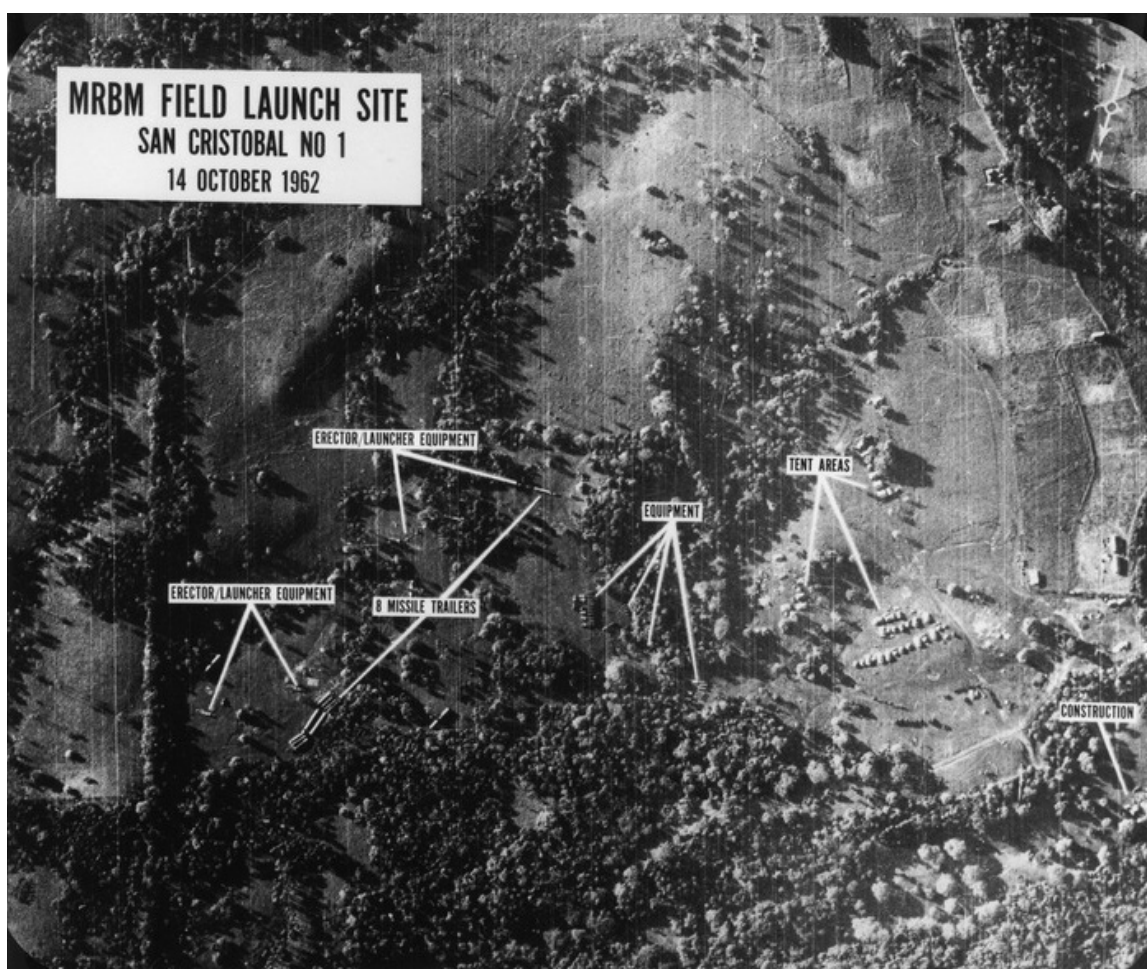


Imagem aérea de um local de lançamento de mísseis balísticos em San Cristobal, em Cuba
Fonte: Wikimedia Commons

As sementes do fim da Guerra Fria foram plantadas apenas na década de 1970. O republicano Richard Nixon aproximou-se da China em 1972, aumentando as tensões entre Pequim e Moscou, sede das duas superpotências comunistas, inimigas declaradas. Já em 1975, com os Acordos de Helsinque, o Ocidente reconheceu a soberania dos governos comunistas sobre a Europa

Oriental, assim como as fronteiras desses países. Contudo, os satélites soviéticos aceitaram assinar declarações sobre garantia de direitos humanos, o que serviu para a contestação desses regimes por opositores nas décadas seguintes. Ou seja, o fim da Guerra Fria já estava parcialmente desenhado uma década antes das reformas de Mikhail Gorbatchev, nos anos 1980.

PARA SABER MAIS

Artigo “Crise dos mísseis põe o mundo em suspense”, do Memorial da democracia



ASSASSINATO DE DOM E BRUNO

O crime na Amazônia que chocou o planeta





Lideranças indígenas realizam protesto, em Brasília, em junho de 2022

Fonte: Wikimedia Commons

O homicídio do indigenista brasileiro e do jornalista britânico, que investigavam atividades ilegais em terras indígenas, é mais um capítulo da história de violência na região amazônica

A fragilidade da ação estatal na Amazônia brasileira se escancarou como ferida aberta no mês de junho de 2022. O assassinato do indigenista brasileiro Bruno Pereira e do jornalista britânico Dom Phillips estampou as manchetes dos principais jornais do planeta, enquanto a credibilidade do Brasil deslizava ainda mais fundo. Pereira era servidor de carreira na Fundação Nacional do Índio (Funai), e Phillips atuava como correspondente de periódicos de importância global, como The New York Times, The Washington Post e The Guardian.

O assassinato de Dom e Bruno ocorreu nas imediações da Terra Indígena Vale do Javari, na Amazônia Ocidental, mais especificamente no caminho entre essa última e a sede do município de Atalaia do Norte. A região se localiza no sudoeste do estado do Amazonas, na tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia, demarcada no início do século XX quando o Barão do Rio Branco ocupava o cargo de chanceler no Brasil. Desse modo, as cidades de Tabatinga (Brasil) — vizinha a Atalaia do Norte —, Santa Rosa (Peru) e Leticia (Colômbia) possuem inúmeras relações econômicas.

A integração transfronteiriça é muito interessante para exemplificar as inúmeras possibilidades de cooperação internacional. Todavia, a tríplice fronteira Brasil-Colômbia-Peru é o elo de uma das principais rotas de entrada de entorpecentes no território brasileiro, assim como os limites do Brasil com o Paraguai. Desse modo, o tráfico de drogas se emaranha a toda uma gama de outras atividades criminosas na região, como a pesca e o garimpo ilegais. Dom e Bruno sabiam dessa realidade e a investigavam, ainda mais devido à proximidade com a Terra Indígena Vale do Javari.



Vale do Javari, no Amazonas - Fonte: Wikimedia Commons

O crime é uma mancha na liberdade de imprensa e no trabalho dos jornalistas e um ataque à rica história do indigenismo brasileiro.

Dom e Bruno foram mortos ao realizarem um percurso que iria entre a comunidade de São Rafael e a sede de Atalaia do Norte. Pertences de ambos foram encontrados em um meandro (uma curva) do rio Javari, enquanto os restos mortais estavam a 3 quilômetros mata adentro. O crime é tanto uma mancha na liberdade de imprensa e no trabalho dos jornalistas como um ataque à rica história do indigenismo brasileiro.

AUSÊNCIA DO ESTADO E CRIMES

O Marechal Cândido Rondon esteve entre os pioneiros indigenistas brasileiros a buscar uma forma estruturada e humana de tratar com a população indígena depois de tamanho histórico de violência. Em 1910, ele potencializou a criação do Serviço Nacional do Índio (SNI), que se manteve ativo durante a sua liderança, mas foi corrompido após a saída de Rondon. Durante a ditadura militar, foi criada a Funai, que não cumpriu sua função de proteção da população indígena. Os direitos desses povos foram mais expressamente garantidos com a Constituição de 1988, marca da redemocratização. Entre os herdeiros de Rondon esteve o antropólogo brasileiro Darcy Ribeiro, que desenvolveu um amplo trabalho relacionado aos indígenas e defendia o seu reconhecimento por meio de uma cultura específica.

Infelizmente, a presença rarefeita do Estado brasileiro na Amazônia fez com que inúmeros casos de assassinatos acontecessem na região. Em 22 de dezembro de 1988, o líder seringueiro Chico Mendes foi assassinado em Xapuri, no Acre. Em fevereiro de 2005, ocorreu a execução da missionária americana Dorothy Stang em Anapu, no Pará. Como modificar essa realidade de tons tão sombrios? Um primeiro passo é conhecê-la.

INTEGRAÇÃO REGIONAL E DEVASTAÇÃO

A Amazônia é muito diversa. O Vale do Javari se localiza na Amazônia Ocidental, muito mais preservada do que o seu flanco meridional (norte de Mato Grosso e Rondônia) e oriental (leste e sul do Pará). No leste paraense está, por exemplo, a região do projeto Grande Carajás, que inclui grandes empreendimentos de mineração.



Marechal Rondon - Fonte: Wikimedia Commons

A política de modernização — mesmo que autoritária e predatória — e ocupação mais intensa da Amazônia começa durante a ditadura estadonovista de Vargas (1937-1945). A pouca integração física ao restante do território nacional deu lugar a projetos de integração rodoviária e novos órgãos institucionais, como a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, transformada em Superintendência pelo Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) durante a ditadura militar (1964-1985).

A Amazônia Legal foi delimitada, desse modo, como circunscrição territorial e como base para o planejamento, que teve como um dos seus traços a criação de rodovias que atravessavam a floresta, como a Belém-Brasília e a Transamazônica. O objetivo era aliviar a pressão demográfica no

Nordeste e no Sul com a criação de colônias agrícolas. Mas a combinação de novos núcleos populacionais e estradas foi a receita da devastação.

DIMENSÃO URBANA DA FLORESTA

O projeto dos militares para a Amazônia incluía também a consolidação de cidades, como Manaus, onde foi criada a Zona Franca, em 1967. Desse modo, a região se urbanizou muito rapidamente. Enquanto se desenhava um arco do desmatamento — partindo do leste do Pará, passando pelo norte do Mato Grosso e chegando a Rondônia — a população amazônica firmava-se como urbana. Ou seja, qualquer projeto para desenvolvimento da região deve levar em conta



O líder seringueiro Chico Mendes
Fonte: Wikimedia Commons



Comissão de investigação das causas do aumento da criminalidade na região Norte, em agosto de 2022
Fonte: Wikimedia Commons

o fato esquecido de que a maior parte de sua gente vive em cidades, e não no campo. É necessário refletir também sobre a dimensão internacional da realidade da Amazônia, que vai muito além do Brasil, englobando partes da Bolívia, do Peru, do Equador, da Colômbia e da Venezuela, por exemplo.

A geógrafa brasileira Bertha Becker insistiu na dimensão urbana de qualquer projeto que busque consolidar um ciclo de desenvolvimento sustentável na região. Para a autora, as cidades amazônicas devem ser tratadas como pólos de pesquisa em tecnologia, principalmente no setor de novas matérias-primas, que permitam conciliar a manutenção da floresta

com o seu aproveitamento econômico.

A oferta de serviços públicos para as cidades da região é essencial, ao mesmo tempo que é preciso focar nas especificidades da Amazônia, que poderia ser dividida em ocidental, central e oriental para um melhor planejamento. Uma presença maior do Estado na região, garantindo o desenvolvimento sustentável, é essencial para evitar que ocorram novas tragédias, como os homicídios de Bruno e Dom.

PARA SABER MAIS

Artigo “O caso Dom Phillips e Bruno Pereira e os crimes contra o meio ambiente e a liberdade de imprensa” publicado no Jornal da USP 

CENSO 2022: A LUTA CONTRA O APAGÃO ESTATÍSTICO

Depois de dois anos de atraso, o Brasil realiza o seu novo recenseamento. Pesquisa é fundamental para conhecer a população e implementar políticas públicas eficientes.

Instituto Brasileiro
de Geografia e Estatística
www.ibge.gov.br
0800 070 070

RECENSEADOR

VÁLIDA ATÉ: 31/10/22



IBGE
Centro de Geografia e Estatística
ibge.gov.br
-721 8

Recenseador do IBGE coleta dados para o Censo 2022

Fonte: Rafael Henrique/stock.adobe.com



Pedestres no centro de Salvador: população brasileira será retratada no novo censo do IBGE - Fonte: Joa Souza/stock.adobe.com

Com dois anos de atraso, o Brasil é palco de um novo censo demográfico entre os meses de agosto e outubro de 2022. Como verdadeiro retrato da nação, o acontecimento vai muito além de uma mera contagem populacional. Ele é, na verdade, uma avaliação qualitativa e quantitativa do país, servindo como base de dados essencial para políticas públicas, seja em educação, saúde, segurança pública, transportes, meio ambiente, gestão urbana ou coleta de resíduos.

O censo demográfico no Brasil é de responsabilidade do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), órgão do Estado criado na década de 1930. A obrigatoriedade da sua realização está inscrita na lei máxima do país. O inciso XV do artigo 21 da Constituição de

1988, símbolo da redemocratização, afirma que compete à União “organizar e manter os serviços oficiais de estatística, geografia, geologia e cartografia no âmbito nacional”. A periodicidade regular dos censos ficou garantida pela lei nº 8.184, de 10 de maio de 1991, afirmando que não deveria exceder uma década.

Contudo, o atraso na realização do censo de 2020 trouxe ao Brasil os riscos de um apagão estatístico. A primeira prorrogação foi dada por conta da pandemia da covid-19. A segunda ocorreu quando o governo federal cortou o orçamento para a realização do censo: de 2 bilhões para 50 milhões de reais. Dado o silêncio do parlamento, o Supremo Tribunal Federal interferiu, obrigando o Estado a garantir a realização do censo demográfico em 2022.

RECENSEAMENTO NO MUNDO

A periodicidade dos censos varia geograficamente. Nos Estados Unidos, a primeira edição ocorreu em 1790 e tem acontecido decenalmente desde então. No caso da Austrália, que possui apenas 25 milhões de habitantes, os censos são realizados a cada meia década. Porém, países com menor nível de desenvolvimento têm dificuldade de lidar com as exigências financeiras e técnicas que pressupõem um recenseamento — na Nigéria, nação em franco crescimento demográfico, o último censo ocorreu em 2006.

No Congo, quarta maior população do continente africano — a maior é a Nigéria —, a contagem mais recente da população do país pelo Estado ocorreu em 1984, ainda sob a ditadura de Mobutu Sese Seko (1965-1997). O estado de guerra civil crônica em algumas zonas do país, principalmente no leste, dificulta a atuação dos órgãos estatais para a verificação dos dados populacionais. Sem censo, não há possibilidade de realizar políticas públicas eficazes e precisas.

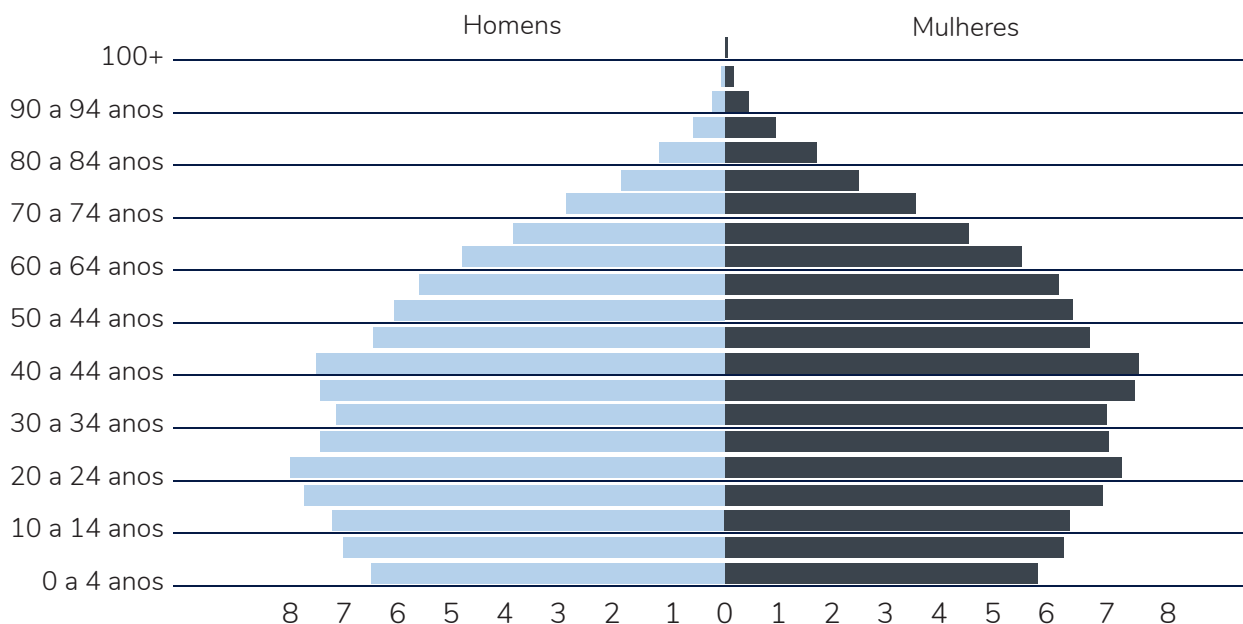
HISTÓRIA DOS CENSOS RELACIONA-SE COM A FORMAÇÃO DOS ESTADOS NACIONAIS

A evolução dos censos modernos acompanha a marcha da centralização do poder, que culminou nos Estados territoriais e, depois, nos nacionais. Desse modo, a ascensão do monarca absolutista tornou evidente a necessidade de levantamentos sobre o número de súditos à disposição de um poder claramente mais forte que qualquer precedente medieval. Os censos se tornaram cada vez mais comuns, assim como as fronteiras delimitadas entre as unidades políticas, os exércitos profissionais, as burocracias estatais e os impostos unificados.

As revoluções americana e francesa, ao fim do século XVIII, simbolizaram o declínio do absolutismo. Contudo, transformaram o súdito em cidadão, e a soberania baseada no sangue do monarca em soberania popular lastreada no povo, agora unificado como nação. O censo foi ressignificado como instrumento para construir um desenho da realidade nacional, contribuindo para a consolidação de sua identidade e apontando para um presente e futuro em comum.

PRIMEIRO BALANÇO DA COLETA (30/08/22)

Pirâmide etária do Brasil por sexo (%)



Fonte: IBGE

O imperialismo das grandes potências sobre territórios enormes da Ásia e da África, principalmente ao longo do século XIX, potencializou a realização dos censos. Aos Estados imperiais, era necessário esquadriñar o que e quem estava sob seu controle. Contudo, o fenômeno cruzou-se com a emergência das teorias racialistas no mesmo século, que defendiam que a humanidade é dividida em “raças”, como os brancos, amarelos, negros, marrons e vermelhos — resquícios dessa categorização racial estão presentes nos censos demográficos ainda hoje.

CENSO NO BRASIL

O Império do Brasil (1822-1889) tentou realizar o seu primeiro censo entre 1851 e 1852, assim como pretendia implantar o registro civil. Contudo, o empreendimento esbarrou na desconfiança da população livre em meio a uma sociedade ainda marcada pela chaga da escravidão. O espectro das revoltas fez com que o Estado recuasse, atrasando a realização do primeiro censo em duas décadas e empurrando a implantação do registro civil para os primeiros anos da República, ao fim do século.



Os censos são instrumentos fundamentais para conhecer o perfil da população e planejar o crescimento das cidades - Fonte: stock.adobe.com

A Guerra do Paraguai (1864-1870) trouxe à tona a flagrante necessidade de realizar um censo no Brasil. O conflito evidenciou a dificuldade de mobilização bélica sem informações precisas sobre os recursos humanos disponíveis no país. Em 1870, ao fim da guerra, Dom Pedro II pronunciou-se sobre a necessidade de realizar um censo, que teve a sua execução iniciada em 1872. Devido às fragilidades técnicas da época, os resultados foram compilados apenas em 1876, revelando um país marcado pela escravidão, condição de 15,24% dos habitantes.

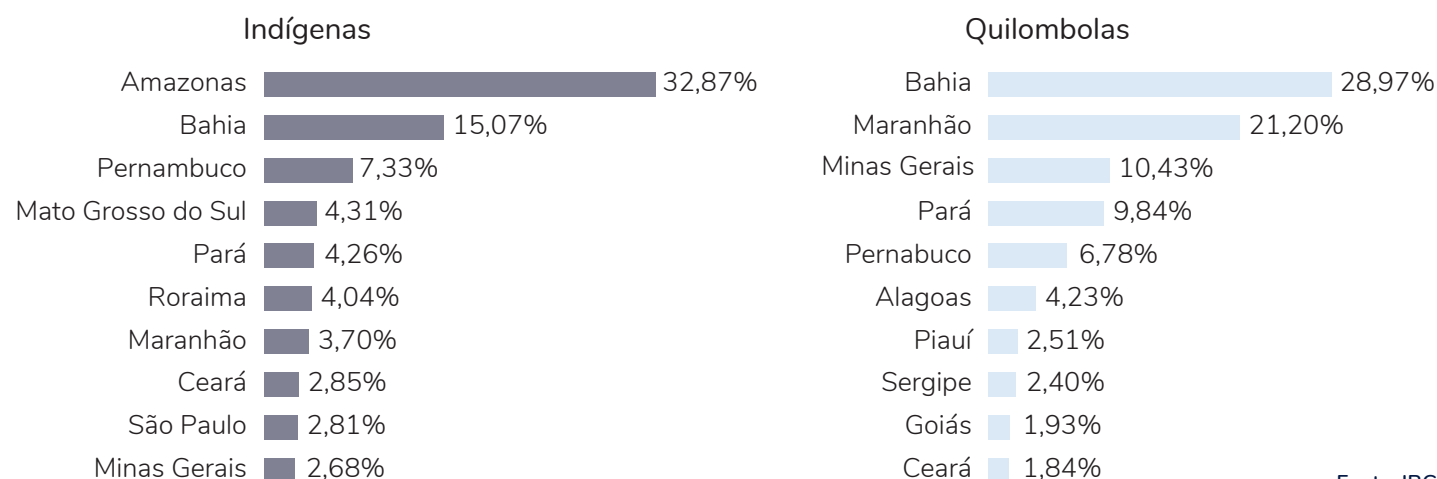
O segundo censo demográfico ocorreu em 1890, já na 1ª República (1889-1930), cujo único censo robusto foi dado em 1920 — a fragilidade das instituições de Estado tornou frágil o resultado da edição de 1900. O censo de 1910 não chegou a ocorrer, assim como o de 1930, quando o país mergulhou em uma fase de conturbação política que culminou na ascensão de Getúlio Vargas ao poder.

Na década de 1930, o Brasil tornou-se palco de disputa de diversos projetos de desenvolvimento. Contudo, a realidade foi canalizada para a via autoritária sob comando de Vargas, principalmente sob a ditadura do Estado Novo (1937-1945). A necessidade de orientar o planejamento territorial resultou na criação do IBGE, responsável pelos censos desde então, garantindo a realização das edições de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

Para além dos censos, o IBGE se consolidou como um órgão essencial para a compilação, tratamento e divulgação de dados sobre a realidade brasileira. O relatório REGIC (Região de Influência das Cidades), publicado em 2018, ilustra, por exemplo, os detalhes da rede urbana brasileira, sua organização, hierarquia e história, com cartografia exemplar. Dessa maneira, ao criar verdadeiras “fotografias” da nação, o órgão contribui para que os seus cidadãos consigam vislumbrar, com mais atenção, os encantos e dilemas profundos do Brasil

SEGUNDO BALANÇO DA COLETA (30/09/22)

Distribuição da população indígena e quilombola por UF (%)



Fonte: IBGE

PARA SABER MAIS

Censo 2022 - Agência IBGE Notícias e Acompanhamento da coleta



BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA

Comemoração joga luz sobre as fragilidades e nuances da nossa história





Quadro "A Proclamação da Independência",
de François-René Moreaux

Fonte: Wikimedia Commons

O Brasil se tornou um Império unificado em 1822, mas apenas seis décadas depois a escravidão foi abolida e a república proclamada

O Brasil comemora 200 anos de independência em 2022. Há dois séculos, o aglomerado de capitânias que constituía a América Portuguesa se tornou um Império unificado. Mas foram necessárias mais seis décadas para ocorrer a abolição da escravidão e a proclamação da República.

A independência do Brasil deve ser inserida na onda de emancipação da América Espanhola e Portuguesa, nas primeiras décadas do século XIX. O processo ocorreu muito antes da descolonização afro-asiática, na segunda metade do século seguinte, e por meio de uma bifurcação histórica bastante própria. Enquanto a América Espanhola se fragmentou em inúmeras repúblicas, a América Portuguesa tornou-se um Império unificado, sob o nome de Brasil. A raiz dessa diferença geopolítica tão marcante está na escravidão.

Os antigos domínios de Portugal eram divididos em capitânias pouco articuladas entre si, constituindo um verdadeiro “arquipélago econômico”, mas também político. Contudo, as diferentes elites locais e provinciais uniram-se em nome da manutenção do tráfico de escravos, que sofria os duros golpes da pressão inglesa pelo seu fim. Uma coroa imperial unificada vinha a calhar na busca por manter o “comércio de almas” contra os protestos britânicos. Surgia o Império do Brasil.

Um Brasil imperial era uma forma peculiar em um mundo no qual o absolutismo estava em crise. A ideia de que um monarca detém o controle máximo sobre seus súditos e enxerga o território como extensão de seu corpo era questionada por uma série de revoluções.

A revolução industrial abriu o portal para a ascensão de novas classes sociais. As revoluções americana e francesa estilhaçaram o cristal do velho regime, enaltecendo a soberania popular, a divisão em três poderes, os direitos civis e a cidadania. No outro lado do Atlântico, a revolução haitiana ateou fogo à instituição da escravidão enquanto rompia com o sistema colonial. Por que uma cabeça coroada manteve-se no poder no Brasil? A resposta tem relações com a especificidade portuguesa.



As capitânias hereditárias do Brasil - Fonte: Wikimedia Commons

O CONTEXTO PORTUGUÊS

Portugal retomou sua independência em 1640, com o fim da União Ibérica, que havia colocado seu território sob domínio espanhol por seis décadas. A família real dos Bragança retomou a Coroa lusitana e reforçou a aliança com o Reino Unido, em uma Europa marcada por conflitos intermitentes entre as potências de primeira e segunda ordem. As Guerras Napoleônicas, entre o final do século XVIII e o início do século XIX, trouxeram a oportunidade de observar os limites da aliança entre Londres e Lisboa.

As Guerras Napoleônicas foram essenciais para a desintegração dos impérios português e espanhol nas Américas. Em 1807, as forças de Napoleão invadiram a Península Ibérica, impondo José Bonaparte como monarca da Espanha. A família real portuguesa fugiu para o Rio de Janeiro, com patrocínio britânico e para se salvar dos desígnios de Bonaparte. Dom João VI, regente e depois rei, se manteria no Brasil até 1821.

A chegada da família real à América Portuguesa foi marcada pela abertura dos portos em janeiro de 1808: era o primeiro passo para o fim do exclusivo sistema colonial. A atitude desagradou a Inglaterra, que desejava a concessão de alguma ilha litorânea — como a de Santa Catarina — e/ou privilégios no comércio. O primeiro desejo não foi atendido, mas sim o segundo: em 1810, Portugal concluiu com Londres os Tratados de Comércio e Navegação e de Amizade e Aliança, satisfazendo o apetite britânico.

Dom João VI tentou esticar as mangas com incursões militares na região platina, enquanto o poder espanhol se degradava, mas teve que lidar com a feroz pressão inglesa contra o tráfico de escravos. Em 1815 e 1817, assumiu compromissos com a redução desse comércio vil, que possuía enorme participação portuguesa, com o recuo da sua prática por diversas nações.

O monarca português voltou a Lisboa apenas em 1821, um ano após a Revolução Liberal do Porto exigir o seu retorno e reformas no sistema político do reino. Contudo, os revolucionários planejavam também uma espécie de “recolonização” da América Portuguesa, unindo as elites do Brasil contra esse projeto e pavimentando o caminho rumo à independência. O príncipe-regente deixado no Brasil — Dom Pedro — não ignorou o novo rumo dos acontecimentos, que vão além do 7 de setembro de 1822.



Tela que retrata Dom João VI com o decreto da abertura dos portos
Fonte: Wikimedia Commons

Em janeiro de 1822, Dom Pedro enfrentou o pai e decidiu ficar no Brasil. Em agosto, um Manifesto às Nações Amigas, escrito por José Bonifácio, falava na necessidade de “independência política” do Brasil. No dia 2 de setembro, enquanto Dom Pedro se encontrava em São Paulo, o Conselho de Estado, liderado pela regente Leopoldina, sua esposa, optou pelo rompimento em relação a Portugal. No dia 12 de outubro, Dom Pedro I foi aclamado Imperador do Brasil.

MANUTENÇÃO DO TRÁFICO DE ESCRAVOS

A Guerra de Independência com Portugal durou até 1824 e contou com a participação notável de pessoas de todas as origens, como Maria Quitéria e Maria Felipa. Contudo, o processo foi atravessado por um projeto pessoal de Dom Pedro I: garantir que sua descendência ocupasse os tronos tanto brasileiro como português. Para isso, era necessário

que Portugal reconhecesse a independência, algo alcançado com o Tratado do Rio de Janeiro, em agosto de 1825, sob mediação do Reino Unido, que utilizou o processo para aumentar a sua influência sobre a corte tropical.

O Reino Unido continuou pressionando o Império do Brasil para o fim do tráfico de escravos, que instituiu uma lei desse teor em 1831. Contudo, a legislação não foi respeitada, e o fluxo de pessoas escravizadas continuou muito alto. A pressão britânica se intensificou, principalmente a partir de 1845, azedando as relações entre o Rio de Janeiro e Londres. Apenas em 1850, com a Lei Eusébio de Queirós, o Brasil findou o tráfico de escravos, em uma medida consolidada em poucos anos.

Coube ao Império do Brasil um longo processo para consolidação de suas fronteiras, de forma pacífica ou belicosa. A maioria dos atuais limites brasileiros foi demarcada e reconhecida pelos vizinhos sul-americanos durante o Império do Brasil (1822-1889) e a gestão do Barão do Rio Branco na chancelaria nacional, já na 1ª República.



Independência ou morte, quadro de Pedro Américo - Fonte: Wikimedia Commons



Obra “Aclamação de Dom Pedro I, Imperador do Brasil, no Campo de Sant’Ana, Rio de Janeiro”
Fonte: Wikimedia Commons

MOVIMENTO ABOLICIONISTA E REPÚBLICA

O fim da escravidão ocorreu apenas em maio de 1888, depois de mais de uma década de luta do primeiro movimento social em escala nacional: o abolicionista, com nomes de destaque, como Luís Gama, José do Patrocínio e Joaquim Nabuco. Desse modo, desmoronavam os pés de lama do Império escravista, que foi derrubado em novembro do ano seguinte, quando a república foi proclamada.

A república no Brasil abriu espaço para que os cidadãos garantissem cada vez mais direitos no longo prazo. Contudo, a interferência militar na política — algo raro no Império — se consolidou, atravessando as duas ditaduras do período republicano: o Estado Novo (1937-1945) e a Militar (1964-1985). O pacto nacional que envolveu a Constituição democrática de 1988 rege atualmente o Brasil, na busca por

consolidar uma democracia que garanta aos cidadãos os direitos mais básicos. É a promessa a qual se almeja.

Enquanto a América Espanhola se fragmentou em inúmeras repúblicas, a América Portuguesa tornou-se um Império unificado, sob o nome de Brasil.

PARA SABER MAIS

Entrevista do escritor Laurentino Gomes, autor da trilogia 1808, 1822 e 1889, para o jornal O Tempo. 

ARMAS NUCLEARES

Guerra da Ucrânia cria novo temor global



Teste nuclear militar dos Estados Unidos no Atol de Bikini, Micronésia, em julho de 1946

Fonte: Wikimedia Commons

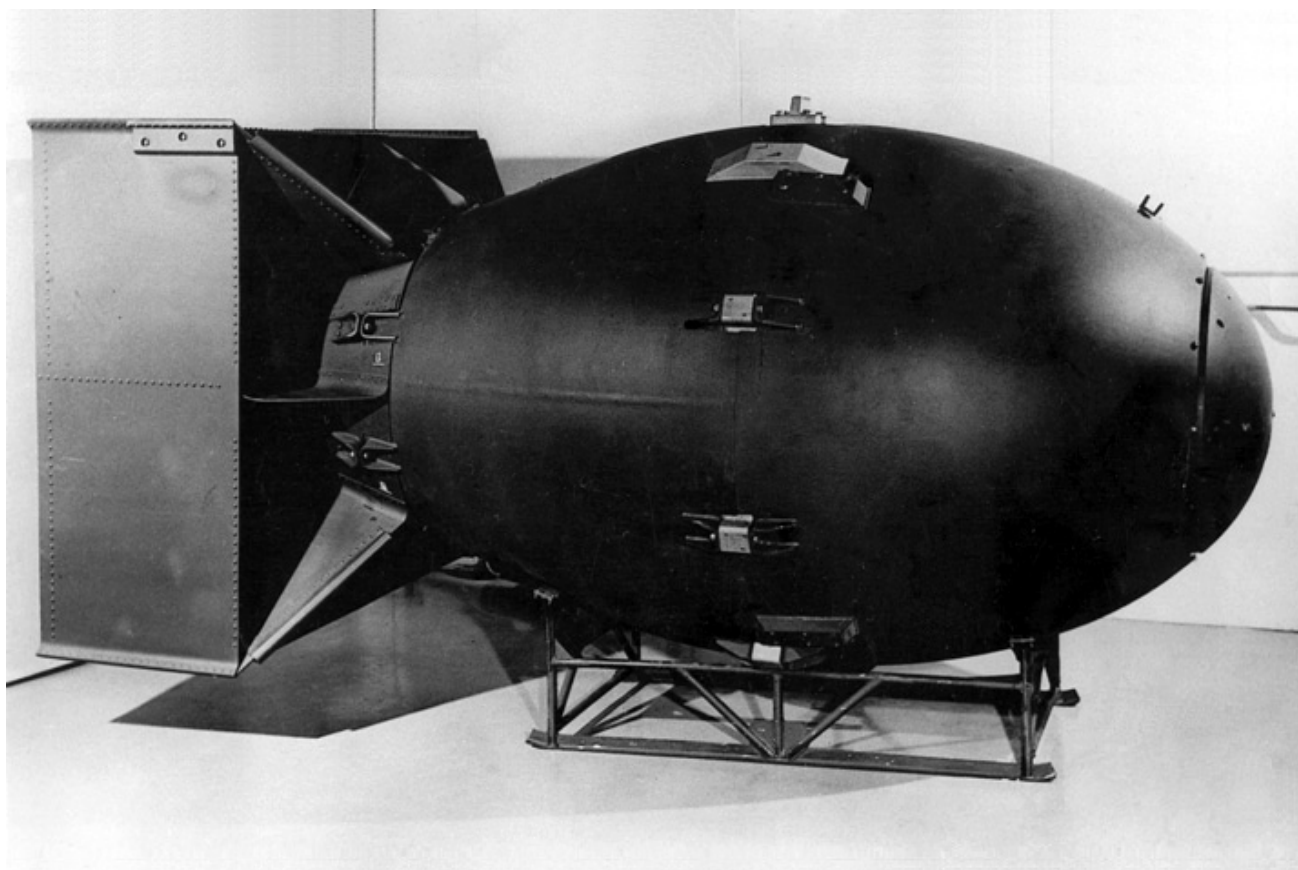
Conflito atualiza os contornos de uma nova corrida armamentista, historicamente representada por países como EUA, Rússia, Índia, Paquistão e Coreia do Norte

Armas atômicas de menor dimensão nas mãos da Rússia? Testes balísticos com mísseis intercontinentais realizados pela Coreia do Norte? O tóxico cenário internacional ressalta os contornos de uma nova corrida armamentista em nome dos arsenais nucleares. O espectro de uma nova fresta na caixa de Pandora radioativa está sendo reatualizado pela invasão que motivou a Guerra da Ucrânia.

As armas nucleares foram utilizadas pela primeira vez em agosto de 1945. A Itália fascista e

a Alemanha nazista já estavam derrotadas, mas o Japão Imperial se recusava a se render, enquanto suas forças recuavam para o arquipélago nipônico. Nesse contexto, bombas nucleares americanas atingiram as cidades de Hiroshima e Nagasaki — nos dias seguintes, a União Soviética finalmente declarou guerra contra o Japão, que já estava para se render, dando fim à 2ª Guerra Mundial (1939-1945).

A Guerra Fria transformou os arsenais nucleares em meios de dissuasão entre as duas superpotências, impedindo confrontos diretos entre Washington e Moscou. Em agosto de 1949, a União Soviética realizou o seu primeiro teste atômico, no polígono de Semipalatinsk, no Cazaquistão, que seria palco de cerca de 456 experimentos até o fim da década de 1980. No lado americano, as Ilhas Marshall, no Pacífico, transformaram-se em palco comum de testes. Contudo, o clube restrito de detentores desse tipo de projétil aumentou nos anos seguintes.



A bomba Fat Man, lançada sobre Nagasaki - Fonte: Wikimedia Commons

MAIORES EXPORTADORES E IMPORTADORES DE ARMAS NUCLEARES

Exportador	Participação global (%)	Importador	Participação global (%)
1 EUA	39	1 Índia	11
2 Rússia	19	2 Arábia Saudita	11
3 França	11	3 Egito	5.7
4 China	4.6	4 Austrália	5.4
5 Alemanha	4,5	5 China	4.8
6 Itália	3.1	6 Catar	4.6
7 Reino Unido	2,9	7 Coreia do Sul	4.1
8 Coreia do Sul	2,8	8 Paquistão	3.0
9 Espanha	2,5	9 Emirados Árabes Unidos	2.8
10 Israel	2,4	10 Japão	2.6

Fonte: Sipri Yearbook 2022 - Armaments, Disarmament and International Security



Comboio do exército do Paquistão no conflito pela Caxemira - Fonte: Wikimedia Commons

TESTES NO REINO UNIDO E FRANÇA

Em maio de 1951, o primeiro-ministro australiano, Robert Menzies, concordou com a proposta do Reino Unido em realizar um teste nuclear no território sob sua jurisdição. O cenário era de profunda tensão internacional, com os dois blocos se enfrentando no palco asiático da Guerra da Coreia (1950-1953). Por conseguinte, o artefato britânico foi testado em outubro de 1952, na chamada Operação Hurricane (“Furacão”), tornando o Reino Unido a mais nova potência nuclear do planeta. A bomba nuclear foi detonada nas Ilhas Montebello, na Austrália Ocidental, e mais dois testes foram realizados nesse país até 1956.

Nesse período, o Reino Unido e os Estados Unidos já integravam a Otan, aliança militar ocidental, assim como boa parte da Europa Ocidental. Contudo, a França desejava obter armas nucleares próprias e autonomia no interior da organização, principalmente com o retorno do general Charles De Gaulle ao poder, em maio de 1958. O contexto da Guerra da Argélia (1954-1962) colocou o país à beira da guerra civil, mas não impediu a realização do primeiro teste nuclear francês, em fevereiro de 1960. A chamada Operação Gerboise Bleue (“Jerboa Azul”) ocorreu em Reggane, no deserto argelino, dois anos antes da França retirar-se, abrindo espaço para a independência da Argélia.

BOMBA CHINESA E O TRATADO DE NÃO-PROLIFERAÇÃO NUCLEAR (TNP)

As discordâncias entre Washington (EUA) e Paris (França) mostraram fissuras no bloco ocidental, mas não tinham o nível de rivalidade que surgiu entre a União Soviética e a China, as duas principais potências do bloco comunista. O afastamento se revelou claro depois da morte de Stálin, em 1953, quando Mao Tsé-tung condenou a desestalinização de Krushev, o sucessor do líder soviético — essa relação piorou inexoravelmente na década seguinte. Em 1964, Mao Tsé-tung anunciou o primeiro teste nuclear da China, na desértica Lop Nur, ao mesmo tempo que os chineses sofriam com a penúria e a fome decorrentes do Grande Salto Adiante (1958-1962).

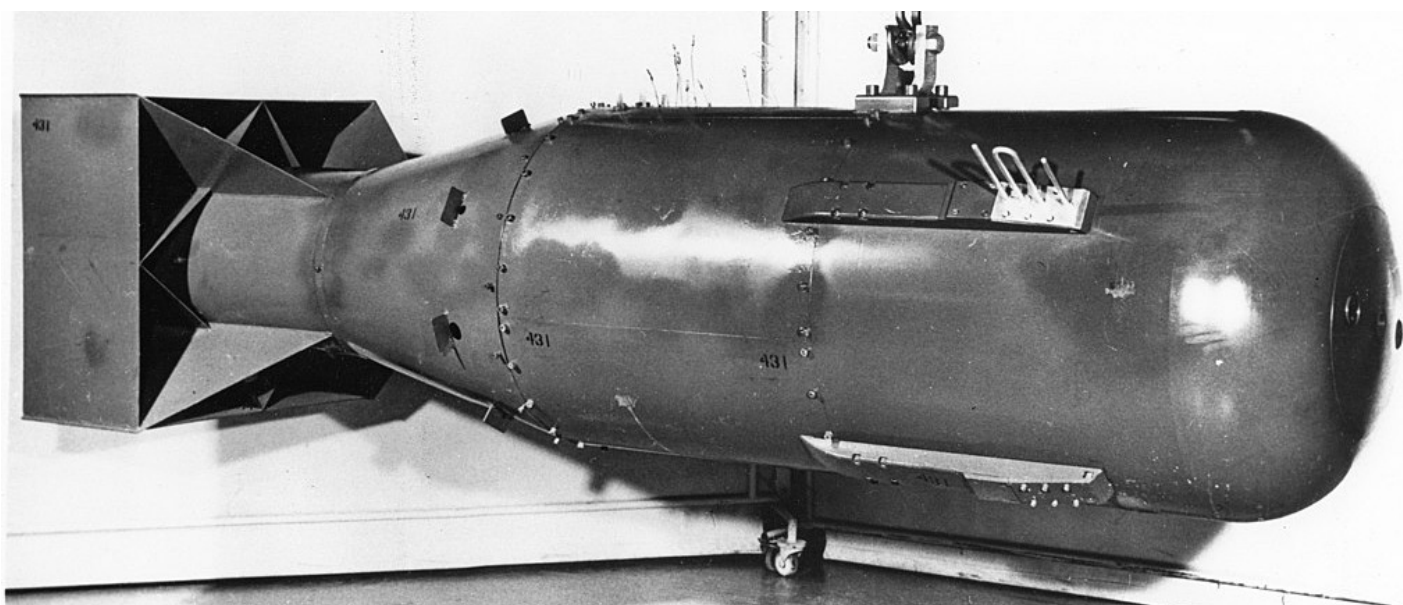
A bomba nuclear chinesa, detonada em 1964, alertou as superpotências sobre a disseminação de tais artefatos entre as nações e sobre os riscos do processo. Em 1968, foi assinado o Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP), com o compromisso de frear o processo. Acordos anteriores já haviam refreado a escalada de testes a céu aberto típica da primeira década da Guerra Fria, porém os novos tratados não impediram a escala nuclear no Subcontinente Indiano.

INCURSÕES DA ÍNDIA, PAQUISTÃO E COREIA DO NORTE

A antiga Índia Britânica adquiriu a independência em 1947, mas estilhaçou-se com a divisão entre a Índia e o Paquistão, que amargam desde então a disputa pela Caxemira. Os dois países se enfrentaram em novos conflitos em 1965 e 1971, quando o Paquistão perdeu seu flanco oriental, o qual, como Bangladesh, tornou-se independente sob patrocínio do governo indiano de Indira Gandhi. O próximo passo da Índia foi a Operação Smiling Buddha, o primeiro teste nuclear do país, que ocorreu em maio de 1974, no deserto de Thar, próximo ao rival Paquistão.

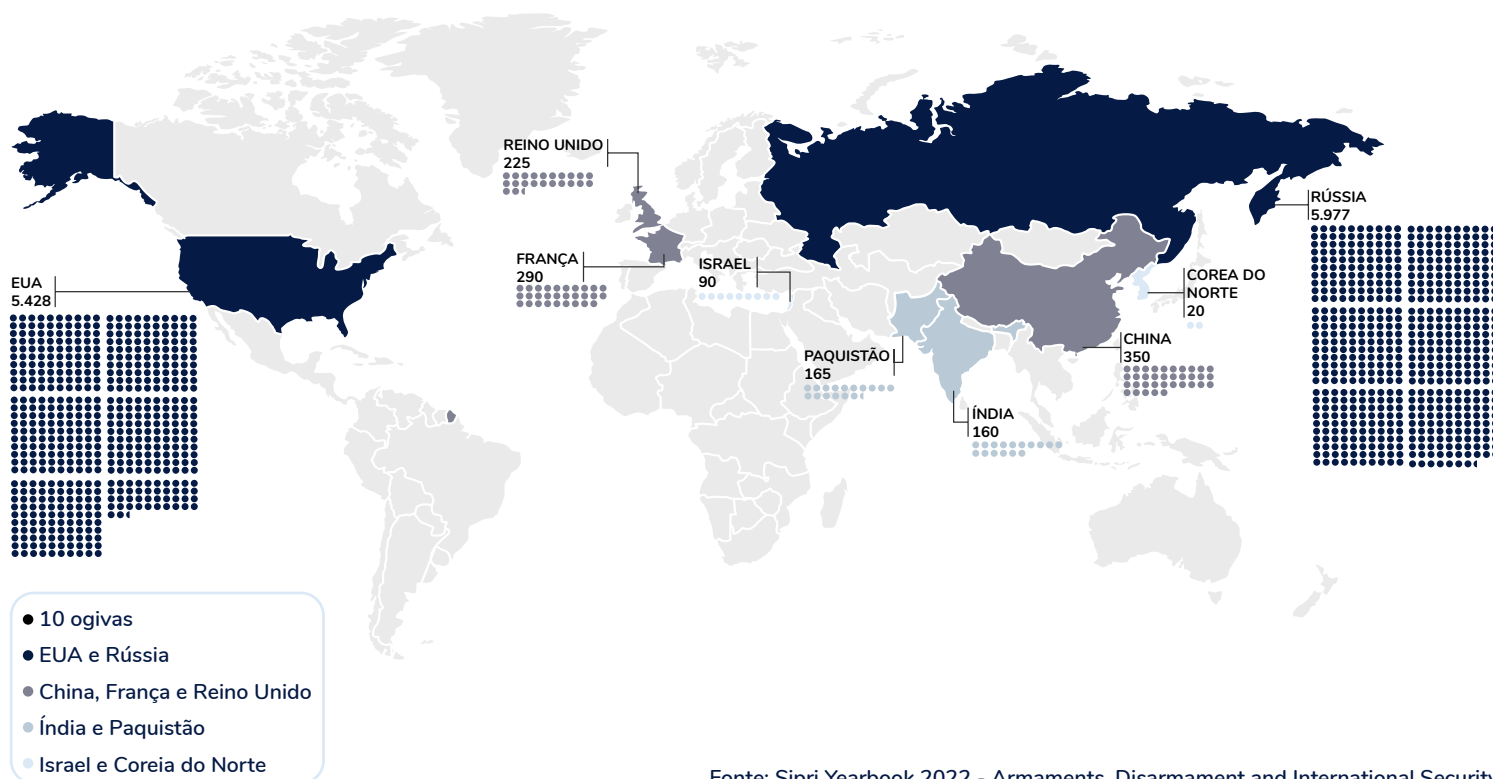
O Paquistão, por sua vez, alcançou o status de potência nuclear em 1998, quando ocorreu seu primeiro teste. No ano seguinte, indianos e paquistaneses enfrentaram-se novamente em um conflito em nome da Caxemira, evidenciando o alto grau de tensão na região, limítrofe à China.

O fim da Guerra Fria trouxe à última década do século XX um clima de euforia. Em 1991, os Estados Unidos retiraram suas ogivas nucleares da Coreia do Sul, que serviam como dissuasão a uma nova invasão do norte. Enquanto isso, Kim Jong-il, no poder desde 1994 na Coreia do Norte, descobriu que o falido regime do país conseguiria algum poder de barganha internacional com a posse de armas nucleares. Já em 2006, o país realizou seu primeiro teste, gerando enorme temor na Coreia do Sul e no Japão.



A bomba Little Boy, lançada sobre Hiroshima - Fonte: Wikimedia Commons

ARMAS NUCLEARES NO MUNDO



Fonte: Sipri Yearbook 2022 - Armaments, Disarmament and International Security

SITUAÇÃO NA AMÉRICA DO SUL E NO ORIENTE MÉDIO

No caso da América do Sul, as ditaduras militares do Brasil e da Argentina apostaram em programas de desenvolvimento de armas nucleares, enquanto amargavam uma rivalidade constante entre si. Os dois países atravessaram o portal da redemocratização nos anos 1980, reconciliando-se e abrindo mão dos projetos de criação de armas atômicas. Em 1995, a Argentina assinou o Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP), seguida pelo Brasil em 1998.

O Estado de Israel também possui armas nucleares, mesmo que não as reconheça oficialmente e que não tenha realizado testes com elas. O Irã, dominado por uma teocracia islâmica xiita desde 1979, coloca Israel como o seu inimigo existencial e atua em um programa de desenvolvimento de armas nucleares.

Um acordo com os Estados Unidos de Barack Obama em 2015 trouxe a possibilidade de frear tal processo, mas o ataque ao tratado por Donald Trump, o sucessor em Washington, criou um novo clima de animosidade. É provável que o Irã não demore a entrar no grupo de detentores das armas mais assassinas da história.

A Guerra Fria transformou os arsenais nucleares em meios de dissuasão entre as duas superpotências, impedindo confrontos diretos entre Washington e Moscou.

PARA SABER MAIS

Artigo "Como o advento das armas nucleares mudou o rumo da história", da National Geographic 

ELEIÇÕES EM 2022

Pleitos dão novos contornos ao cenário político na Europa, Ásia e América





Gabriel Boric discursa ao ser eleito presidente do Chile, em dezembro de 2021

Fonte: Wikimedia Commons

Em 2022, a direita nacionalista domina pleitos na Hungria e na Itália, enquanto o trumpismo paira sobre os Estados Unidos e o partido único se fortalece na China. Na contramão, Chile e Colômbia optam por forças progressistas

Novos contornos estão sendo desenhados em várias capitais do mundo ao longo de 2022, de Washington a Budapeste, de Bogotá a Seul e de Paris a Roma. Eleições para cargos do poder executivo e legislativo não estão no calendário apenas do Brasil, criando um ambiente de fortes debates em diversas nações. Infelizmente, os tons do autoritarismo parecem se reforçar.

Na Hungria, novas eleições legislativas garantiram o reforço à maioria que apoiou Viktor Orbán, que se encontra no poder desde 2010. O mais grave problema não é o tempo de seus mandatos, mas sim os dois principais ataques desferidos pelo líder húngaro: contra a imigração e contra a União Europeia. O importante bloco econômico e geopolítico criado no pós-2ª Guerra é um dos esteiros básicos da estabilidade europeia e da garantia da resolução pacífica de tensões.

A Hungria é um dos principais países do Leste Europeu e um exemplo de desenvolvimento após o fim do bloco oriental em 1991. A entrada da nação na União Europeia em 2004 levou à sua integração, consequentemente, ao Espaço Schengen, que garante a livre circulação de pessoas. Nutrido pela xenofobia, Orbán se coloca contra esse mecanismo, enquanto se encastela no poder com a cooptação do poder judiciário e pelo controle do legislativo.



Viktor Orbán vence eleições na Hungria, em abril de 2022 - Fonte: Wikimedia Commons

ITÁLIA E A DIREITA NACIONALISTA

A maré da direita nacionalista na Europa não inclui apenas Órban, mas conta também com outros ramos espalhados pelo continente, a maioria vista com bons olhos pelo líder russo Vladimir Putin. No caso da Itália, o partido Fratelli D'Italia (“Irmãos da Itália”) conquistou uma ampla ressonância nas eleições parlamentares de setembro. Sua líder, Giorgia Meloni, conta com o apoio de Silvio Berlusconi e de Matteo Salvini e reorienta ainda mais para a xenofobia o sistema político do país.

A Itália passou a Guerra Fria (1947-1989) com um sistema político dominado por correntes de centro-direita, como a Democracia Cristã, e de centro-esquerda, como o Partido Socialista. Contudo, uma série de escândalos de corrupção nos anos 1990 fez com que os partidos tradicionais desabassem. Em meio aos escombros, emergiu a figura anti-establishment de Silvio Berlusconi, que governou diversas vezes entre 1994 e 2011.

Silvio Berlusconi é uma figura da direita europeia completamente diferente de Angela Merkel, que comandou a Alemanha entre 2005 e 2021 pela Democracia Cristã alemã. Enquanto ela apostou em reformas e na busca por aumento de produtividade da economia, sem contar a postura aberta face aos refugiados, Berlusconi ajudou a mergulhar a Itália em uma maré de endividamento e crise.

A descrença em relação ao sistema político facilitou a emergência de Matteo Salvini nos últimos anos. Seu partido, a Lega Nord, transitou da defesa da independência do norte — mais rico — para a defesa do “povo italiano” contra os imigrantes. O que Giorgia Meloni, a figura política emergente, está realizando é a radicalização do programa de Salvini, contando com seu apoio. O fato da agremiação política de Meloni ter vínculos com herdeiros do fascismo mussolinista torna o panorama ainda mais sombrio.



Giorgia Meloni, que foi eleita primeira-ministra da Itália
Fonte: Wikimedia Commons



Símbolo do partido Fratelli d'Italia, de extrema direita
Fonte: Wikimedia Commons

CHINA, FILIPINAS E COREIA DO SUL

As fissuras no unipartidarismo do Partido Comunista Chinês estão sendo cada vez mais disfarçadas pela concentração do poder nas mãos de Xi Jinping. O líder está rompendo uma tradição de décadas: a do rodízio de líderes. Desde a morte de Mao Tsé-tung, em 1976, todos os seus sucessores, como Deng Xiaoping, Jiang Zemin e Hu Jintao, comandaram a nação mais populosa do mundo por cerca de uma década. O trauma da era maoísta levou a esse arranjo.

Contudo, Xi Jinping está no poder desde 2012 e busca agora mais uma reeleição. Em 2018, impulsionou a aprovação de um projeto que retirava os limites para mandatos presidenciais, abrindo espaço para que continuasse ocupando o poder indefinidamente. As eleições de 2022 irão mostrar se Xi Jinping está conseguindo mesmo se tornar o líder mais poderoso na China desde Mao Tsé-tung.

Nas Filipinas, clãs familiares agarram-se ao poder. As eleições presidenciais elegeram ao topo do poder político Ferdinand Marcos Jr., o

“Bongbong”. Seu pai, Ferdinand Marcos, foi o ditador que governou o país entre 1965 e 1986, contando com a retaguarda americana em plena Guerra Fria, quando as duas superpotências apoiaram regimes tirânicos mundo afora.

A vice de “Bongbong” também tem uma herança política duvidosa. Sara Duterte é filha de Rodrigo Duterte, o líder das Filipinas de 2016 a 2022. No poder, Duterte pregou uma “guerra contra o tráfico” que abriu espaço para inúmeras arbitrariedades policiais, como execuções sem julgamento e massacres de civis. Agora, os clãs Marcos e Duterte estão unidos no poder.

Em Seul, capital da Coreia do Sul, o poder mudou de mãos, ideologia e política externa. O ex-presidente Moon Jae-in, de centro-esquerda, saiu de cena, enquanto Yoon Suk-yeol, um conservador, passou a ocupar sua vaga. Enquanto Moon pregava uma aproximação com a Coreia do Norte com vistas a diminuir as tensões na península, Yoon apregoa que o Sul desenvolva armas nucleares para se defender contra um eventual ataque do Norte.



O líder chinês Xi Jinping - Fonte: Wikimedia Commons



Ferdinand Marcos Jr, presidente das Filipinas - Fonte: Wikimedia Commons



Posse de Gabriel Boric como presidente do Chile - Fonte: Wikimedia Commons

EUA, CHILE E COLÔMBIA

Em Washington, capital americana, as eleições legislativas podem trazer uma nova feição à Câmara dos Representantes, a equivalente local da Câmara dos Deputados brasileira. Nos Estados Unidos, ela é renovada a cada dois anos: em 2020, uma leve maioria democrata garantiu uma base mínima para Joe Biden, o presidente eleito. Em 2022, a perspectiva é de que os republicanos reconquistem uma maioria.

Uma Câmara dos Representantes de maioria republicana não é, em si, um problema. O mais grave é o poder que os seguidores do ex-presidente

Donald Trump adquiriram dentro dessa agremiação política, ainda mais com a invasão do Capitólio por militantes trumpistas em janeiro de 2021. Ou seja, a conquista da Câmara pelos republicanos pode significar uma maior facilidade para que Donald Trump vença as eleições presidenciais americanas de 2024.

Na América do Sul, uma cisão se revela em tendências de esquerda. Em 2022, tomaram posse Gabriel Boric, no Chile, e Gustavo Petro, na Colômbia, ambos com indubitáveis credenciais na esquerda sul-americana. Contudo, eles não mantêm uma defesa acrítica dos regimes cubano e venezuelano, desenvolvendo questionamentos e argumentos contra a repressão e o autoritarismo.

PARA SABER MAIS

Entenda o crescimento da extrema-direita na Europa nos últimos anos, da CNN Brasil

LIBERDADE DE IMPRENSA SOB AMEAÇA

Relatório da organização Repórteres Sem Fronteiras revela que 500 jornalistas e trabalhadores da mídia foram presos e 39 foram assassinados de janeiro a setembro de 2022



LES COMBATS DU JOURNALISME

RIE DE PARIS 

**REPORTERS
SANS FRONTIERES**
POUR LA LIBERTE DE L'INFORMATION



Premiação Herói da Liberdade de Imprensa, da
organização Repórteres Sem Fronteiras, em 2016

Fonte: Wikimedia Commons



Conferência Global para a Liberdade de Imprensa, em Londres, no Reino Unido, em 2019 - Fonte: Wikimedia Commons

A organização Repórteres Sem Fronteiras publica anualmente um relatório sobre a liberdade de imprensa no mundo, e as notícias de 2022 não são nada boas. Um recorde de nações em “situação péssima” foi detectado, assim como uma deterioração geral na escala global. O panorama se revela cada vez pior: desde a autocracia de Putin à Nicarágua de Daniel Ortega; da Belarus de Lukachenko à ditadura militar vigente em Mianmar; e do regime do general al-Sisi, no Egito, à monarquia absoluta de Mohamed bin Salman, na Arábia Saudita.

O retrocesso na liberdade de expressão foi apontado também pela organização sueca V-Dem. O estudo indica que a situação voltou aos níveis de 1984, quando o mundo ainda era atravessado pela Guerra Fria e ditaduras eram toleradas por ambos os lados em nome da acirrada disputa ideológica. O novo relatório da Repórteres Sem Fronteiras afirma que há, atualmente, 500 jornalistas e trabalhadores de mídia presos e 39 assassinados (dados de janeiro a setembro de 2022).

JORNALISTAS ASSASSINADOS E O CASO WATERGATE

Exemplos de brutalidade não faltaram ao longo da história. Em 2 de junho de 2002, o repórter brasileiro Tim Lopes, que trabalhava para a Rede Globo, foi sequestrado, torturado e assassinado enquanto investigava o tráfico de drogas e o aliciamento de menores em comunidades do Rio de Janeiro. Em 7 de outubro de 2006, a jornalista russa Anna Politkovskaya, que apurava a atuação russa nas Guerras da Chechênia e a face oculta do líder checheno Ramsan Kadyrov, foi assassinada no elevador do prédio onde morava. A arma que a matou foi deixada ao seu lado, em um símbolo de assassinato por encomenda.

O papel da imprensa pode ser diferente em países nos quais há uma institucionalidade básica que garante o seu trabalho, como no escândalo de Watergate. O republicano Richard Nixon era o presidente dos Estados Unidos desde 1969, o

qual foi reeleito em 1972. Contudo, nessa última campanha, órgãos do Estado americano foram manipulados pelo governo para efetuar espionagem no Complexo de Watergate, vinculados ao partido democrata. Denúncias anônimas aos jornalistas Bob Woodward e Carl Bernstein, do Washington Post, permitiram que os dois revelassem o escândalo na imprensa. Como desfecho, algo inédito: Richard Nixon renunciou à presidência em 9 de agosto de 1974, antes que um processo de impeachment o retirasse do cargo.

CENSURA NO BRASIL

No país, a imprensa sofreu censura diversas vezes. Na ditadura do Estado Novo (1937-1945), de Getúlio Vargas, foi criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), um órgão que efetuava a vigilância nos jornais e nas rádios para detectar opositores, além de cancelar o culto à personalidade do líder. Mesmo com a 2ª República (1945-1964), instrumentos residuais de censura continuaram nas mãos dos detentores do poder, até que a ditadura militar (1964-1985) trouxe um novo período de censura e decrepitude.

O Ato Institucional nº 5 (AI-5), de dezembro de 1968, aumentou a censura sobre o trabalho dos jornalistas e da mídia em geral. Contudo, havia respiros de resistência, como no irreverente periódico O Pasquim, que lançava comentários ácidos em relação à realidade brasileira. Nomes célebres, como Millôr Fernandes, integraram seu corpo editorial. Em 7 de junho de 1977, de todo modo, foi lançado um manifesto de centenas de jornalistas brasileiros pedindo o fim da censura, delimitando o atual Dia Nacional da Liberdade de Imprensa.

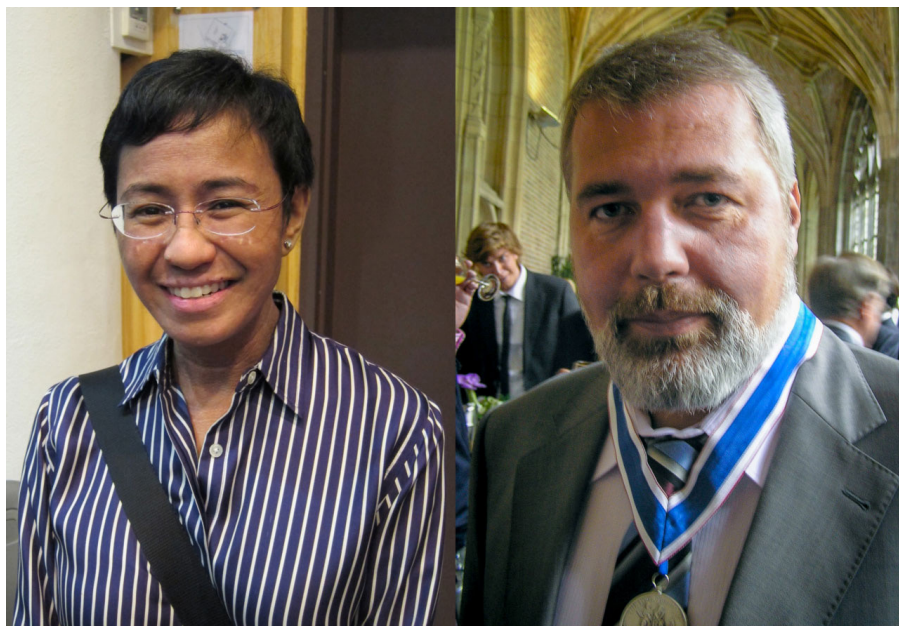
Os ventos mudaram de vez com a Constituição de 1988, no contexto da redemocratização. No artigo 220, observa-se que “[a] manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição [...]”. Em palavras ainda mais incisivas, há o tom dos novos tempos: “É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística”.

DESTAQUES DO NOVO RELATÓRIO

A organização Repórteres Sem Fronteiras mostra dados alarmantes. No Brasil, segundo o relatório, a situação tem se deteriorado consideravelmente nos últimos anos, com o governo de Jair Bolsonaro apostando no ataque à imprensa, principalmente quando se trata do trabalho de mulheres jornalistas. As redes sociais têm servido como munição para que os apoiadores do presidente apliquem uma estratégia coordenada de agressões e intimidações em relação à imprensa profissional. O papel necessário e crítico dessa última é desacreditado



Manifestantes em Washington, nos Estados Unidos, pedindo o impeachment do presidente Nixon - Fonte: Wikimedia Commons



Os jornalistas Maria Ressa e Dmitry Muratov, vencedores do Prêmio Nobel da Paz de 2021
Fonte: Wikimedia Commons

em campanhas difamatórias que a acusam de ser uma verdadeira “inimiga do Estado”, isto é, uma “estrangeira”, numa atitude típica de regimes autoritários. No país, pelo menos 30 jornalistas foram assassinados na última década. Os profissionais mais desprotegidos são os de cidades de pequeno porte, que cobrem a corrupção e a política local.

Além do Brasil, na América Latina, a repressão grave ao jornalismo se dá em nações governadas pela esquerda nacionalista, como Cuba, Nicarágua e Venezuela. Contudo, a direita radical também ameaça a imprensa, como em El Salvador, de Nayib Bukele, que lança uma cruzada contra a independência dos poderes legislativo e judiciário. No México, 31 trabalhadores de imprensa foram assassinados ou “desapareceram”, principalmente pelas ramificações da atuação de grupos de narcotraficantes.

Na China, 113 jornalistas foram presos apenas na última década; e, no Vietnã, esse número já chegou a 40. Em Hong Kong, sob o cerco da estreita autonomia vigente na década de 2000, 13 foram encarcerados em 2021. Mianmar, cuja democracia frágil foi ceifada por um golpe militar em fevereiro do ano passado, possui 53 jornalistas detidos atualmente. Já no Oriente Médio, o número chega a 21 na ditadura egípcia, a 29 na monarquia teocrática saudita e a 83 na Síria do despótico Bashar al-Assad.

Na África, por sua vez, uma das situações mais extremas se dá na Eritreia de Isaiiah Afwerki, considerada como a “Coreia do Norte” africana. Contudo, em outros lugares vigora a paisagem

do medo. Em maio de 2021, o jornalista congolês Barthélémy Changamuka foi assassinado no leste do país, uma região em guerra crônica há décadas. Em março de 2022, os jornalistas Faridah Bikobere e Norman Tumuhimbise foram presos em Uganda, sob ordens do regime de Yoweri Museveni, que governa o país desde 1986.

Na Europa, por fim, a situação é mais grave na Rússia, onde 15 jornalistas foram presos desde 2018, e em Belarus, onde o número de trabalhadores de mídia encarcerados foi de 37 nos últimos três anos. No caso do país governado por Vladimir Putin, uma lei do ano passado transformou os jornalistas que criticavam o governo em “agentes estrangeiros”. A realidade desafiadora fez com que o Nobel da Paz de 2021 tenha sido concedido a dois jornalistas: a filipina Maria Ressa e o russo Dmitry Muratov, editor do jornal Novaya Gazeta, no qual trabalhava Anna Politkovskaya.

Porém, os desafios ao trabalho da imprensa são ainda diversos e não provêm apenas da atuação do Estado. A transição para o meio digital tem feito com que muitas empresas deixem de anunciar nos jornais e revistas, apostando nas novas plataformas de redes sociais. Desse modo, o jornalismo se viu privado de uma fonte tradicional de financiamento, o que diminuiu a sua influência. Além disso, as próprias redes sociais exercem o seu funcionamento pernicioso, isto é, através da difusão de informações sem checagem, diferente do que ocorre nos grandes jornais, onde o trabalho é, mesmo que imperfeito, marcado pela busca das informações mais precisas e fidedignas.

O dramaturgo norte-americano Arthur Miller disse, certa vez, que “um bom jornal é uma nação falando consigo mesma”. Além da acurácia nas informações, há a pluralidade de ideias sobre a realidade, seus desígnios, seus desafios, suas incertezas e ímpetos. Diferente das redes sociais, onde há bolhas fechadas em si próprias, os jornais são praças incontornáveis para quem se preocupa com os diálogos mais relevantes sobre a realidade.

A perseguição à imprensa é típica de regimes autoritários, e as redes sociais também têm o seu papel nesse processo.

RANKING MUNDIAL DA LIBERDADE DE IMPRENSA 2022



Posição	País	Nota global
1	Noruega	92,65
2	Dinamarca	90,27
3	Suécia	88,84
4	Estônia	88,83
110	Brasil	55,36
177	Turcomenistão	25,01
178	Irã	23,22
179	Eritreia	19,62
180	Coreia do Norte	13,92

- Boa situação
- Situação relativamente boa
- Situação sensível
- Situação difícil
- Situação grave

A nota global, que varia de 0 (situação muito grave) a 100 (boa situação), considera o levantamento quantitativo dos abusos cometidos contra profissionais da mídia e uma análise qualitativa da situação em cada país.

Fonte: Repórteres sem Fronteira

PARA SABER MAIS

Ranking Mundial da Liberdade de Imprensa 2022: a nova era da polarização, da organização Repórteres Sem Fronteira (RSF)



DESLOCAMENTOS FORÇADOS TÊM NOVO RECORDE

Número de pessoas deslocadas por guerras, violências e perseguições
chega à marca de 100 milhões no mundo





Refugiados da Ucrânia cruzam a fronteira para a Polônia.

Fonte: © UNHCR/Rafael Kostrzynski



Família de deslocados em Cabul, no Afeganistão - Fonte: © UNHCR/Andrew McConnell

Atualmente, mais de 100 milhões de indivíduos estão em situação de deslocamento forçado — isto é, pessoas que deixam seu lugar de origem por conflitos, perseguições e situações extremas —, um número nunca antes atingido. É o que revela o mais recente relatório, de junho de 2022, do Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (Acnur). Ao fim de 2021, segundo os novos dados, havia 89 milhões e 300 mil indivíduos em situação de deslocamento forçado no planeta. A Guerra da Ucrânia, causada pela invasão russa, elevou esse número para a marca de 100 milhões, o

que corresponde a uma população que ultrapassa o total de habitantes de lugares como Egito e Etiópia, dois dos países mais populosos da África.

O deslocamento forçado pode ser subdividido em dois principais grupos — os deslocados internos e os refugiados. Os deslocados internos representam o maior contingente e passaram de 17,7 milhões em 2012 para 53,2 milhões ao fim de 2021. Já os refugiados, cerca de 27,1 milhões de pessoas, são aqueles que atravessam fronteiras nacionais enquanto deixam situações de emergência.

PRINCIPAIS GRUPOS E DESTINOS

Diferentemente do que afirma o senso comum, a maior parte dos refugiados não se direciona para países desenvolvidos, já que cerca de 83% estão abrigados em nações pobres ou emergentes e 72% escolheram uma nação vizinha à sua de origem como destino. O fato de uma a cada oito pessoas no Líbano ser um refugiado se dá principalmente pelo enorme fluxo vindo da vizinha Síria, país em conflito crônico desde 2011.

A importância das nações vizinhas para os refugiados se expressa nos países que lideram as estatísticas como destino — mais da metade dos 6,8 milhões de refugiados sírios estão na Turquia. O mesmo ocorre com o 1,8 milhão de refugiados abrigados na Colômbia, majoritariamente vindos da Venezuela, país em profunda crise política e econômica e de onde fugiram 4,6 milhões de pessoas em situação de extrema vulnerabilidade.

Dos 2,7 milhões de afegãos que deixaram o seu país de origem, uma grande parte se encontra no Paquistão, que abriga 1,5 milhão de refugiados. Na África, o país que mais os acolhe é Uganda, com 1,5 milhão, muitos vindos do vizinho Sudão do Sul, cuja guerra civil (2013-2018) e violência crônica na região de Equatoria fazem com que 2,4 milhões de seus cidadãos estejam fora do país em situação de refúgio.

A maior parte dos refugiados não se dirige para países desenvolvidos. Cerca de 83% estão abrigados em nações pobres ou emergentes.



Refugiados da Eritreia no território da Etiópia - Fonte: © UNHCR/Laurence Bron



Refugiados de Burkina Faso em acampamento no Níger - Fonte: © CIAUD/Abdoulaye Seydou Amadou

O cenário de conflitos em diversas nações levou o número de pessoas em deslocamento forçado no planeta a passar de 42,7 milhões em 2012 para mais do que o dobro uma década depois. Em 2012, 1 a cada 167 pessoas no mundo estava nessa situação, enquanto, ao fim de 2021, essa proporção tinha passado de 1 para 88.

NOVOS DESLOCAMENTOS

Alguns números, no entanto, podem ser positivos: em 2021, 5,3 milhões de deslocados internos e 429 mil refugiados retornaram para o seu local de origem. Contudo, essa situação não anula a enorme

quantidade de pessoas que entrou em situação de deslocamento forçado: apenas em 2021, cerca de 1,7 milhões de novos refugiados cruzaram limites no planeta, enquanto 14,4 milhões de pessoas se tornaram deslocados internos.

Os principais países responsáveis por novos deslocamentos forçados no planeta em 2021 se espalham por diversos continentes: na América do Sul, com Venezuela e Nicarágua; no Oriente Médio, com a Síria e o Iêmen; e no Sahel, com Mali, Burkina Faso, Níger, Chade e Sudão. Já na África Subsaariana, situações regionais de conflito geraram novos fluxos intensos de deslocamento forçado no Sudão do Sul, na Etiópia, na Somália, no Congo-RDC, na República Centro-Africana (RCA) e em Moçambique.

Muitos dos países que são os principais locais de origem de refugiados continuam ampliando sua participação. Em 2021, a população de refugiados venezuelanos aumentou em mais de meio milhão, enquanto isso, o número de refugiados sírios aumentou em 149 mil, de afegãos, em 118 mil e de sul-sudaneses, em 200 mil. Em alguns outros locais, a situação tem se agravado também no que diz respeito ao deslocamento interno. Burkina Faso, país da África Ocidental, estava praticamente alheia à violência disseminada no Sahel durante o ano de 2017. Contudo, o país já chegava a abrigar 1,6 milhões de deslocados internos ao fim de 2021.

No Sudeste Asiático, Mianmar é origem de cerca de 1,2 milhão de refugiados, a maioria localizada na vizinha Bangladesh. A sua maior parte é de origem rohingya, uma minoria muçulmana historicamente reprimida por governos que afirmam agir em nome da maioria budista. A partir de 2017, as forças armadas do país iniciaram um processo de limpeza étnica, expulsando em massa centenas de milhares de rohingya, notadamente oriundos da província de Rakhine.



Campo de refugiados da ACNUR, montado para abrigar refugiados da minoria Rohingya (Mianmar) em Bangladesh - Fonte: © UNHCR/Kamrul Hasan



Campo de refugiados sírios localizado na Jordânia
Fonte: © UNHCR/Jordi Matas

GUERRA DA UCRÂNIA E PANDEMIA

O mais recente relatório do ACNUR diz respeito ao fim de 2021, meses antes do início da Guerra da Ucrânia, em fevereiro do ano seguinte. Contudo, o órgão das Nações Unidas estima que cerca de 7 milhões de ucranianos tenham se tornado deslocados internos em algum momento nos últimos meses, enquanto aproximadamente 6 milhões refugiaram-se em países vizinhos, sobretudo na Polônia.

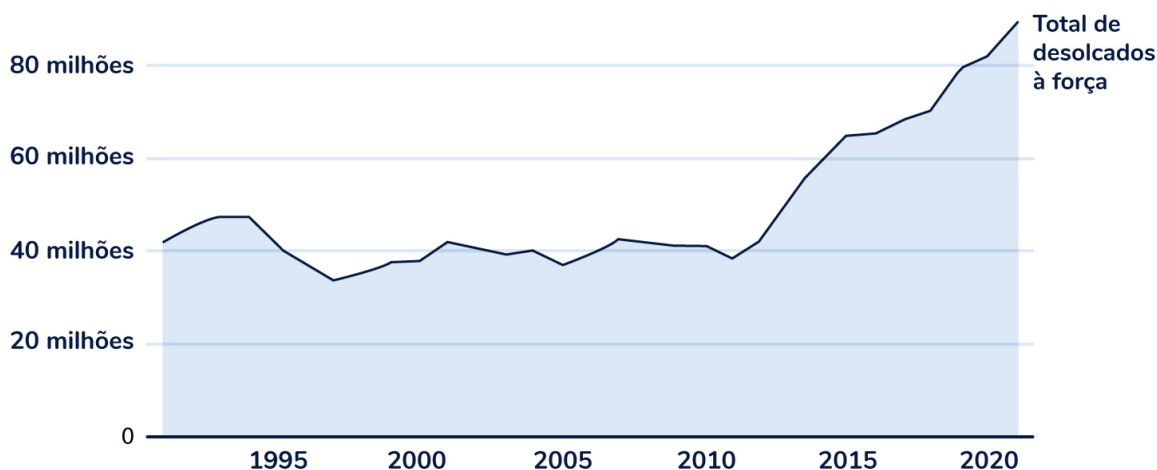
Muitos dos países que são líderes na origem de refugiados também o são no que diz respeito ao deslocamento interno forçado, ou seja, dentro de suas fronteiras. Os sombrios destaques mundiais são a Síria (6,9 milhões), a Colômbia (6,8 milhões), o Congo-RDC (5,4 milhões), o Iêmen (4,3 milhões),

a Etiópia (3,6 milhões) e o Afeganistão (3,5 milhões). Sudão, Nigéria e Somália contam com aproximadamente 3 milhões de deslocados internos, enquanto o Sudão do Sul possui 2 milhões.

O aumento mais expressivo no número de deslocados internos em relação a refugiados nos últimos anos tem relação com a pandemia. Muitos Estados contornaram sua incapacidade em lidar com o novo desafio por meio do fechamento de fronteiras. A medida, muitas vezes ineficiente, tornou-se um alibi para impedir a entrada de imigrantes e refugiados, obrigando-os a se deslocarem internamente nos limites de suas nações de origem. Nesse cenário, a xenofobia encontrou uma justificativa sanitária com a pandemia.

89,3 MILHÕES DE PESSOAS EM TODO O MUNDO FORAM DESLOCADAS À FORÇA

no final de 2021 como resultado de perseguição, conflito, violência, violação de direitos humanos ou eventos que perturbem gravemente a ordem pública.



Fonte: UNHCR Global Trends 2021

PRINCIPAIS NAÇÕES DE ORIGEM DOS REFUGIADOS (EM MILHÕES DE PESSOAS)

Quase 70% das pessoas refugiadas vêm de 5 países

Síria	6,8
Venezuela	4,6
Afeganistão	2,7
Sudão do Sul	2,4
Mianmar	1,2

Fonte: ACNUR

PAÍSES QUE MAIS ABRIGAM REFUGIADOS (EM MILHÕES DE PESSOAS)

Turquia concentra a maior população

Turquia	3,8
Colômbia	1,8
Uganda	1,5
Paquistão	1,5
Alemanha	1,3

Fonte: ACNUR

PARA SABER MAIS

“Deslocamento global atinge novo recorde e reforça tendência de crescimento da última década”, da Agência da ONU para Refugiados (Acnur)



IDH E O RETRATO SOCIAL DO PLANETA

Relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento mostra que, desde 1990, o índice que mede a saúde, a educação e o padrão de vida global caiu por dois anos consecutivos



Crianças no Níger, um dos países
com o pior IDH do mundo

Fonte: Wikimedia Commons



A falta de saneamento básico compromete a qualidade de vida das populações mais pobres - Fonte: Wikimedia Commons

Anualmente, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) lança um relatório contendo dados sobre o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos países do mundo. Os dados mais recentes, compilados entre 2021/2022, apontaram que a média global caiu por dois anos consecutivos. É a primeira vez que isso ocorre desde 1990, quando o primeiro documento do tipo foi lançado.

O recorde anterior de países que haviam reduzido seu IDH em relação ao ano anterior tinha sido em 1992, com 24 nações. O número voltou a um pico de 20 em 2009, no rescaldo da grande crise econômica global, baixando novamente depois. Contudo, em 2020, o IDH baixou em 87 países, e o mesmo ocorreu com 51 Estados em 2021. É um cenário sombrio para o planeta: o Brasil se encontra na 87ª posição no IDH, tendo caído três lugares em relação ao relatório publicado em 2021.

O IDH é uma estatística que vai de 0 a 1 e condensa dados oriundos de três principais fontes: saúde,

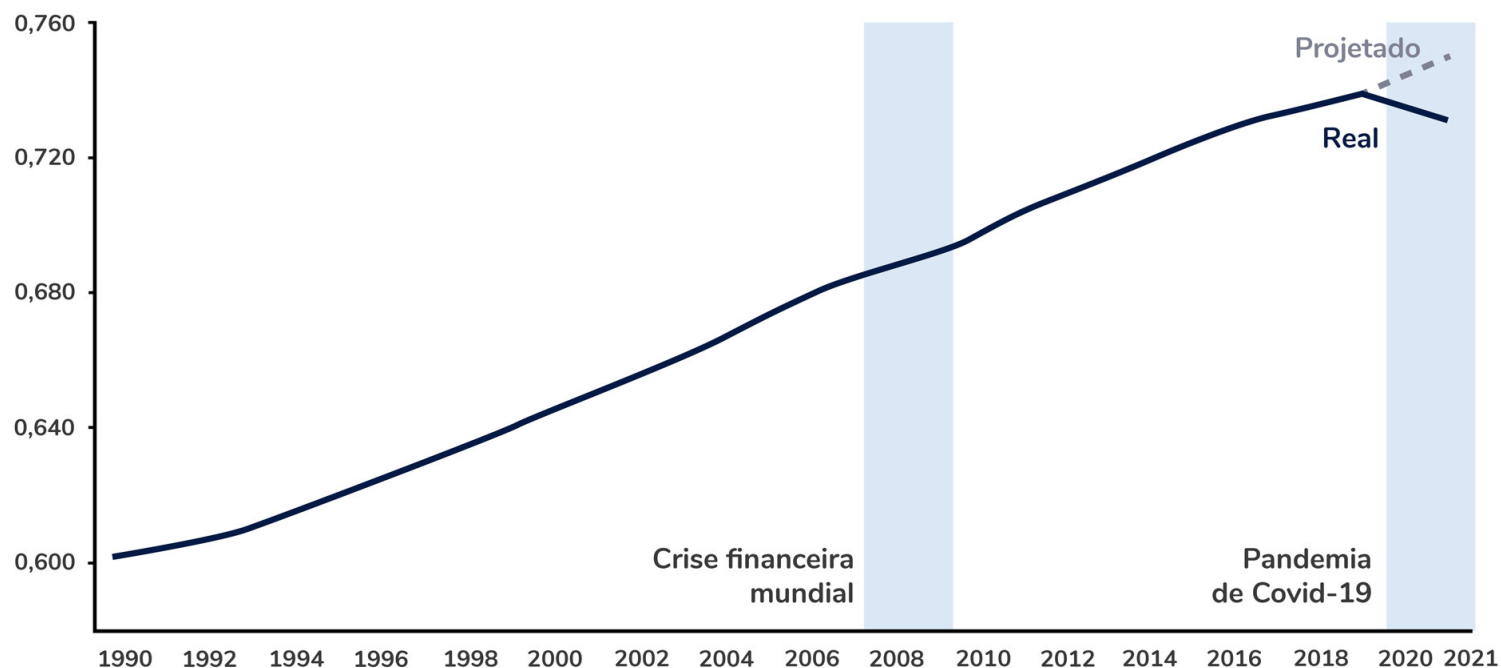
educação e renda per capita. A conjunção desses fatores permite vislumbrar uma espécie de retrato do desenvolvimento humano das nações. O dado é precioso, mas não suficiente, pois os números podem mascarar as enormes desigualdades que existem entre os grupos e/ou classes sociais.

DIFERENTES NÍVEIS DE DESENVOLVIMENTO

Os 66 países que apresentam IDH “muito elevado” —ou seja, acima de 0,800— são predominantemente desenvolvidos, com a lista encabeçada por Suíça, Noruega, Islândia, Austrália e Dinamarca. Alguns países emergentes e/ou subdesenvolvidos também se encontram no grupo, como o Uruguai, a Argentina, a Turquia e a Costa Rica, sem contar as ricas e teocráticas monarquias petrolíferas do Golfo Pérsico, como Arábia Saudita, Qatar e Bahrein.

EVOLUÇÃO DO IDH GLOBAL (1990-2021)

Valor do índice de Desenvolvimento Humano



Fonte: PNUD, Relatório síntese de 2021/2022

O grupo seguinte é composto pelos países com IDH “elevado” — entre 0,600 e 0,700 — e totaliza 48 nações, incluindo alguns dos países europeus mais pobres, como a Bósnia e a Albânia. Além disso, engloba nações emergentes, como o Brasil e o México, países da Ásia Central, como o Uzbequistão, países do Oriente Médio, como o Irã e a Jordânia, e países do Sudeste Asiático, como a Indonésia, uma gigante demográfica, e o Vietnã.

Os países de IDH “médio” possuem índices entre 0,550 e 0,700 e incluem alguns dos países mais pobres da América Central, como Honduras, Guatemala, Nicarágua e El Salvador. O continente africano se torna comum nesse lugar da lista, com nações da África Oriental, como o Quênia, da África Ocidental, como a Costa do Marfim, e da África Central, como o Congo-RDC. É nesse trecho, na posição 150ª, que se encontra a Síria, aturdida há mais de uma década por um misto de guerra civil e ditadura.

Os países com IDH “baixo” são os que têm o índice inferior a 0,550 e os piores indicadores sociais do planeta. A maioria das 31 nações nesse estágio se encontra na África Subsaariana: Moçambique, Serra Leoa, Ruanda, Burundi, Burkina Faso e República Centro-Africana, entre outros. Apenas quatro estão fora do continente africano: o Haiti, país mais pobre das Américas, o Iêmen, sacudido por uma guerra civil há oito anos, o Afeganistão, novamente sob controle do Talibã, e o Paquistão, que possui mais de 200 milhões de habitantes.

PANDEMIA E DESIGUALDADES

O PNUD afirma que a pandemia gerou um recuo no desenvolvimento humano em todos os países. O cenário foi aprofundado pela Guerra da Ucrânia e



Vacinação contra a Covid-19 na Somália - Fonte: Wikimedia Commons

por conflitos que continuam mundo afora, como no Iêmen, no Congo, na Síria e na Somália. Segundo o relatório recente, esses dois principais fatos são “manifestações devastadoras” que revelaram a fragilidade da governança mundial e das cadeias de suprimento no mundo. O resultado mais dramático é a volatilidade no preço da energia e o espectro ameaçador de uma crise alimentar.

Os problemas globais também foram aprofundados pela desigualdade, como a inovação tecnológica das vacinas contra a Covid-19 e a sua distribuição desigual, principalmente no que diz respeito ao continente africano. Até 22 de julho de 2022, por exemplo, 72% das pessoas de países de renda elevada já haviam recebido pelo menos uma dose de vacina contra a Covid-19. Já nas nações mais pobres do mundo, a média chegava a apenas 21%. Essa desigualdade favoreceu ainda mais a propagação do vírus, assim como a emergência de novas variantes que empurram para o futuro o fim da pandemia.

PAÍSES COM MAIOR E MENOR IDH

Posição	País	IDH
1	Suíça	0,962
2	Noruega	0,961
3	Islândia	0,959
4	Hong Kong (China)	0,952
5	Austrália	0,951
87	Brasil	0,754
187	Burundi	0,426
188	República Centro-Africana	0,404
189	Níger	0,400
190	Chade	0,394
191	Sudão do Sul	0,385

Fonte: PNUD, Relatório síntese de 2021/2022

DESAFIOS: ANTROPOCENO, MUNDO PÓS-INDUSTRIAL E USO DA TECNOLOGIA

No novo relatório sobre o IDH, Achim Steiner, diretor do PNUD, afirma que nós, os seres humanos, dotados de “nossa complexidade, nossa diversidade, nossa criatividade, somos a verdadeira riqueza das nações”. Contudo, Steiner não deixa de apontar três principais contornos da realidade que trazem incertezas, como “três ventos contrários e imprevisíveis”.

O primeiro é a desestabilização de vários sistemas planetários, voltando-se principalmente para o olhar ecológico. O Antropoceno, período de intensa transformação do espaço pela atividade humana, coloca no centro das discussões a capacidade da civilização em controlar as consequências das suas atividades na Terra.

O segundo desafio é a grande transformação pela qual passa o trabalho e a vida das antigas sociedades industriais para o mundo pós-industrial. E o terceiro seria o cruzamento entre a grande onda de avanços tecnológicos e o cenário de polarização política das sociedades. Surge uma verdadeira faca de dois gumes: a mesma tecnologia que pode servir ao bem-estar coletivo pode também ser arma dos mais variados tipos de autoritarismo, como na propagação

de fake news ou na exagerada vigilância eletrônica pelos Estados. Isso sem contar o acúmulo exagerado de poder pelas chamadas big techs.

Aos três desafios, o PNUD acrescenta três principais eixos de atenção. O primeiro é o investimento na garantia de bens públicos e universais, como educação e saúde, aliando o desenvolvimento à sustentabilidade e à prevenção a desastres ambientais. O segundo é a segurança: proteção social e garantia dos direitos humanos, com possibilidades maiores de deliberação política e alargamento da participação no poder. Por fim, a inovação aplicada tanto à tecnologia quanto à economia, à cultura e a outros setores, buscando a diminuição da desinformação e o aumento do conhecimento disponível para o desenvolvimento humano.

O IDH condensa dados de saúde, de educação e de renda per capita e permite vislumbrar uma espécie de retrato do desenvolvimento humano das nações.



Raqqa, na Síria, que ocupa a posição 150 no ranking do IDH - Fonte: Wikimedia Commons

PARA SABER MAIS

“Tempos incertos, vidas instáveis” - Relatório do Desenvolvimento Humano 2021/2022 (PNUD)



AprovaTotal

✉ contato@aprovatotal.com.br

f [/Aprova Total](#)

▶ [AprovaTotal](#)

@ [@aprovatotal](#)

@ [@paulojubilut](#)

@ [@Prof_jubilut](#)

p [biologiajubilut](#)

+ [+biologiatotalbrjubilut](#)